

VOZES FEMININAS NA PESQUISA E INOVAÇÃO

Organizadora
Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues



EDITORA COLETIVO CINE-FÓRUM

VOZES FEMININAS NA PESQUISA E INOVAÇÃO

Organizadora

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues



Editora Coletivo Cine-Fórum®

2025

**Livro com recursos de acessibilidade compatíveis com softwares de leitura,
voltados a pessoas cegas ou com baixa visão.**

COMITÊ CIENTÍFICO

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues (UEMS)
Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski (UFMS)
Alessandra Bertasi Nascimento (UFMS)
Célia Maria Foster Silvestre (UEMS)
Leila Cardoso Machado (UEMS)
Lorene Fernández Dall Negro Ferrari (UEMS)
Bruno Silva (UNIFESSPA)
Roberta Azeredo Murta Fonseca (UFMS)
Marivaine da Silva (UFMS)
Débora Gonçalves Fitippaldi (UEMS)

COLETIVO CINE-FÓRUM®

Diagramação e Editor Geral
Renan da Silva Dalago

Editor Assistente
Murilo de Castro

Coordenador de Projetos
JC Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vozes femininas na pesquisa e inovação [livro eletrônico] / organização Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues. -- 1. ed. -- Goiás, GO : Coletivo Cine-Fórum, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-83315-09-0

1. Arte e ciência 2. Arte e cultura 3. Educação
4. Interdisciplinaridade 5. Mulheres pesquisadoras
6. Pesquisa científica I. Rodrigues, Marinete
Aparecida Zacharias.

25-307362.0

CDD-500

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres na ciência : História 500

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

As opiniões expressas pelos autores pertencem a eles e não refletem necessariamente a opinião do Conselho Editorial ou da Editora.

Todos os direitos são reservados. Autorizamos a reprodução parcial desta obra, para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

Proibido qualquer uso para fins comerciais.

Direitos reservados a EDITORA COLETIVO CINE-FÓRUM®
Editora Científica Sem Fins Lucrativos com Comitê Científico

Goiânia, Goiás
editora@coletivocineforum.com
www.coletivocineforum.com/livros

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS: UMA AÇÃO DE EXTENSÃO INTERVENTIVA COM ESTUDANTE AUTISTA

Alessandra Bertasi Nascimento06

GÊNERO E CIÊNCIA: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS MULHERES EM MATO GROSSO DO SUL

Luiz Eduardo dos Santos Pecora.....20

MULHERES NO DEBATE POLÍTICO CONTEMPORÂNEO SOBRE A DITADURA CÍVICO-MILITAR NO BRASIL

Eduarda Teixeira Correia

Silvana Colombelli Parra Sanches.....28

A DIVERSIDADE INDÍGENA EM ESCOLAS DE NOVA ANDRADINA/MS

Daiane Nascimento Roberto Dias.....45

SEXUALIZAÇÃO E VULNERABILIZAÇÃO DE CORPOS NEGROS FEMININOS: UMA ANÁLISE DAS TELENÓVELAS DA REDE GLOBO DA COR DO PECADO - 2004 E FINA ESTAMPA - 2011

Gabriela Farias Oliveira.....55

GÊNERO E ARTE FEMININA: RESISTÊNCIA REPRESENTADA NA MÚSICA DURANTE O REGIME MILITAR NO BRASIL

Ingrid Marques Monteiro

Marinete A. Zacharias Rodrigues.....61

A COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS DE MATO GROSSO (1900-1906) EM RELATÓRIOS E FOTOGRAFIAS

Julia Falgeti Luna.....78

GÊNERO E GUERRAS: AS “MULHERES DE CONFORTO” COREANAS NA II GUERRA MUNDIAL

Melanny Victoria Da Silva Ramos

Marinete A. Zacharias Rodrigues.....85

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E EMPODERAMENTO DE MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Luana Biatriz Xavier

Gislayne da Silva Goulart.....99

NEGOCIAÇÕES ÍNTIMAS DE CORPOS EM MOVIMENTO: NARRATIVAS SOBRE A PROSTITUIÇÃO DE MULHERES EM NOVA ANDRADINA/MS

Mary Celina Ferreira Dias.....105

GÊNERO E DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES: UM EXERCÍCIO DE CIDADANIA

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigue

Maria Larissa Montania Vera

Luciana Branco Vieira.....110

SOBRE A ORGANIZADORA.....121

UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Este trabalho surgiu de um conjunto de objetivos muito dispares que estão presentes nos artigos científicos produzidos por professoras(es) e alunas(os) pesquisadoras(es) que atuam em diferentes espaços científicos, pedagógicos e intelectuais nas Universidades em Mato Grosso do Sul.

O primeiro ponto a destacar na apresentação desta obra é a heterogeneidade dos objetos de pesquisas e de metodologias, os quais servirão de modelos para que muitos jovens cientistas venham a desenvolver novas pesquisas sobre temas relevantes para o conhecimento histórico, pedagógico, didático, epistemológico, sociológico, enfim para o conhecimento científico das mais diversas áreas.

Vozes Femininas na Pesquisa e Inovação surgiu da necessidade de ampliar espaços para divulgarmos os resultados de projetos de pesquisa, ensino e extensão que de alguma forma contemplam o viés Gênero e Ciência. A participação das mulheres na Ciência vem ganhando destaque não apenas nos debates dentro das Universidades, mas também em empresas privadas que destacam e valorizam o protagonismo feminino nas pesquisas, cujos resultados provocam mudanças e trazem soluções científicas para as demandas da sociedade moderna.

Os textos que compõem a obra são frutos de experiências empíricas, mas também daquelas vividas no cotidiano das pesquisas e das práticas sociais. Com objetivo de valorizar a atuação feminina na ciência e promover a reflexão crítica sobre os desafios enfrentados por mulheres no meio acadêmico, a proposta **Vozes Femininas na Pesquisa e na Inovação** buscou reunir pesquisadoras (ES), estudantes e lideranças científicas em uma publicação diversificada, voltada questões que evidenciam o protagonismo e o fortalecimento de trajetórias femininas na produção de conhecimento.

O convite para conhecer essa obra parte da premissa de que o conhecimento precisa ser compartilhado para se inovado e renovado, nesse sentido, sinta-se à vontade para questionar, criticar e elogiar nosso trabalho realizado com empenho e dedicação.

Agradecemos a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), que patrocinou nosso trabalho de pesquisa e a apresentação de resultados por meio da Chamada 10/2022 e Chamada Fundect 22/2023 - PAE-MS 2023. Sem esse apoio não teríamos fôlego para apresentar essa coletânea de ideias.

Por último cabe destacar o valioso trabalho das(os) pesquisadoras (es), alunos e alunas da graduação e pós-graduação, e técnicos das UEMS e UFMS, e os membros equipe que se envolveram intensamente para que pudéssemos obter êxito em nossos objetivos.

Profª. Dra. Marinete Zacharias Rodrigues

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS: UMA AÇÃO DE EXTENSÃO INTERVENTIVA COM ESTUDANTE AUTISTA

Alessandra Bertasi Nascimento

INTRODUÇÃO

A ação de extensão interventiva com um estudante autista do ensino médio técnico integrado de uma escola pública em Mato Grosso do Sul, promovida pela pelo Projeto de Extensão TEAcolher, do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Nova Andradina, insere-se em um campo epistemológico que desafia os paradigmas tradicionais da ciência, ao reconhecer os saberes vividos como formas legítimas de produção de conhecimento. Tal valorização, permeada pelas vivências e contextos específicos das pessoas, constitui uma das principais contribuições das epistemologias feministas, conforme apontam Mariana Garcia Tabuchi e Amélia do Carmo Sampaio Rossi (2023). Essas epistemologias rompem com a pretensa neutralidade do saber científico, evidenciando que o conhecimento é atravessado por relações de poder, marcadas por contextos históricos e sociais.

A crítica à universalidade do saber científico é aprofundada por Ferreira Júnior *et al.* (2025), que denunciam a persistência de práticas de pesquisa ancoradas em pressupostos eurocêntricos e patriarcais, mesmo diante dos avanços teóricos promovidos por epistemologias feministas e decoloniais. Os autores propõem um reposicionamento epistemológico que problematize a hegemonia metodológica da ciência ocidental, defendendo abordagens críticas, engajadas e transparentes, como a pesquisa-ação e o conhecimento situado, capazes de ancorar a investigação nas experiências concretas das pessoas.

Nesse sentido, práticas educativas que rompem com modelos hierárquicos de ensino tornam-se fundamentais. Ao promover a coparticipação e a co-construção do saber, essas práticas ampliam a diversidade de vozes contempladas e consolidam um legado coletivo de aprendizagem, alicerçado em narrativas locais e resistências cotidianas. Tal perspectiva converge com a concepção de educação não formal apresentada por Maria da Glória Gohn (2006, 2011, 2014), que reconhece os movimentos sociais e espaços comunitários como agentes pedagógicos capazes de produzir aprendizagens significativas e emancipadoras.

A educação não formal, caracterizada pela flexibilidade metodológica e pela valorização dos saberes populares, emerge como resposta às limitações da escola formal. Segundo Gohn (2006), trata-se de um processo educativo intencional, promovido por organizações da sociedade civil, coletivos e movimentos sociais, com foco na formação cidadã, na participação democrática e no empoderamento das pessoas. Em sua análise, Gohn (2011) destaca que esses grupos produzem saberes voltados à transformação social, e em seu estudo posterior (2014), aprofunda a legitimidade da educação não formal como campo de produção de aprendizagens significativas, especialmente em contextos participativos e emancipatórios. É nesse horizonte que se inscrevem as experiências de mães de filhos(as) autistas, como analisa Maria Gislaine da Silva Mendes (2021), ao evidenciar os processos de subjetivação dessas mulheres frente à maternidade atípica. Suas estratégias, afetos e batalhas por inclusão desafiam os modelos tradicionais de conhecimento escolar e científico. Ferreira Júnior *et al.* (2025) reforçam que tais vivências, especialmente de mães solo, são atravessadas por relações de gênero, cultura e poder, devendo ser reconhecidas como epistemologias vividas.

A ciência tradicional, ao ignorar ou marginalizar saberes populares e afetivos — sobretudo os que emergem de contextos femininos e maternos — revela sua limitação em compreender a complexidade da experiência humana. Teresinha Cid Constantinidis, Laila Cristina da Silva e Maria Cristina Cardoso Ribeiro (2018), contribuem para essa discussão ao demonstrar como o ideal normativo do(a) “filho(a) perfeito(a)” impõe sofrimento e silenciamento às mães, que enfrentam julgamentos sociais e institucionais diante do diagnóstico de autismo.

As epistemologias feministas, ao proporem escuta ativa, valorização das narrativas e ruptura com padrões eurocêtricos e patriarcais, denunciam a exclusão das vozes maternas nos campos da saúde, educação e pesquisa. Trata-se de uma crítica contundente à ciência hegemônica, que insiste em deslegitimar saberes vividos e afetivos, mesmo quando estes se revelam fundamentais para a construção de práticas educativas transformadoras.

Neste contexto, apresenta-se o resultado parcial de uma ação de extensão que visa evidenciar como saberes vividos — especialmente aqueles construídos a partir das experiências de uma mulher, mãe atípica, em contexto de cuidado e resistência — podem ser reconhecidos como formas legítimas de produção de conhecimento.

A ação está fundamentada no conceito de inovação social, compreendida como um processo que articula dimensões práticas e políticas, com potencial para promover mudanças estruturais por meio de novas formas de organização, práticas de governança democrática e participação comunitária (Monteiro, 2019).

A proposta consiste em ofertar tecnologias assistivas, de recursos e serviços, visando à eliminação de barreiras comunicacionais e comportamentais, com foco na elaboração e apresentação oral de um Pré-Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de um discente autista, matriculado no ensino médio técnico integrado de uma instituição pública de ensino. Trata de um estudo de caso realizado de abril a julho de 2025, com acompanhamento semanal flexível às condições de um estudante já caracterizado, na cidade de Nova Andradina, MS.

A efetivação dos direitos das pessoas com deficiência exige mais do que dispositivos legais; demanda práticas concretas que promovam autonomia e participação social. Nesse sentido, Paula Alessandra Lima Santos Bastos *et al.* (2023), argumentam que as tecnologias assistivas desempenham papel estratégico, pois englobam recursos e serviços voltados à ampliação da funcionalidade e inclusão dessas pessoas em diferentes contextos. Essas tecnologias não se limitam a equipamentos físicos, como cadeiras de rodas ou *softwares* de leitura, mas incluem também ações de orientação, capacitação e acompanhamento técnico que garantem seu uso efetivo. Ao reconhecer essa amplitude, é possível compreender que a acessibilidade não se resume à presença de ferramentas, mas à construção de ambientes e relações que favoreçam o protagonismo dos(as) usuários(as).

Tal iniciativa está amparada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), que estabelece diretrizes para a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade. Mesmo após uma década de sua promulgação, persistem desafios significativos para a efetivação dos direitos nela previstos.

Conforme o Art. 3º da referida lei, entende-se por:

I - **acessibilidade**: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; [...]

III - **tecnologia assistiva** ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - **barreiras**: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (grifos nosso).

Portanto, a proposta se insere na perspectiva das epistemologias feministas e da produção de conhecimento crítico, ao valorizar saberes vividos, afetivos e relacionais que emergem da experiência cotidiana e da resistência às normatividades acadêmicas. Trata-se de reconhecer, no percurso de uma mulher, mãe atípica, um espaço legítimo de produção de conhecimento, inovação educacional e transformação social.

METODOLOGIA

A presente ação de extensão foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa, de caráter interventivo e colaborativo, sustentada por referenciais teóricos que tensionam os limites da educação tradicional. Fundamenta-se nas epistemologias feministas (Tabuchi; Rossi, 2023), na concepção de educação não formal (Gohn, 2006, 2011, 2014), de tecnologias assistivas (Rita Bersche; José Carlos Tonolli, 2006), da inovação social (Monteiro, 2019) e da educação inclusiva, apoiada na LBI, especialmente no Art. 3º, que define os conceitos de acessibilidade, tecnologia assistiva e barreiras, orientando a prática educativa para a eliminação de obstáculos à participação plena do(a) estudante.

Mais do que uma intervenção pontual, esta ação se constituiu como uma práxis freiriana, articulando teoria e prática em um movimento contínuo de ação- reflexão-ação. Conforme argumentam André Luis Castro de Freitas e Luciane Albernaz de Araujo Freitas (2021), inspirados na obra de Paulo Freire, esse processo é essencial à formação de pessoas críticas e engajadas com sua realidade sociocultural. Trata-se de uma dinâmica que permite aprender a partir da vivência concreta, refletir sobre ela de forma consciente e promover ações transformadoras. Essa articulação entre prática e pensamento crítico é, portanto, um caminho para a humanização, pois fortalece a capacidade de intervir no mundo com responsabilidade e autonomia.

O objetivo central da ação foi fomentar a autonomia e a participação ativa de um estudante autista no processo de elaboração e apresentação de seu Pré-Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Memórias autobiográficas de inclusão de uma pessoa autista. Tal proposta emerge como resposta crítica às lacunas institucionais que frequentemente invisibilizam as singularidades das pessoas neurodivergentes. A construção coletiva de estratégias psicopedagógicas e tecnológicas respeitou as especificidades do discente — como dificuldades na comunicação oral e escrita, além de estereótipos associadas à autorregulação emocional — e os objetivos escolares da atividade, reafirmando o compromisso ético com uma educação que não apenas inclui, mas transforma.

A metodologia adotada rompe com os modelos hierárquicos e tecnicistas de ensino, propondo uma pedagogia da escuta, da coautoria e da transformação social. Os saberes

vividoss, afetivos e relacionais foram reconhecidos como espaços legítimos de produção de conhecimento. O serviço de apoio psicopedagógico foi prestado pela pesquisadora e mãe atípica, em reuniões na instituição escolar em que o estudante está matriculado, no seu espaço residencial e no Laboratório de Ensino de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Nova Andradina. O serviço de apoio psicopedagógico possibilitou o acompanhamento de todo o processo de interações sociais, desenvolvido durante os procedimentos metodológicos organizados em cinco etapas: diagnóstico participativo, planejamento colaborativo, acompanhamento reflexivo e apoio à apresentação final do Pré-Projeto de TCC.

Os encontros tinham frequência e duração variadas, considerando a disponibilidade do estudante que realizou registros descritivos das ações desenvolvidas nos encontros, em um diário. O **diagnóstico participativo** consistiu no levantamento das barreiras comunicacionais e comportamentais enfrentadas pelo discente, realizado por meio de escuta ativa com o próprio estudante, com a pesquisadora — observadora direta — e com a equipe pedagógica.

O **planejamento colaborativo** permitiu a construção de estratégias pedagógicas e definição de recursos tecnológicos. A aplicação de tecnologias assistivas envolveu o uso do dispositivo de digitação por voz para transpor as memórias autobiográficas do estudante em texto; o uso da Inteligência Artificial Microsoft Copilot (Microsoft, 2025) como ferramenta de apoio à aprendizagem, na criação de documentos, revisão textual e conferência de normas técnicas.

O **acompanhamento reflexivo** foi realizado por meio de encontros com a professora de apoio especializado, a coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas e o professor orientador do Pré-Projeto. Os ajustes estratégicos contínuos foram comunicados e justificados à equipe escolar com base nas metas escolares e nas necessidades emergentes do discente.

O **apoio à apresentação final** do Pré-Projeto de TCC buscou garantir a autonomia do estudante na elaboração e exposição oral de seu trabalho, fortalecendo seu desempenho acadêmico ativo. O uso de *slides* como recurso visual e a introdução do *spinner* como objeto sensorial para regulação comportamental durante a apresentação foram estratégias fundamentais para o sucesso nessa etapa da atividade, que culminou com a aprovação do Pré-Projeto de TCC com nota máxima.

A avaliação do progresso do estudante autista, ao longo da ação de extensão, foi orientada por uma perspectiva formativa, dialógica e situada, em consonância com os princípios da educação inclusiva e da pedagogia da escuta. Em vez de recorrer a parâmetros normativos e padronizados, optou-se por critérios construídos a partir das

singularidades do sujeito, respeitando seus modos próprios de aprender, comunicar e se relacionar com o mundo: o cognitivo acadêmico; os comunicacionais; comportamentais emocionais e os relacionais e inclusivos.

No aspecto **cognitivo e acadêmico**, considerou-se a capacidade do estudante de explicitar conceitos de interesse que pudessem ser relacionados ao tema de seu Pré-Projeto de TCC, para perspectivar a efetivação posterior do trabalho.

Já os critérios **comunicacionais** foram pautados na expressão oral mediada por tecnologia assistiva (digitação por voz), o uso de *slides* para apresentação final do Pré-Projeto e na adequação da linguagem às exigências da apresentação, mesmo com apoio psicopedagógico.

Do ponto de vista **comportamental e emocional**, foram observadas estratégias de autorregulação, como o uso do *spinner* durante a exposição oral, além da persistência e do engajamento do estudante nas diferentes etapas da elaboração do Pré-Projeto, mesmo diante de desafios relacionados à comunicação e à organização das ideias. Esses aspectos revelam não apenas superações individuais, mas também a potência da diferença como força mobilizadora de práticas educativas sensíveis e transformadoras.

Os critérios **relacionais e inclusivos** envolveram o respeito às singularidades do estudante, com avaliação baseada em metas personalizadas e não em padrões escolares convencionais. Também foi considerada sua participação ativa nos diferentes espaços de aprendizagem — escola, laboratório e residência —, evidenciando o entrelaçamento entre territórios formais e não formais como estratégia pedagógica legítima.

Para registrar e acompanhar o processo avaliativo, foram utilizados dois instrumentos principais: o **diário do estudante**, que possibilitou o acompanhamento reflexivo de sua trajetória e o **feedback da banca avaliadora**, que reconheceu a qualidade do trabalho apresentado e a autonomia demonstrada durante a exposição oral.

A escolha desses instrumentos se deu em função da necessidade de continuidade no acompanhamento psicopedagógico, visando à transformação do Pré-Projeto em TCC, a ser apresentado no final do ano letivo de 2025. Além disso, trata-se de ferramentas de avaliação já reconhecidas em editais de participação de estudantes em feiras de ciência e tecnologia da região, o que reforça sua legitimidade institucional. O *feedback* da banca avaliadora, por sua vez, representa a culminância da atividade, sendo avaliado segundo critérios previamente definidos pela própria instituição. Esses registros não apenas documentam o percurso formativo do estudante, mas também reafirmam a legitimidade dos saberes vividos e a eficácia das práticas inclusivas adotadas, consolidando a ação como uma experiência pedagógica emancipadora. Como critérios éticos foram adotados o Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido para a mãe autorizar a participação do

menor na pesquisa e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para o menor, adaptado à sua linguagem e compreensão.

A triangulação dos dados foi realizada a partir da articulação entre os relatos autobiográficos do estudante em seu diário de bordo, as observações da pesquisadora e o parecer da banca avaliadora. Essa estratégia permitiu validar os achados da ação extensionista sob três perspectivas — afetiva, pedagógica e institucional —, reforçando a legitimidade dos saberes vividos e a eficácia das práticas inclusivas adotadas.

Ao colocar o estudante autista no centro do processo, a ação rompe com a lógica da adaptação passiva e propõe uma pedagogia da presença, da escuta e da transformação. Trata-se de uma prática que não apenas reconhece a diferença, mas a afirma como potência. A experiência aqui relatada evidencia que a universidade, quando se abre ao diálogo com as epistemologias do cuidado, da inclusão e da justiça social, pode se tornar um espaço verdadeiramente emancipador.

TRIANGULAÇÃO DE DADOS: ESCUTA SITUADA, EXPERIÊNCIA VIVIDA E RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL

A análise dos resultados da ação de extensão na triangulação metodológica, articulou três fontes complementares: os registros observacionais da pesquisadora, os relatos autobiográficos do estudante em seu diário e o parecer da banca avaliadora após a apresentação oral do Pré-Projeto de TCC. Essa estratégia permitiu validar os achados sob múltiplas perspectivas — afetiva, pedagógica e institucional —, reforçando a legitimidade dos saberes vividos e a eficácia das práticas inclusivas adotadas.

A convergência entre os dados é evidenciada na superação das barreiras comunicacionais e comportamentais. O estudante, que inicialmente descreve as aulas de TCC como “um monte de abobrinha onde eu não entendia. [...] infelizmente eu tinha que escolher um tema e pra mim isso foi mais difícil do que entender o português”, revela posteriormente compreensão conceitual ao afirmar: “minha mãe me explicou a diferença de pré-projeto, projeto e o TCC. Comparou o pré-projeto com a ideia de construir uma casa [...]”. Essa evolução é corroborada pelas observações da pesquisadora, que registrou o engajamento crescente do estudante nas etapas de elaboração e pelo reconhecimento da banca avaliadora, que atribuiu nota máxima à apresentação oral.

A complementaridade entre os registros permite compreender dimensões subjetivas que não seriam captadas por instrumentos tradicionais. O relato do estudante sobre a dificuldade em iniciar o Pré-Projeto — “não sabia como começar, tenho dificuldade em formular texto e estava sem motivação” — é enriquecido pelas observações da pesquisadora sobre o uso de tecnologias assistivas e estratégias de mediação afetiva. A

atuação da mãe pesquisadora revela uma pedagogia do cuidado que legitima a coautoria como prática emancipadora quando o estudante relata “minha mãe sentou ao meu lado e passo a passo me explicou o que precisava fazer”.

O contraponto emerge na tensão entre a experiência e a resposta institucional inicial. Ao relatar que foi repreendido por ter elaborado o Pré-Projeto com apoio materno — “Acho que não gostaram do meu projeto [...] na escola me repreenderam falando que: tava muito bem feito, era para eu ter feito com o orientador e não com a minha mãe” — o estudante expressa frustração e risco de desistência. Esse episódio, registrado também pela pesquisadora, evidencia a persistência de barreiras atitudinais e a necessidade de formação institucional para práticas inclusivas. A intervenção da mãe, que “deu uma aula sobre inclusão”, e a posterior validação do trabalho pela banca, demonstram como o enfrentamento dessas tensões pode gerar transformação institucional.

Essa triangulação não apenas fortalece a análise dos resultados, mas reafirma o compromisso ético da ação com a escuta ativa, a valorização das narrativas e a construção de ambientes de aprendizagem sensíveis às singularidades. Ao integrar saberes vividos, afetivos e acadêmicos, a proposta se inscreve como prática pedagógica emancipadora, em consonância com os princípios da educação inclusiva e das epistemologias feministas

RESULTADOS E IMPLICAÇÕES: A POTÊNCIA TRANSFORMADORA DA INCLUSÃO

A obtenção da nota máxima pelo estudante autista na apresentação oral de seu Pré-Projeto de TCC representa um marco simbólico e concreto no campo da educação inclusiva. Mais do que um êxito acadêmico individual, esse resultado revela a efetividade de práticas pedagógicas comprometidas com a escuta ativa, a coautoria e o uso estratégico de tecnologias assistivas. Ao considerar as singularidades do estudante e os objetivos escolares da atividade, a ação de extensão promoveu um ambiente de aprendizagem sensível às especificidades comunicacionais e comportamentais, contribuindo para a superação de barreiras que, historicamente, excluem pessoas neurodivergentes dos espaços de reconhecimento institucional.

A conquista do estudante dialoga com os estudos de Mariana Bialer (2015), que evidenciam como a valorização das experiências subjetivas de pessoas autistas pode ressignificar o espaço escolar, transformando-o em território de pertencimento, reconhecimento e dignidade. Esse desempenho reforça a urgência de metodologias que rompam com os modelos tradicionais e hierárquicos de ensino, conforme argumentam Costa, Schmidt e Camargo (2023), ao destacarem o papel do plano educacional individualizado na construção de práticas colaborativas e inclusivas.

Contudo, é preciso reconhecer que esse avanço pontual não representa a

superação das barreiras estruturais que ainda limitam a plena inclusão de pessoas com deficiência. A acessibilidade permanece restrita em muitos espaços públicos e privados, e o mercado de trabalho segue pouco receptivo à diversidade funcional, como apontam Ana Gabriela Rocha Araujo, Mônia Aparecida da Silva e Regina Basso Zanon (2023). A nota máxima obtida pelo estudante, portanto, não deve ser interpretada como um ponto de chegada, mas como um indicativo do potencial transformador de práticas educativas comprometidas com a equidade. Para que os dispositivos legais previstos na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) sejam efetivamente aplicados, é fundamental que políticas públicas sejam fortalecidas e que a sociedade civil se engaje na construção de uma cultura de respeito à diferença.

A relevância da ação de extensão é corroborada pela seleção indicativa do Projeto de Extensão TEAcolher que a abriga, para o recebimento do Selo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Educação 2025, evidenciando sua contribuição direta para os ODS 4 (educação de qualidade) e ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes). Ao articular inovação pedagógica com práticas psicopedagógicas inclusivas, o projeto não apenas promoveu o sucesso acadêmico do estudante, mas também reafirmou o papel da universidade como espaço de democratização do saber e de fortalecimento de uma cultura institucional comprometida com a diversidade.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COMO CAMPO LEGÍTIMO DE PRODUÇÃO DE SABERES

A ação de extensão aqui relatada inscreve-se no campo da educação não formal, cuja potência reside justamente na capacidade de promover aprendizagens significativas fora dos limites da escola tradicional. Essa modalidade educativa ocorre em espaços diversos da vida cotidiana — como organizações não governamentais, movimentos sociais, associações e coletivos — e não depende de currículos rígidos nem de estruturas escolares convencionais. Ao contrário, ela se fundamenta em práticas sociais e culturais que promovem o aprendizado por meio da experiência, da participação e da intencionalidade educativa (Gohn, 2006, 2011, 2014).

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que a educação não formal não se limita a espaços institucionalmente definidos como “alternativos”, mas pode emergir em ambientes híbridos, nos quais a fronteira entre o formal e o não formal se torna porosa e produtiva. O espaço escolar, por exemplo, ao ser ressignificado por práticas inclusivas e dialógicas, pode transcender sua rigidez curricular e tornar-se um território de escuta e coautoria. O Laboratório de Ensino de História, por sua vez, configura-se como um ambiente de experimentação pedagógica, onde saberes acadêmicos e experiências subjetivas se entrelaçam, promovendo uma formação crítica e situada. Já a residência do

estudante, tradicionalmente vista como espaço privado, revela-se como locus de aprendizagem afetiva e cotidiana, especialmente quando articulada às ações extensionistas que reconhecem o sujeito em sua integralidade.

Ao integrar esses três espaços — escola, universidade e residência — a ação de extensão rompe com a lógica compartimentalizada da educação e afirma uma pedagogia do vínculo, da presença e da escuta. Trata-se de reconhecer que o processo educativo não se dá apenas em salas de aula, mas em todos os lugares onde há intencionalidade, afeto e construção coletiva de saberes. Essa abordagem amplia o alcance da educação não formal e reafirma seu papel estratégico na promoção da cidadania ativa e da inclusão social.

Diferente da educação informal, que acontece de maneira espontânea, a educação não formal possui objetivos definidos e pressupõe uma escolha consciente por parte das pessoas envolvidas. Trata-se de uma pedagogia engajada, voltada para a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento de habilidades que muitas vezes são negligenciadas pelos sistemas formais de ensino. O conhecimento gerado nesse campo é fruto da ação coletiva e da vivência compartilhada, reconhecidos como produtores legítimos de saberes — saberes esses que frequentemente são ignorados ou deslegitimados pelas estruturas escolares hegemônicas.

A educação não formal está profundamente vinculada à formação para a cidadania ativa. Seu propósito é formar indivíduos críticos, emancipados e comprometidos com o bem comum, capazes de participar ativamente da vida política e social. Nesse contexto, os processos participativos e democráticos não são apenas estratégias metodológicas, mas constituem práticas pedagógicas fundamentais. Quanto mais as pessoas participam, mais se capacitam para exercer a cidadania, ampliando os espaços de atuação da sociedade civil e fortalecendo a democracia.

A flexibilidade e a diversidade de formatos constituem dimensões estruturantes da educação não formal, permitindo a construção de práticas pedagógicas que dialogam com os territórios reais de vida das pessoas. Oficinas, rodas de conversa, projetos culturais e ações comunitárias são exemplos recorrentes, mas é justamente na articulação entre espaços formais e não formais — como o ambiente escolar, o laboratório de ensino de história da universidade e a residência estudantil — que se revela o potencial transformador dessa abordagem. No caso da ação de extensão aqui apresentada, essa flexibilidade metodológica foi decisiva para o êxito do estudante autista, pois possibilitou a elaboração de estratégias educativas sensíveis às suas necessidades específicas, distribuídas em múltiplos contextos de aprendizagem. O espaço escolar foi ressignificado como lugar de escuta e acolhimento; o laboratório universitário funcionou como campo de experimentação e coautoria; e a residência tornou-se extensão do processo formativo,

onde o cotidiano também ensinava. Ao reconhecer a diferença como potência e não como obstáculo, a ação reafirma o compromisso com uma educação que ultrapassa os limites institucionais e se enraíza na vida concreta das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE A POTÊNCIA DA DIFERENÇA E O COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO

A ação de extensão aqui analisada reafirma o potencial transformador das práticas educativas fundamentadas nas epistemologias feministas, na inovação social e na educação inclusiva. Ao reconhecer e valorizar saberes vividos, afetivos e relacionais — especialmente aqueles produzidos por uma mulher em contextos de cuidado, resistência e enfrentamento das desigualdades —, o projeto rompe com os modelos pedagógicos tradicionais, hierárquicos e excludentes, propondo uma abordagem que se orienta pela escuta, pela coautoria e pela sensibilidade às singularidades das pessoas envolvidas.

O objetivo central de promover a autonomia e a participação ativa de um estudante autista na elaboração e apresentação oral de seu Pré-Projeto de TCC foi plenamente alcançado, como evidenciado pela obtenção da nota máxima no processo avaliativo. Esse resultado não apenas legitima a experiência individual como forma válida de produção de conhecimento, mas também confirma a eficácia das estratégias pedagógicas colaborativas e do uso de tecnologias assistivas na superação de barreiras comunicacionais e comportamentais. Trata-se de uma conquista que tensiona os limites da normalização escolar e afirma a diferença como potência epistemológica e política.

A metodologia adotada — pautada na escuta ativa, no planejamento colaborativo e no acompanhamento reflexivo — permitiu a construção de um ambiente educacional inclusivo, distribuído em múltiplos territórios de aprendizagem: o espaço escolar, o Laboratório de Ensino de História e a residência do estudante. Essa articulação entre saberes vividos e referenciais teóricos fortaleceu a proposta de uma educação comprometida com a equidade, a justiça social e a democratização do saber, em consonância com os princípios da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

Contudo, os resultados obtidos não devem ser compreendidos como ponto de chegada. A continuidade do projeto, por meio do acompanhamento das fases seguintes e em desenvolvimento, aponta para a assertividade das ações de acessibilidade adotadas, mas também revela a urgência de ampliar políticas públicas que garantam a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. A persistência de barreiras estruturais e atitudinais, bem como a limitada receptividade do mercado de trabalho à inclusão profissional, exige o engajamento contínuo da sociedade civil, das universidades e das instituições educacionais na construção de uma cultura de respeito à diversidade.

A seleção indicativa do Projeto de extensão TEAcolher, por meio do qual se desenvolveu essa e outras ações, para o recebimento do Selo ODS Educação 2025 reforça sua relevância social e educacional, evidenciando sua contribuição para os ODS 4 (educação de qualidade) e ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes). Ao integrar inovação pedagógica, práticas psicopedagógicas inclusivas e saberes femininos vividos, o projeto reafirma o papel da universidade como espaço legítimo de produção de conhecimento, de enfrentamento das desigualdades e de transformação social. Mais do que uma experiência pontual, trata-se de uma convocação ética e política para que a educação se comprometa, de forma radical, com a dignidade de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ana Gabriela Rocha; SILVA, Mônia Aparecida da; ZANON, Regina Basso. Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. e247367, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/S5FdcTLWS9bPdJwPXcdmnHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BASTOS, Paula Alessandra Lima Santos; SILVA, Marcelo Santana; RIBEIRO, Núbia Moura; MOTA, Renata de Sousa; GALVÃO FILHO, Teófilo. Tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil.

Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 31, p. e3401, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/RhMqT3c6gPS9WDh4sXDjgFv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BERSCHKE, Rita; TONOLLI, José Carlos. **Introdução ao conceito de tecnologia assistiva e modelos de abordagem da deficiência**. 2006. Disponível em:

<http://www.bengalalegal.com/tecnologia-assistiva>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BIALER, Marina. A inclusão escolar nas autobiografias de autistas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, p. 485–492, set. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/6Dmf6KVpfP5K6HtWhvkLzNk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 7 jul. 2025.

CONSTANTINIDIS, Teresinha Cid; SILVA, Laila Cristina da; RIBEIRO, Maria Cristina Cardoso. “Todo Mundo Quer Ter um Filho Perfeito”: Vivências de Mães de Crianças com Autismo. **Psico-USF**, v. 23, n. 1, p. 47–58, jan. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusf/a/M8DXRCRGP6Rc6k7ZdCPMjQv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2025.

COSTA, Daniel da Silva; SCHMIDT, Carlo; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. Plano educacional individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280098, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PPfgrTp5g4bCWvpYLTydbMK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2025.

FERREIRA JÚNIOR, Miguel, ARAÚJO, Danilo de Freitas; ANOMAL, Renata Figueiredo; NOBRE, Thaísa Teixeira Xavier. O desvelar da mãe solo de crianças atípicas sob a perspectiva feminista. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 11, n. 2, p. 435–460, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/59237>. Acesso em: 30 ago. 2025.

FREITAS, André Luis Carlos de; FREITAS, Luciane Albenaz de. O processo de humanização: os movimentos de ação-reflexão na obra de Paulo Freire. **Revista Didática Sistemica**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 18–29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/11633>. Acesso em: 30 ago. 2025.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2025.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio-ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2025.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação**, Série 2, n. 1, p. 35-50, 2014. Disponível em: https://epale.ec.europa.eu/sites/default/files/gohn_2014.pdf. Acesso em: 7 jul. 2025.

KRAEMER, Graciele Marjana; THOMA, Adriana da Silva. Acessibilidade como condição de acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 554–563, jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/nyPrDHWvjKSTTHQ5WZxrnbq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2025.

MICROSOFT. **Copilot**: assistente de IA. [Software]. Disponível em: <https://copilot.microsoft.com/>. Acesso em: 3 maio 2025.

MENDES, Maria Gislane da Silva. **Batalhas vivenciadas por mães de autistas**: subjetivação, desafios e possibilidades de inclusão. 2021. 132 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/47156>. Acesso em: 30 ago. 2025.

MONTEIRO, Alcides. O que é a Inovação Social? Maleabilidade conceitual e implicações práticas. **Dados**, v. 62, n. 3, p. e20170009, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/TgyQQ73yL9qF5R3xvSS3J9L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2025.

TABUCHI, Mariana Garcia; ROSSI, Amélia do Carmo Sampaio. Construindo uma epistemologia feminista decolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 3, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/MN9FqyQ3Tz4qbSNvfDgxnVm/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 30 ago. 2025.

GÊNERO E CIÊNCIA: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS MULHERES EM MATO GROSSO DO SUL

Luiz Eduardo dos Santos Pecora

INTRODUÇÃO

Este texto versa sobre a produção científica, as pesquisas e as dificuldades que as mulheres enfrentam para desenvolver a carreira científica no Estado de Mato Grosso do Sul. Tem como objetivo analisar qualitativamente os dados quantitativos coletados nos currículos Lattes das(os) pesquisadoras(es), a publicação de artigos, projetos de pesquisa desenvolvidos e livros publicados. E os dados da formação (graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado) de pesquisadoras e pesquisadores que atuam em diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, pretende-se evidenciar os principais pontos que dificultam a produção e o acesso das mulheres em uma carreira científica, ressaltando o protagonismo delas em áreas consideradas adequadas, mas também naquelas em que a presença delas tem se destacado pela qualidade nos resultados das pesquisas. Entendemos que o conhecimento e os debates acerca do tema em vigência têm início no século XX e se intensificou nas duas últimas décadas do Séc. XXI.

Por meio da análise qualitativa e quantitativa dos dados compreenderem os preconceitos engendrados sobre a incapacidade das mulheres para desenvolver pesquisas em determinadas áreas do conhecimento científico torna-se relevante para eliminar os estereótipos e rótulos negativos sobre a capacidade intelectual feminina. Sendo assim, a análise dos dados ajuda a entender o avanço das mulheres na academia, já que eles apontam um crescimento e uma certa paridade de produção entre homens e mulheres no campo das ciências humanas em três universidades do estado de Mato do Sul, UEMS, UFMS, UFGD e UCDB, porém, se mantém instáveis na área da saúde e natureza.

Portanto, se torna necessário o debate no meio acadêmico, com o fim de modificar o cenário atual e que homens façam parte desse apoio nas investigações e analisem seus privilégios em todas as esferas sociais. Levando em conta o preconceito de gênero e as diversas barreiras imposta por anos de patriarcado, no qual se espelha na diferença salarial, igualdade, acesso a cargos de poder ou de relevância, barreiras físicas criada a partir de um pré-julgamento do sexo masculino.

Graças aos resultados da pesquisa Gênero e Ciência: Mulheres na carreira científica no Mato Grosso do Sul, projeto coordenado pela Profa. Dra. Marinete A. Zacharias Rodrigues,

elaboramos diversas tabelas e gráficos no qual utilizaremos para demonstrar o desempenho das mulheres na ciência. Dessa forma, elencamos a quantidades de cursos de graduação e o número de currículos Lattes analisados, sendo 161 cursos e 2.701 currículos pesquisados, desde a área de exatas, humanas, natureza e saúde. Sobretudo, buscamos expor a produção científica das mulheres nas carreiras com o intuito de comparar e questionar os dados mais relevantes para demonstrar a atuação feminina. A partir de amostras elaboramos gráficos e tabelas destacando as variáveis analisadas.

A partir disso, trabalharemos a forma de como foi executada a pesquisa, a formatação das tabelas dos cursos, área, nome, universidade, grau de formação das pesquisadoras e pesquisadores, publicações de artigos, livros/capítulos e projetos de pesquisa. Vale ressaltar, que será exposto também os dados nacionais graças às demais pesquisas que ocorrem no território brasileiro como o do IPEA, que apresenta a tendência de evolução das mulheres na carreira científica acadêmica.

Abaixo possível verificar o formato do formulário para coletar os dados pesquisados:

Figura 1: Formulário Coleta Dados Curso de Direito

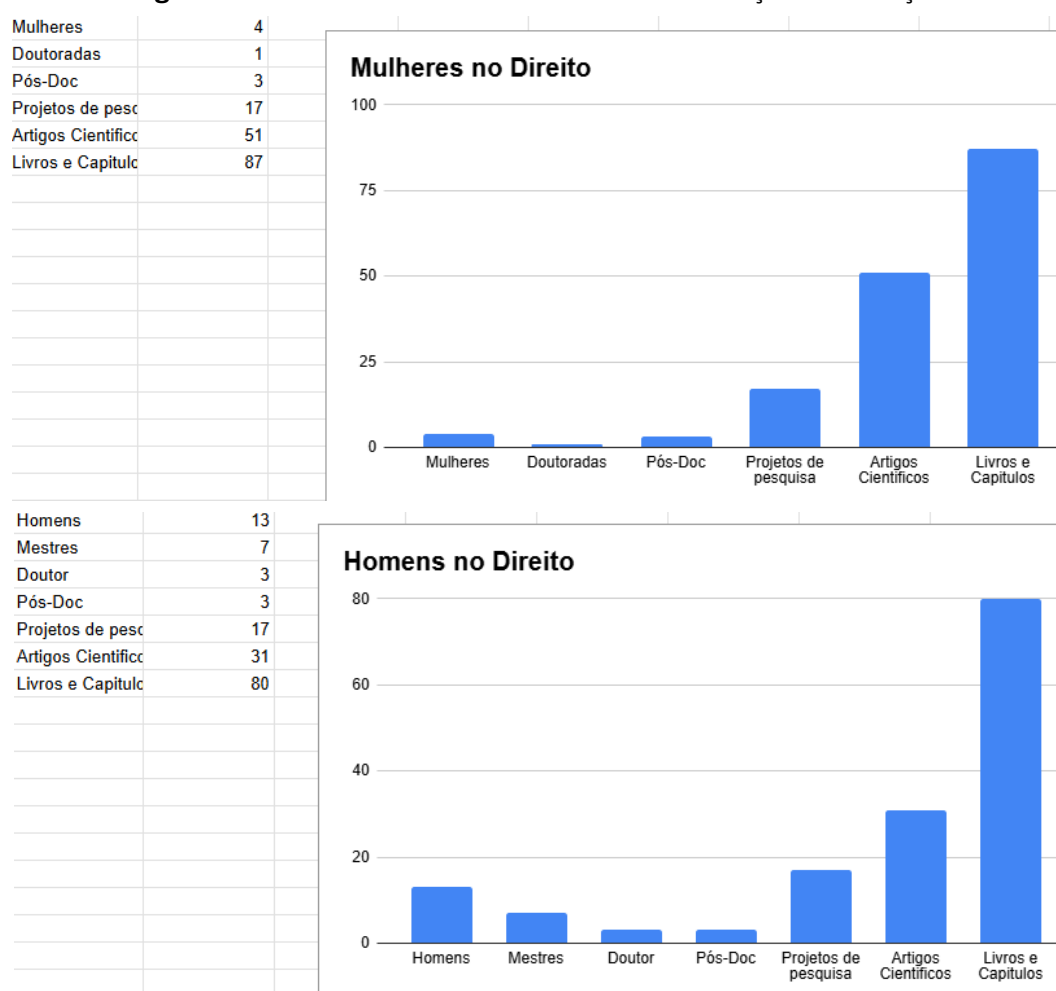
Direito e Relações Internacionais
somente professores efetivos

Subárea:					Curso: Direito		
/ 2024							
	Me	Dra	Pos doc	Bolsista Produtividade	Nº de Projetos Pesquisa	Nº de artigos Científicos Periódicos	Livros/ Capítulos
			X		2	9	45
			X	X	7	11	4
		X			4	9	19
			X		4	22	19
	Me	Dr	Pos doc	Bolsista Produtividade	Nº de Projetos Pesquisa	Nº de artigos Científicos Periódicos	Livros/ Capítulos
	X						
			X		1	2	12

	X					1	
	X						
		X			5	10	21
		X			1		1
	X						
	X				1	1	
			X		6	8	21
	X					2	3
		X					
	X						
			X		3	7	22

Fonte: Arquivo Marinete Z Rodrigues

Complementando a análise das informações, produzimos os gráficos no qual observamos a produção científica de mulheres e homens no período de 2018 a 2023:



produziram 31 artigos, mesmo com todas as dificuldades como diferença salarial, desigualdade de gênero, sexismo, assédios e pré-julgamentos sobre a capacidade física e mental as mulheres apresentam uma produção maior do que a dos homens, isto porque cada mulher produziu 12,75 artigos, e cada homem 2,38 artigos.

Nesse mesmo viés, exponho mais um formulário e o gráfico com os dados do curso de licenciatura em Matemática ofertado na UEMS. O número de docentes mulheres é maior do que de homens, embora área de matemática seja considerada, por tradição, como uma área em que predomina o sexo masculino. Essa predominância vem desde o século XIX, quando se enfatizava que as mulheres não possuíam capacidade para lidar com a lógica e o raciocínio necessários para as ciências exatas.

Figura 3: Formulário Coleta de Dados Curso de Matemática - Licenciatura

Exclusivamente professores efetivos

Subárea:		Curso: Matemática					
2023							
	Me	Dra	Pós doc	Bolsista Produtividade	Nº de Projetos Pesquisa	Nº de artigos Científicos Periódicos	Livros/ Capítulos
		X			2	3	
			X		1	2	
			X		5	5	5
		X			1	3	1
		X					1
		X			1	3	
		X					
		X			4	6	
			X		3		
			X		2	2	
		X			3	11	8

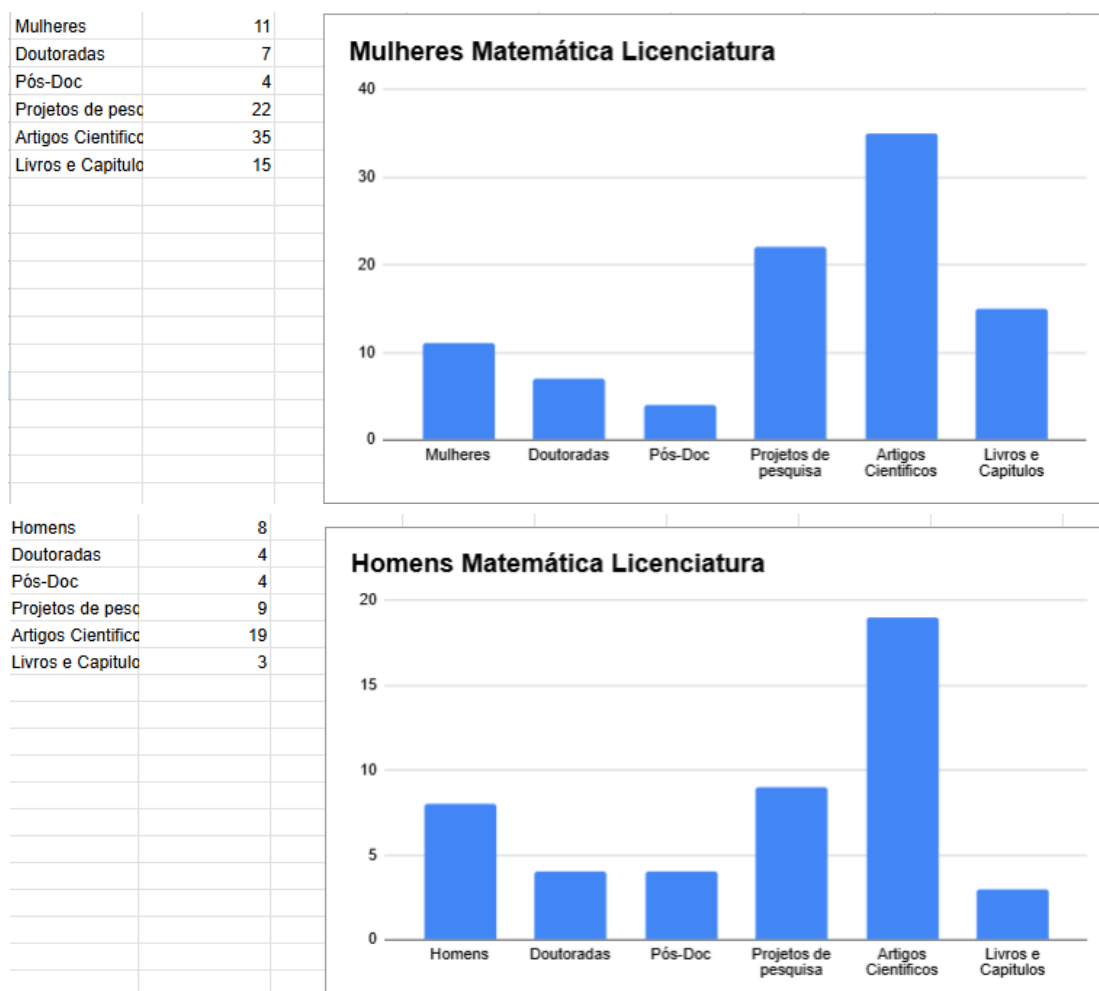
	Me	Dr	Pós doc	Bolsista Produtividade	Nº de Projetos Pesquisa	Nº de artigos Científicos Periódicos	Livros/ Capítulos
			X			3	
		X			4		
		X			1	4	
		X					1
		X	X				
		X					
			X		3	11	1
			X		1	1	1

Fonte: Arquivo Marinete Z. Rodrigues

Em um curso de licenciatura a diferença entre homens e mulheres é significativa dado que as mulheres foram educadas para ocupar espaços relacionados com a educação e enfermagem. A construção histórica e social explica esse evento de uma maneira simples, as mulheres desde alguns séculos são incentivadas para o cuidar, zelar, ensinar e curar, as áreas de ensino e saúde como enfermagem foram por muito tempo destinados às mulheres. Contudo, na virada do século XIX para o XX essa construção foi remodelada e passaram a inserir os homens no ensino, mas ainda assim há uma predominância de mulheres em área

como a pedagogia e outros da licenciatura. Analisando o gráfico quanto a produção científica observa-se que as mulheres possuem um número maior.

Figura 4: Gráfico Dados Curso de Matemática – Licenciatura - Formação e Produção



Fonte: Arquivo Marinete Z Rodrigues

Os dados revelam 8 pesquisadores com doutorados, sendo que 4 possuem pós-doutorado, enquanto as mulheres são 11 com doutorado e 4 com pós-doutorado. Isso mostra que embora as mulheres sejam em maior número, os homens predominam no quantitativo com pós-doutorado. Em um viés crítico, isso pode ocorrer por fatores como a licença maternidade, acesso a parcerias, tempo para pesquisas e publicações e duplas jornadas de trabalho. Essa pesquisa deve ser realizada em outra etapa, mas caberia perfeitamente essa análise na mesa redonda para tecer uma crítica e, também exaltar a grande produção das mulheres no meio das licenciaturas. A pesquisa desenvolvida pela equipe da Profa Dra Marinete Z. Rodrigues vai apresentar os dados e análises circunstanciadas sobre a participação das mulheres na ciência em Mato Grosso do Sul. Esperamos tecer uma crítica construtiva do que possa ser feito para que as parcerias entre

mulheres na ciência sejam efetivadas com grande sucesso, e que entendam que o apoio familiar e institucional contribua para ampliar a igualdade de gênero nas Universidades.

Dito isso, é necessário que os homens que estão no meio acadêmico também participem do debate, levando em conta que a construção das diferenças sexuais, dos estereótipos e preconceitos vem de uma época em que os mesmos se colocavam como seres superiores devido ao sexo masculino. O debate deve ser amplo e compreender o seu ‘lugar de fala’ para que assim possamos aprofundar o conhecimento e recorrer a busca de uma igualdade de gênero. Nesse viés, como afirma Djamila Ribeiro escritora e filósofa brasileira que abrange a área do feminismo plural:

O conceito de ‘lugar de fala’ não significa que apenas quem vive determinada experiência pode falar sobre ela, mas que é necessário reconhecer a posição de onde se fala. Trata-se de refletir sobre os privilégios e as opressões que estruturam as falas e os silêncios na sociedade. O que está em jogo é a escuta e a responsabilidade na produção do conhecimento. (Ribeiro, 2017, p. 29)

Dessa forma, a finalidade do artigo foi apresentar alguns dados visando ampliar o debate crítico e analisar quais as possibilidades de uma carreira igualitária e de apoio entre as pesquisadoras. Analisar de forma crítica qualitativa e quantitativa a produção acadêmica de mulheres na carreira científica no Estado de Mato Grosso do Sul, destacando as desigualdades de gênero presentes nas diferentes áreas do conhecimento (exatas, humanas, natureza e saúde), é contribuir para promover o debate sobre os principais desafios enfrentados por pesquisadoras que atuam de forma intensa em suas áreas de pesquisa.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Atualmente muitos estudos têm mostrado que a presença das mulheres nas ciências deve ser incentivada como sendo uma prática rotineira, como um lugar de atuação não apenas deles, mas também delas, dentro das universidades e nas instituições de pesquisa, pois as mulheres sempre participaram de forma direta ou indiretamente, nas atividades científicas. Hoje, as mulheres buscam por mais autonomia nas relações familiares, afetivas e no trabalho. Na ciência esta autonomia contribui para incentivar a produção de novas pesquisas nas áreas mais tradicionais e naquelas que ainda restringem a presença feminina.

É preciso compreender o papel de homens e mulheres na academia; diferenciar as desigualdades de cada área do conhecimento (humanas, exatas, sociais aplicadas, naturezas e saúde); identificar os principais fatores que dificultam a permanência e o avanço das mulheres na carreira científica, tais como desigualdade salarial, sexismo, assédio, dupla

jornada e falta de representatividade, é contribuir para transformar uma cultura marcada pelo patriarcalismo, devemos promover estratégias institucionais voltada às políticas públicas de inclusão, valorização e permanência das mulheres nas pesquisas e na ciência. Com bem enfatizou Londa Schiebinger (2008, p. 273)

Uma cultura é mais do que instituições, regulações legais ou uma série de diplomas e certificados. Ela consiste em suposições e valores não declarados de seus membros. A despeito dos clamores de objetividade e de valor neutralidade, as ciências encerram culturas identificáveis, cujos costumes e hábitos desenvolveram-se ao longo do tempo. Muitos desses costumes desenvolveram-se historicamente não contando com a presença das mulheres e, além disso, como argumentei em outro trabalho¹⁹, em oposição à participação delas.

Esse entendimento evidencia que a produção de conhecimento, longe de ser neutra, está imersa em estruturas culturais que reproduzem desigualdades. A exclusão histórica das mulheres do espaço científico não apenas moldou práticas e tradições, mas também consolidou visões de mundo que reforçam hierarquias de gênero. Reconhecer essa dimensão é fundamental para desnaturalizar os discursos de neutralidade e objetividade, abrindo caminho para a construção de uma ciência mais inclusiva, plural e comprometida com a diversidade de experiências humanas.

REFERÊNCIAS

CHIARINI, Tulio; RAPINI, Márcia Siqueira; SANTOS, Emerson Gomes dos. **Revelando tendências: análise dos resultados do censo dos grupos de pesquisa de 2023**. Brasília, DF: Ipea, ago. 2024. (Diset: Nota Técnica, 136)

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHIEBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, suplemento, p.269-281, jun. 2008. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-5970200800050001

MULHERES NO DEBATE POLÍTICO CONTEMPORÂNEO SOBRE A DITADURA CÍVICO-MILITAR NO BRASIL

“A vida presta, e muito!”
Fernanda Torres, dez/2024.

“Não insulta apenas a mim,[...]”
Dilma Rousseff, 2016.

“Medo nós tem, mas não usa!”
Margarida Alves, 1973.

“Nós vamos sorrir, sorriam!”
Eunice Paiva, 1971.

Eduarda Teixeira Correia
Silvana Colombelli Parra Sanches

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de diálogos entre uma estudante do curso técnico em informática integrado ao ensino médio, do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, *câmpus* Nova Andradina, e a professora de sociologia do *câmpus*, que também é sua orientadora. Por meio de nossas reuniões, levantamos dados sobre a atuação de mulheres no debate político após a ditadura cívico-militar brasileira, e percebemos o quanto o papel delas é importante no fomento atual da memória social deste período no Brasil.

Foram inúmeras mulheres que encontramos nos registros científicos das ciências humanas e sociais, algumas serão citadas aqui, e, por fim, mas não por último, fizemos recortes de mulheres que atualmente ocupam o palco, por assim dizer, do grande público. A ditadura cívico-militar no Brasil teve início em 1964 e chegou ao fim de forma lenta e gradual em 1985, caracterizando um dos períodos mais sombrios da história política do país, principalmente em seus anos de chumbo (1968-1974) quando o AI-5, ato institucional nº5 do governo de Costa e Silva cassou mandatos e suprimiu a maioria dos direitos civis constitucionais, o que recrudesceu a repressão política.

A filiação teórica escolhida perpassa pela discussão da colonialidade de gênero, o que nos insere no rol do feminismo decolonial. Houve mulheres em toda a América Latina que se insurgiram no século XX, contrárias às arbitrariedades perpetradas por ditaduras. Muitas

ecoam suas vozes e ações até os dias de hoje, seja na Plaza de Mayo, no Palácio do Planalto, nas salas de cinema do mundo ou na memória viva em documentos e livros.

Marcada pela censura, torturas e silenciamento de vozes discordantes, o regime impôs duras limitações à liberdade de expressão, à organização social e à participação cidadã, principalmente de camadas estigmatizadas como negros, camponeses, mulheres, indígenas, dentre outros. Esta pesquisa levanta dados de mulheres brasileiras, tendo como referências as relações sociais de gênero e as discussões do campo da história, sociologia e educação para a cidadania.

AS MULHERES NA DITADURA E SEU PAPEL NO DEBATE POLÍTICO HOJE

A atuação das mulheres na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil, frequentemente, não recebeu o devido destaque na história oficial, que priorizou as figuras masculinas nos relatos da resistência. Nem no movimento social em pró da democratização, nem na produção teórica acadêmica resultante e, conseqüentemente, nem nos afazeres didático-pedagógicos das escolas brasileiras. Quando tratamos do tema com a geração de adolescentes em 2025, e há a discussão de músicas, filmes e livros censurados na ditadura cívico-militar, o nome que primeiro vem nas vozes das turmas de ensino médio é o do compositor Chico Buarque (mais do que sua dimensão de cantor ou romancista).

Entretanto, ao pesquisar para este artigo descobrimos que a escritora mais censurada entre 1964-1985 no Brasil foi Cassandra Rios. Com uma temática homo e bissexualidade, 36 dos seus 50 livros publicados no período foram censurados. Depôs diversas vezes no Departamento de Ordem Política e Social - DOPS (os Estados também tinham o DEOPS), que era o departamento responsável pela inteligência policial do governo. Ao criar um pseudônimo masculino, Oliver Rivers, seus livros foram liberados, o que indica que o fato de ser mulher pôde ser um fator de perseguição de sua literatura. Mesmo com estas interrupções do seu trabalho, em 1970 atingiu um milhão de exemplares vendidos. (Mayer, 2025).

Além deste órgão, tem-se o: “Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna, o temível DOI-Codi. Com dotações orçamentárias próprias e chefiado por um alto oficial do Exército, o órgão assumiu o primeiro posto na repressão política no país.” (Merlino E Ojeda, 2010, p. 21)

Ao tecer um fio histórico, pensamos no período da ditadura até hoje, e notamos que as mulheres não eram e não são apoiadas no debate político. Em 2025, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi alvo de ataques de parlamentares homens da chamada bancada ruralista em sessões do legislativo e precisou fazer vários pronunciamentos reafirmando o seu valor: “Uma parte da humanidade está indo para o caminho da barbárie [...] essa disputa não é fácil, [...] eu jamais iria para o debate com aquelas pessoas porque sei que não existe debate

mas eu fui convocada e numa democracia eu respeito as instituições [...] quanto mais a gente faz política pública para proteger o meio ambiente, mais eles ficam violentos e inconformados.” (Silva, 2025, web).

No Brasil, em 1995, é criada a Lei 9.100 que destina uma cota mínima de 20% das vagas para cada um dos sexos nas eleições municipais; em 1997 há uma revisão e as candidaturas femininas passam a preencher o mínimo de 30% das vagas nas eleições proporcionais, e essa norma está prevista na Lei 9.504, conhecida como a Lei das Eleições. Mesmo com esta lei, são vários os casos de fraude à cota de gênero durante o período eleitoral pelos partidos em todo o país. Ao construir a imagem da mulher politizada como desvio, a repressão procurava reafirmar que: “o sexo feminino seria incapaz das decisões políticas e não teria vontade própria, deveria ser tutelada pelo homem”. (Gouveia, 2013, p. 6).

Entretanto, para as mulheres serem aceitas no debate político da ditadura militar não foi fácil por existir a desigualdade de gênero e para elas conseguirem assumir algum posto de comando nas organizações, muitas aceitaram e assumiram o discurso masculino de que o lugar de comando no mundo político, e mesmo nas organizações de esquerda seriam reservados aos homens, e, portanto, algumas passaram a atuar como figuras desprovidas de qualidade feminina. De acordo com Marta Gouveia (2013, p. 8): “[...] para as mulheres serem respeitadas pelos seus maridos ou torturadores elas tinham que agir como um homem, mostrando coragem e ousadia, atributos considerados masculinos.”

Não obstante, isso contrasta com o narrado pela professora Ana Maria Gomes, doutora em sociologia e docente aposentada pela UFMS. Ela foi orientadora na graduação e mestrado da professora de sociologia que co-escreveu este texto, e seus ensinamentos impactaram em toda a trajetória acadêmica. Ela contou durante os anos de nossas orientações, que quando foi presa no Presídio Tiradentes de janeiro a setembro de 1970, era integrante do Grupo de Osasco, um grupo de operários e estudantes desta cidade de São Paulo que proveu greves durante a ditadura militar (Silva, 2018). Durante muito tempo, segundo a professora, a simples presença de homens fardados no mesmo ambiente a fazia sentir-se mal.

Foi no cárcere que conheceu Dilma Rousseff e tantas outras. O que possibilitou a libertação de Ana Maria Gomes foi ter se valido da fragilidade imagética, era uma moça pequena e delicada, fato que a poupou de desventuras maiores aquelas que havia passado ali. Ela afirmou que a ditadura não foi apenas caracterizada pela repressão estatal, mas por uma reafirmação de valores conservadores (Silva, 2018). Progressista, a doutora em sociologia Ana Maria Gomes fundou o Fórum de Mulheres em Mato Grosso do Sul, foi a primeira professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul a formar um Núcleo de Estudos de Gênero - NEG em 1998. Ficou oito anos lutando para a criação do curso de Ciências Sociais na capital juntamente com outros dois professores da área, o que aconteceu

no ano de 2000. É uma das primeiras feministas do Estado e apoiou as primeiras paradas LGBTQIAPN+ em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sendo a primeira em 2002.

O papel das mulheres no debate político é fundamental para garantir a eficácia democrática e diversidade e para assegurar que políticas públicas atendam às necessidades específicas das mulheres. No entanto, as mudanças são lentas, com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal apresentando apenas 15% e 12% de mulheres no período em que Dilma Rousseff foi presidenta do Brasil. Nessa época, a política continuava sendo um privilégio masculino, nas eleições de 2014 diminuiu o número de mulheres eleitas. De acordo com a Ana Colling (2015), a mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura cívico-militar cometia dois erros aos olhos da repressão: “de se insurgir contra a política golpista fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais estabelecidos para os dois sexos”. (Colling, 2015, p. 378).

Neste sentido, esta pesquisa tem o intuito dialogar sobre a importância das mulheres no debate político da ditadura, o quanto elas lutaram por justiça e seus direitos, o fato de que atualmente o silêncio do acontecimento que marcou muitos não é repercutido enquanto a memória coletiva de mulheres no debate são invisibilizadas, e na política o número de homens é maior.

No embate das relações de gênero se sobressai o gênero masculino reivindicando para si esse nicho, daí porque as mulheres são excluídas dos maiores investimentos durante a realização de uma campanha; nelas não se investe em formação política; em marketing profissional na construção de sua imagem pública; enfim, no investimento político e econômico para que ela possa sair vitoriosa. Tal realidade é percebida tanto nas eleições majoritárias, quanto nas proporcionais. (Lima, 2022, p.9).

O objetivo geral nesta pesquisa é analisar como que na contemporaneidade, o trabalho de uma ex-presidenta, engenheira civil, outra advogada e ativista do movimento indígena e outra atriz e escritora, dentre outras, são capazes de mobilizar discussões sobre a ditadura cívico-militar que ocorreu no Brasil décadas atrás, e mostrarem o papel importante de mulheres no debate político. Os objetivos específicos são 1) Valorizar mulheres que protagonizam o debate da história brasileira; 2) Entender como o campo da política e da arte atravessam o debate sobre a história autoritária do Brasil na atualidade; 3) Refletir sobre o papel de três mulheres: Dilma Vanna Rousseff, Eunice Paiva e Fernanda Torres no debate contemporâneo sobre a ditadura cívico-militar brasileira.

No período da ditadura as mulheres eram vistas como desqualificadas a ocupar um cargo superior a um homem, e principalmente por estar em um cargo político onde eles subestimavam mulheres como incapazes de estar neste cargo. Para Larissa Tomazoni (2016): “Durante a ditadura a norma era a não participação das mulheres na política, exceto para

reafirmar que mulheres os seus lugares que seriam como mãe, mulher e dona de casa que vivem em função do espaço masculino”. (Tomazoni, 2016, p.58).

A repressão caracterizava a mulher militante como puta comunista, ambas categorias desviantes de padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausuram a mulher no mundo privado e doméstico.

A humilhação, constante na relação da repressão com a mulher presa, é para tentar enquadrá-la em dois conceitos que socialmente diminui a mulher: puta e comunista. Ser comunista é um desvio para homens e mulheres, mais ainda para as mulheres que estão fora de seu lugar, atuando na vida política; e prostituta, que sempre foi considerada uma mulher degenerada e corrompedora. Não bastando isso, outro conceito também desviante de mulher é aplicado à de mulher-macho [...]. (Colling, 1997, p. 91).

Diante das lutas vividas na época da ditadura as mulheres eram fortes, e elas não tinham suas cabeças abaixadas, e elas continuaram lutando nas décadas após a ditadura. O feminismo que se fortalecia durante a ditadura propiciou às mulheres ocuparem o mundo público, questionando o regime patriarcal, a divisão sexual do trabalho, e um desses lugares onde mulheres não poderiam atuar era o espaço político onde a repressão afirmava que as mulheres não seriam capazes de atuarem.

A participação de mulheres nas organizações políticas clandestinas, de um modo geral, foi para garantir a infraestrutura das ações políticas e militares (Tales, 2014). Algumas mulheres entraram na luta pela democracia por motivo pessoal de dor e sofrimento, inclusive materno. Zuzu Angel (1921-1976), design de moda famosa internacionalmente, sai do anonimato de uma vida de senhora pacata de classe média alta, e se lança ao debate político quando do desaparecimento de seu filho Stuart Angel em 1971, capturado pelos militares. Ela busca desesperadamente pela localização do corpo do rapaz por quase cinco anos, período em que promoveu denúncias, escreveu cartas, realizou desfiles internacionais com a temática, e, em uma de suas visitas à casa de Zuenir Ventura, em abril de 1975, a estilista deixou um bilhete manuscrito em que dizia: “Se algo vier a acontecer comigo, se eu aparecer morta, por acidente, assalto ou qualquer outro meio, terá sido obra dos mesmos assassinos do meu amado filho”. (Angel, 1975).

A sua morte ocorreu na saída do antigo túnel Dois Irmãos, em São Conrado, na Zona Sul do Rio de Janeiro, em suspeita de falha mecânica do automóvel. Recentemente, sua certidão de óbito foi retificada, assim como a de outros 408 mortos e desaparecidos estão recebendo esta documentação atualizada, o que atende à Resolução nº 601/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que mortes de dissidentes políticos sejam registradas como não naturais e atribuídas ao Estado (G1, 2025, web). Foi muito amiga de Elke Maravilha (1945-2016) que se solidarizou com sua luta em um episódio no aeroporto em 1971,

rasgou um cartaz que havia ali de procurado de Stuart Angel (que já havia sido assassinado), foi presa por seis dias e enquadrada na Lei de Segurança Nacional, o que a faz perder a cidadania brasileira - pois era nascida na Itália - e se tornou apátrida.

Não apenas Zuzu Angel lutou para saber o que aconteceu com o filho. Esmeraldina Carvalho Cunha lutou incansavelmente para descobrir o que levou sua filha a óbito, uma moça muito bonita com o nome Nilda Carvalho Cunha (1954-1971), que depois de ser levada aos 17 anos para o Quartel do Barbalho nunca mais se recuperou, vindo a falecer no sanatório Bahia com sintomas como cegueira e asfixia. O atestado de óbito dizia edema cerebral a esclarecer. A mãe denunciou sistematicamente a morte da filha e foi encontrada morta em casa um ano depois. (Merlino e Ojeda, 2010).

Podemos também citar tantas outras como ainda atuante Rosemeire Nogueira, que é jornalista, militante e presidenta do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo. Foi presa pela ditadura militar em 4 de novembro de 1969, mesmo dia da morte de Carlos Marighella. Na época, militava na Ação Libertadora Nacional (ALN) e trabalhava no jornal Folha da Tarde. Foi presa em 1969 quando seu filho tinha apenas 33 dias.

O torturador zombava: ‘Esse leitinho o nenê não vai ter mais’. ‘E se não melhorar, vai para o barranco, porque aqui ninguém fica doente.’ Esse foi o começo da pior parte. Passaram a ameaçar buscar meu filho. ‘Vamos quebrar a perna’, dizia um. ‘Queimar com cigarro’, dizia outro. Rosemeire Nogueira, depoimento para Merlino e Ojeda (2010, p. 45).

Dividiu cela com Dilma Rousseff na chamada Torre das Donzelas. Sobreviveu e participou das investigações da Comissão Nacional da Verdade, realizou documentário sobre o tema e escreveu um livro intitulado *Crimes de Maio* sobre o episódio em que 493 jovens foram mortos pela polícia militar no Estado de São Paulo (Mayer, 2025) suspeitos de integrar a facção Primeiro Comando da Capital - PCC em 2006.

Ao serem mulheres intelectuais que produzem conteúdos sobre temas necessários que envolvem populações marginalizadas podemos lembrar que o próprio Movimento Negro Unificado nasce no contexto da ditadura, em julho de 1978, em frente as escadarias do teatro Municipal de São Paulo, inclusive com a presença ativa de uma grande socióloga, Lélia González, autora de conceito como pretuguês e América Ladina, conceitos estes que apenas nas últimas décadas estão sendo revisitados massivamente por acadêmicos de humanas e sociais.

O livro *Luta: substantivo feminino* de 2010 (ministra Nilcéa Freire do governo Lula à época fez a introdução) oferece o registro de 45 mulheres que viveram e morreram lutando contra a ditadura no Brasil, e o testemunho de 27 mulheres que sobreviveram Não inclui todas como Margarida Maria Alves, que com 40 anos em 1973 se torna presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, espaço em que ajudou muita gente a mover processos na justiça a favor

de direitos sociais e humanos, além de criar um programa de alfabetização inspirado em Paulo Freire. Margarida Maria Alves foi assassinada na Paraíba em 1983, por pistoleiros a serviço de fazendeiros. (MERLINO e OJEDA, 2010). Atualmente a maior manifestação de mulheres trabalhadores rurais da América Latina acontece em Brasília e é chamada de Marcha das Margaridas em sua homenagem. (MAYER, 2025).

Estas mulheres são suleadoras de pesquisas empíricas e ativistas de movimentos sociais concomitantemente. Defendemos a tese que praticam um feminismo decolonial, que rompe com a noção cartesiana de objeto de pesquisa e pensam as causas sociais como relacionais. Produzem atravessamentos às pautas masculinas e transgridam as normas e estruturas de opressão vigentes no passado e no presente.

(ANTI) METODOLOGIA E PLATÔS RIZOMÁTICOS

Metodologicamente, ou apenas colocando o método (da ciência masculina) sob rasura (para pensar conforme Jacques Derrida, desconstrucionista francês) (DERRIDA, 2014), a escolha das mulheres se baseia nas diferentes formas de atuação e impacto, tendo, por exemplo, a Eunice Paiva como alguém que lutou civilmente por memória e justiça; Dilma Rousseff, a militância ativa e a conquista de espaços de poder político e Fernanda Torres, a resistência simbólica vivida e cultural através da arte e da performance teatral, dentre tantas outras. Cada uma delas representa uma defesa da democracia, seja por meio da militância política, da atuação cultural ou da luta pelos direitos humanos.

A história única no singular é aquela dos vencedores, ou então, dos hegemônicos, a memória é pluricultural, rizomática e escapa aos mecanismos de poder, é partilhada, interpenetra e soma-se em linhas de fuga. A memória se opõe ao poder do UM. “O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva.” (Adichie, 2019, p. 12).

Memórias autobiográficas, de grupos, testemunhais, culturais, entre outras, nos vêem sob a forma de depoimentos espontâneos ou documentação amarelada e esquecida e constituem verdadeiras linhas de fuga no imaginário social. Gilles Deleuze e Félix Guattari, teóricos da esquizoanálise, nos ensinam a pensar de forma rizomática e produzir platôs. As ações de mulheres em espaços de poder, transbordam em coletivos e somam-se micro politicamente até formar agenciamentos, máquinas de guerra (Deleuze e Guattari, 2011).

Ao atuarem como máquinas de guerra, da época da ditadura militar até hoje, estas mulheres transgridem a norma, atuam feito rizoma e constroem espaços outros que permitam exercer micropoderes e agenciar conquistas de direitos e espaços democráticos de cidadania. “A quebra do silêncio é defendida por todas as depoentes como uma forma de libertação das amarras impostas pelo regime de exceção.” (Silva, 2020, p. 131). Discursar,

atuar, defender uma causa são aqui gorjeios que proporcionam acontecimentos políticos fundamentais para o progresso da sociedade brasileira.

MULHERES: EXPERIÊNCIAS, PERFORMANCES, AGENCIAMENTOS, MICRO E MACROPOLÍTICOS

Dilma Rousseff ingressou na militância política ainda jovem, participando das organizações de esquerda que eram contra a ditadura. Em 1970, foi presa e torturada tornando-se uma das muitas vítimas da repressão militar:

Aos 19 anos inicia uma luta contra a Ditadura Civil Militar, passa a integrar o movimento de resistência política na clandestinidade. Dilma militou no Comando de Libertação Nacional (Colina) e posteriormente na Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (VAR – Palmares). Ela é perseguida, presa e torturada por três anos, durante o regime militar. Após o fim da Ditadura muda-se para Porto Alegre onde começa a trilhar sua carreira política. (LIMA, 2022, p. 25).

Em 18 de Novembro de 2011 foi criada a Comissão Nacional da Verdade, onde Dilma Rousseff faz parte relatando as graves violações de direitos humanos ocorridas entre (1946-1988). Os governos brasileiros eleitos pelo voto após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ao contrário de diversos países latino-americanos que vivenciaram ditaduras militares no século XX, geralmente não fizeram investigações oficiais sobre os crimes ocorridos no período antidemocrático.

Alguns meses antes da eleição de 1989, o Serviço Nacional de Informação - SNI realizou uma operação secreta de limpeza dos arquivos que poderiam implicar militares. Sob o governo de Sarney, os militares tutelaram o Estado e não foram incomodados com pedidos de revisão do passado recente de torturas e assassinatos. Fernando Collor, o próximo presidente, herdeiro de oligarcas rurais, mesmo com seus discursos arrojados, pouco preocupou o setor e este período foi caracterizado pela ausência de tensão entre Forças Armadas e Estado democrático.

Itamar Franco não só não mexeu no vespeiro como deixou os militares mais aparelhados. Fernando Henrique Cardoso entra na presidência e em 1995 cria a Comissão de Desaparecidos para solucionar a situação jurídica de mortos políticos do período da Ditadura, entretanto, as forças armadas não foram obrigadas a abrir seus arquivos. Em 1998, o exército se pronunciou dizendo não ter informações nem documentação sobre a Guerrilha do Araguaia. Com Lula, o orçamento para os militares aumentou 50% e, apesar de esforços de algumas pessoas do primeiro e segundo escalão, só em 2008 é que a questão da comissão começou a avançar novamente, bem lentamente, pois, com Nelson Jobim no Ministério de

Defesa, as forças armadas continuaram alegando que tais documentações inexistiam. (Guilherme, 2021).

Neste contexto, durante a campanha presidencial de Dilma havia inúmeros comentários estereotipados de que ela seria uma substituta ou cópia do seu apoiador de partido Luís Inácio Lula da Silva, e que faria apenas o que ele lhe ordenasse e que este estaria como uma sombra em todo o mandato. Outros estigmas como os rótulos de ser uma terrorista, abortista, lésbica, gerentona, autoritária, mal-amada, solitária, incompetente, sem trato político, inegociável, sem espírito conciliatório, sem capacidade para governar, uma anta, uma jumenta, uma “sem noção”. uma mulher que foge, completamente, ao que se espera, ou seja, ser “bela, recatada e do lar” como um certo jornal qualificou a esposa de seu vice, Michel Temer em clara comparação com a Dilma, também foram exaustivamente explorados pelos seus adversários. (Lima, 2023).

Atravessando os discursos patriarcais, homofóbicos, misóginos e sexistas, ela foi eleita com 56% dos votos e seu adversário José Serra somou apenas 43% em um segundo turno histórico.

Em sua gestão aconteceu algo inédito na democracia brasileira pós regime militar: uma investigação para apuração das violações de direitos humanos com entrevistas formais e produção de relatório oficial. Para tanto, tudo começou com um projeto de lei ainda quando era chefe da Casa Civil do Palácio do Planalto:

O projeto de lei que resultou do trabalho realizado pelo grupo foi encaminhado ao Congresso Nacional em maio de 2010 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo tramitado sob regime de urgência. Em setembro de 2011, a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, acompanhada de cinco ex-ministros da pasta – José Gregori, Gilberto Sabóia, Paulo Sérgio Pinheiro, Nilmário Miranda e Paulo de Tarso Vannuchi –, visitou os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para solicitar prioridade na aprovação do projeto de lei, em uma clara demonstração de suprapartidarismo sobre a matéria. Aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei no 12.528 foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011. (BRASIL, 2014, p.21).

Sobre o impacto do engajamento de Dilma na produção desta comissão, Guilherme (2021, p. 46) escreve:

Aqui não se nega a hipótese de que grandes setores militares nutriram desconfiança e suspeita com todos os governos civis pós-ditadura. O que este artigo defende é que, no ano de 2011 – o primeiro da presidenta Dilma Rousseff, ex-guerrilheira, presa e torturada pelos porões militares da Ditadura – a demissão de Nelson Jobim (PMDB) do ministério da Defesa e a aprovação da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV) acentuaram a inquietação nos círculos militares.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pelo governo brasileiro para investigar as violações dos direitos humanos no período de 1946 a 1988. Com o objetivo de esclarecer casos de torturas, desaparecimento, mortes e perseguição política. Diante a isso, com as investigações, e com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, foram 434 mortes e desaparecimento de políticos, a maioria das mortes ou desaparecimentos na ditadura era estudante, jovem, ligada a organizações políticas e vivia em capitais. A existência e atuação da comissão nacional da verdade, bem como seu relatório final, não apenas podem atuar contra a repetição de violências, o fortalecimento da democracia brasileira e o enfraquecimento de discursos negacionistas, como também a institucionalização de memórias e o suporte aos movimentos sociais, ao proporcionar elos de enfrentamento das injustiças sociais do passado com aquelas vivenciadas no presente. (Schettini, 2023).

Atualmente existe um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados PL 795/2025, de autoria da deputada Sâmia Bomfim e Luiza Erundina, ambas do PSOL de São paulo, que dispõe sobre a suspensão da remuneração e dos proventos de militares condenados por crimes de violência contra mulheres praticados durante o período da Ditadura Militar. (BRASIL, 2025)

Ao pensar no papel do cinema como formador de opinião no Brasil contemporâneo, é necessário lembrar que é um dos meios de comunicação e produção artística e cultural que invade sobremaneira os territórios das massas de indivíduos em redes sociais, televisores, canais pagos, redes de *streaming* e outros aplicativos que permitem as pessoas saberem o que está acontecendo no meio audiovisual e no campo das artes como um todo.

Se observarmos que a quantidade de brasileiros que leem qualquer tipo de literatura, não apenas a científica, com frequência é baixa e se considerarmos o levantamento feito pela Câmara Nacional do Livro do início de 2025 até junho, a lista dos livros mais vendidos coloca, entre literatura norte-americana de entretenimento e livros de autoajuda, o famoso *Bobbie Goods* para colorir, 50 mil livros vendidos aproximadamente e o livro cristão *Café com Deus Pai*, 4 mil e poucos livros vendidos, há de se imaginar que outros meios de informação e conhecimento são mais utilizados pelos brasileiros para se informar sobre os temas que mobilizam o país, tais como filmes e *podcasts*.

Em contraposição, a pouca venda de livros impressos, o cenário de superprodução de longas-metragens brasileiros é mais consumido, por assim dizer. Em 2024, o diretor Walter Salles resolve pautar em produção audiovisual um nome da nossa história social, acadêmica e política: Eunice Paiva. Retomando a história contada no livro de seu filho, Marcelo Rubens Paiva, “Ainda estou aqui”, livro que inclusive registrou expressivo aumento na procura em sebos e livrarias em 2025. Eunice Paiva foi uma advogada e militante dos direitos humanos que se destacou durante o período da ditadura cívico-militar.

Maria Lucrécia Eunice Facciolla (1929-2018), menina cachota e estudiosa conheceu seu futuro marido ainda na escola e em 1947 passou em primeiro lugar em Letras na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Dois anos depois o namorado Rubens Beyrodt Paiva passou em engenharia civil na mesma universidade. Casaram-se em 1952 e tiveram quatro filhas e um filho. Foi eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB em 1962. Com o golpe em primeiro de abril de 1964, se refugia na embaixada da Iugoslávia pois o ato institucional nº1 cassa o seu mandato. Ao sair de lá, se exilou fora do Brasil e retornou antes do esperado por Eunice, quando foram morar em uma casa no Leblon no Rio de Janeiro em frente ao mar.

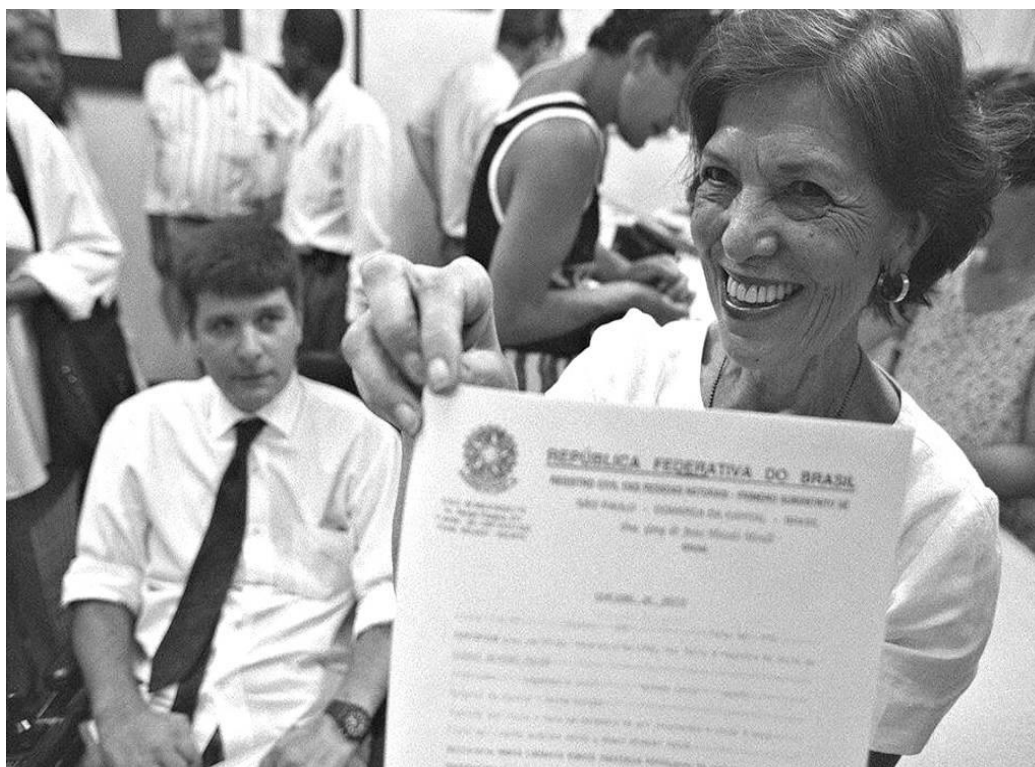
Foi levado para interrogatório em 20 de janeiro de 1971 pela polícia e nunca mais foi visto pela família. Eunice e uma das filhas também foram presas e depois soltas em alguns dias.

Após o desaparecimento de seu marido, Rubens Paiva, Eunice iniciou uma trajetória de luta por justiça e memória. Sua atuação foi fundamental nas denúncias das violações cometidas pelo Estado, tornando-se uma das vozes mais relevantes que busca responsabilização dos agentes da repressão. Eunice combateu a política indigenista do regime até o final da ditadura, ela tornou-se uma das poucas especialistas em direito indígena no país.

Uma das pioneiras na luta pelos direitos dos povos indígenas no Brasil. Em 1976, aos 47 anos, ela se formou em Direito e contribuiu de forma significativa para a elaboração do capítulo da Constituição Cidadã de 1988 que trata sobre os direitos territoriais, o reconhecimento à diversidade étnica e cultural e à autonomia e autodeterminação dos povos indígenas. Eunice também atuou na Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI durante a década de 1980, auxiliando decisivamente na demarcação das terras Krikati e Awá, no Maranhão, e Xikrin do Rio Cateté, no Pará.

Em 1987, fundou ao lado de outros parceiros o Instituto de Antropologia e Meio Ambiente - IAMA, organização não-governamental que atuou até 2001 na defesa e autonomia dos povos indígenas. No ano de 1996, Eunice presenciou a emissão do atestado de óbito oficial de Rubens Paiva, emitido pelo estado brasileiro, depois de vinte e cinco anos de luta da ativista. Este momento está eternizado no filme *Ainda Estou Aqui*.

Figura 1 - Eunice Paiva ao lado do filho Marcelo Rubens Paiva exibindo a certidão de óbito do marido, Rubens Paiva.



Fonte: <https://x.com/arquivopolitico/status/1870578785936179370>

Ainda Estou Aqui, dirigido por Walter Salles, retrata a história de Eunice Paiva durante e após a ditadura militar brasileira. A obra baseada no livro autobiográfico de Marcelo Rubens Paiva, acompanha a busca incansável de Eunice, interpretada pela Fernanda Torres, pelo que houve com seu marido, o deputado cassado Rubens Paiva, desaparecido durante o regime, e a luta pela certidão de óbito de seu marido. Durante a ditadura civil-militar, Fernanda Montenegro foi uma das artistas que ousaram atuar espetáculos que desafiavam a censura. Conhecida como uma das maiores atrizes brasileiras e símbolo de resistência cultural durante a ditadura, mesmo sob censura continuou a promover peças de teatros a produções artísticas que abordaram, de maneira crítica e simbólica, o contexto autoritário da época. A cultura, neste cenário, funcionava como forma de enfrentamento silencioso, e a figura de Fernanda representava a permanência de arte como um instrumento de reflexão e resistência.

O filme *Ainda Estou Aqui*, a narrativa se desenvolve entre os anos 1970 e fases posteriores, explorando tanto a resistência política de Eunice quanto o enfrentamento do Alzheimer em sua velhice. O longa apresenta a personagem em diferentes etapas da vida, interpretada por Fernanda Torres na juventude e por Fernanda Montenegro na maturidade. Fernanda Torres, filha da famosa atriz Fernanda Montenegro, foi indicada ao Oscar de melhor atriz pelo filme que conta a trajetória de Eunice Paiva e ganhou em 2025 a estatueta de Melhor Atriz de Longa-Metragem no Prêmio Grande Otelo de Cinema Brasileiro, além do Globo de

Ouro. O Oscar de melhor atriz não veio, mas o filme ganhou o Oscar de Melhor filme internacional.

A figura abaixo apresenta as duas atrizes brasileiras com o Globo de Ouro, em 1986, Fernanda Torres se tornou a primeira artista brasileira a ganhar a Palma de Ouro como Melhor Atriz no Festival de Cannes. Foi por sua atuação em *Eu Sei Que Vou Te Amar*, de Arnaldo Jabor, ela tinha apenas vinte anos na época e não foi receber o prêmio pois estava gravando uma novela da Globo, *Selva de Pedra*. Em 1998, foi a vez de Fernanda Montenegro ganhar o *Urso de Prata* como Melhor Atriz no *Festival de Berlim* por sua atuação inesquecível em *Central Brasil*.

Figura 2- Globo de Ouro: relembrando as conquistas de Fernanda Torres e Fernanda Montenegro



Fonte: <https://gshow.globo.com/cultura-pop/noticia/fernanda-torres-e-fernanda-montenegro-conquistaram-quatro-premios-internacionais-relembre.ghtml>

E não mencionamos todos os prêmios conquistados por mãe e filha. O filme *Ainda estou aqui* explora um Fernanda Torres reflexiva e ágil, com closes de cenas em suas expressões faciais e recortes de falas marcantes da personagem realista. Fernanda Torres também atuou anteriormente no filme *O que é isso, companheiro?* de 1997 com direção de Bruno Barreto, baseado no livro de Fernando Gabeira, que participou do sequestro do embaixador americano em 1969 juntamente com Stuart Angel, filho de Zuzu Angel. Se pensarmos em sua trajetória artística e cultural, é uma atriz que escolheu atuar em pró da democracia e de memórias de resistência no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dilma Rousseff ficou na história por sua ascensão à Presidência da República, sendo a primeira mulher Presidenta do Brasil. Sua trajetória é simbólica por representar a superação das marcas deixadas pela luta durante a ditadura civil-militar e a força da democracia. Defende-se aqui que o feminismo da ex-presidente é decolonial, porque representa a luta de mulheres no Sul global contra a exploração de nossos povos e riquezas enquanto inseridos no sistema mundo moderno e colonial. Primeiro lutou pela democracia, segundo por espaços de poder e terceiro por se colocar a serviço do Estado-nação e não de interesses do neoliberalismo como as pilhagens ao pré-sal ou de esquecimento de atos desprezíveis das Forças Armadas criando a Comissão Nacional da Verdade. Desagradou tanto os setores dominantes que ouviu um “Tchau Querida!” em um processo descarado de estratégia política que só uma pessoa com nervos de aço, como diria Lupicínio Rodrigues, poderia enfrentar.

Eunice Paiva nos mostra o quanto a luta por justiça política no contexto de uma América Latina após períodos ditatoriais é relacional. A reparação dos crimes não é individual, e não incide somente à família. Relacional porque a dor e o sofrimento envolvem as relações sociais comunitárias e interpessoais mais próximas, o que para ela foi a ausência do marido sem explicações do próprio Estado que o sequestrou (com a delação feita por conhecidos da vítima). Para outras mulheres, foi o filho, a filha, os irmãos, as irmãs. Para muitas, como para Eunice Paiva, mover-se significa contribuir para um coletivo, fortalecer os outros e aprimorar o senso de justiça para afetar substancialmente as mudanças sociais em consideração à vida e à liberdade.

Fernanda Torres faz de sua fruição artística uma trincheira contra colonial que representa muito bem o segmento cultural brasileiro e do sul global pelos tapetes vermelhos do universo das artes cênicas. Tem o habitus no campo social de sua mãe e articulou muito bem o capital cultural herdado, mas não de uma forma individualista, porém abraçando causas políticas e se permitindo atravessar por temas sociais.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. 5ª reimpressão. 1ª edição, São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ARQUIVO NACIONAL. **Fotografia do acidente de Zuzu Angel**. Rio de Janeiro, 1976.
Disponível em: <https://vermelho.org.br/wp-content/uploads/2021/12/morte-de-zuzu-angel.jpg> Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. v.1, Brasília: CNV, 2014. 976 p. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf Acesso em: 31/08/2025.

BRASIL. **PL 795/2025** de autoria de Sâmia Bomfim e Luiza Erundina. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2486083> Acesso em: 08/09/2025.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPSIS**, Goiânia, p. 370–383, 2015. DOI: 10.5216/o.v15i2.33836. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/33836>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Coleção TRANS, 2ªed., São Paulo: Editora 34, 2011.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Tradução Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, Pedro Leite Lopes e Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ANGEL, Zuzu. (1975) **Carta**. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Quem matou Zuzu Angel foi o Estado brasileiro. 14 abr. 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2021/04/14/quem-matou-zuzu-angel-foi-o->. Acesso em: 31 jul. 2025.

GUILHERME, Cassio Augusto. A comissão nacional da verdade e as crises com os militares no governo Dilma Rousseff (2011). **Revista história em reflexão**, v. 15, n. 29, jan/jun, 2021, p. 45-62.

GOUVEIA, Marta de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-1984). **Revista Tempo e Argumento**, p. 108-132, 2013.

GSHOW. Fernanda – prêmios [fotografia]. 2025. Disponível em: [https://s2-gshow.glbimg.com/soECdikMG8C9RXwJBpQnMnru1jc=/0x0:1200x627/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_e84042ef78cb4708aeebdf1c68c6cbd6/internal_photos/b/s/2025/N/r/1NNMLK_QAOXEY5WgZ8CA/fernandaspremios.png](https://s2-gshow.glbimg.com/soECdikMG8C9RXwJBpQnMnru1jc=/0x0:1200x627/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_e84042ef78cb4708aeebdf1c68c6cbd6/internal_photos/b/s/2025/N/r/1NNMLK_QAOXEY5WgZ8CA/fernandaspremios.png). Acesso em: 11 ago. 2025.

G1 Rio. Certidão de óbito de Zuzu Angel, vítima da ditadura, é retificada após quase 50 anos pelo governo federal. **Jornal Online**. Publicado em 29/08/2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/08/29/certidao-obito-zuzu-angel-retificada.ghhtml> Acesso em: 29/08/2025.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **A imagem midiática de Dilma Rousseff sob o olhar da Antropologia da Política**. São Paulo: Mentis Abertas, 2022.

MAYER, Ana Rita. Oráculo Raízes – as conquistas das mulheres no Brasil. **Jogo didático**. 2ª ed., Porto Alegre: La.garta criações, 2025.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. (Orgs.) Direito à memória e à verdade - Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

SCHETTINI, Bandeira de Mello. O legado da Comissão Nacional da Verdade: as disputas pelo significado jurídico, histórico e político de seus trabalhos. **Revista Histórias Públicas**, ano 1, n. 2, 2023, p. 169-195.

SILVA, Marina. Marina Silva fala que foi vítima de política de gênero após ataques na Câmara: “Barbárie”. **Entrevista à UOLnews**. Publicado em 3/7/2025. Disponível em: <https://youtu.be/8vN03CvE87g> Acesso em: 31/08/2025.

SILVA, Meire Oliveira. Algumas imagens da ditadura civil-militar brasileira na Torre das donzelas. Dossiê instabilidade e conflito das/nas imagens. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 2020, p. 121-133.

SILVA, Vivian da Veiga. “Minha história não é minha história. Ela é a história de uma geração” - A trajetória de uma militante dos movimentos sociais. **Revista Eletrônica História Em Reflexão**, v. 12, n. 23, jan/jun, 2018, p. 187–209.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. RIDH – **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, p. 9-18, jun. 2014.

TOMAZONI, Larissa. A mulher na ditadura militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais (UniBrasil)**, Curitiba, p. 56-65, dez. 2016.

A DIVERSIDADE INDÍGENA EM ESCOLAS DE NOVA ANDRADINA/MS

Daiane Nascimento Roberto Dias

INTRODUÇÃO

Muito antes de Nova Andradina ser oficialmente reconhecida como município, entre os séculos XVIII e XIX e avançando pelo século XX, o território do Vale do Ivinhema já era lar de um povo originário: os Ofaié. Registros históricos indicam que sua presença remonta ao ano de 1700. Atualmente, segundo dados do Censo do IBGE (2022), os Ofaié vivem na aldeia Anodi, uma reserva administrada pela FUNAI, situada no município de Brasilândia-MS.

Em escala nacional, a população indígena soma aproximadamente 1,6 milhão de pessoas. No Mato Grosso do Sul, são contabilizados 116,3 mil indígenas, o que representa 4,22% da população estadual, conforme o levantamento demográfico mais recente. O estado ocupa o terceiro lugar em número de indígenas no Brasil, ficando atrás apenas do Amazonas (490,8 mil) e da Bahia (229,1 mil). Juntas, essas três unidades federativas concentram quase metade da população indígena do país, totalizando 49,38% (BRASIL, 2022).

Esse levantamento, considerado o mais abrangente já realizado pelo IBGE sobre povos indígenas, também confirma que todos os 79 municípios sul-mato-grossenses contam com presença indígena. Diante dessa realidade, torna-se urgente identificar e acompanhar os estudantes indígenas nas escolas do estado, garantindo que seus direitos à educação específica e diferenciada sejam respeitados. É essencial que as Diretrizes Curriculares e os currículos escolares reflitam e valorizem a diversidade indígena no ambiente educacional.

A educação escolar voltada para os povos indígenas possui características próprias e exige atenção especial diante dos desafios que envolvem sua construção e consolidação. Embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente na garantia de direitos que preservem as línguas, culturas e saberes dos povos originários, é necessário refletir sobre o alcance real dessas conquistas em cada comunidade. Até que ponto esses direitos têm sido efetivados na prática, conforme as normativas educacionais vigentes?

Este trabalho parte da defesa de uma educação intercultural, com base em

princípios emancipatórios e descolonizadores. A pesquisa buscou compreender como as escolas vêm se adaptando às exigências legais e estruturando suas propostas pedagógicas, especialmente após a promulgação da Lei nº 11.645/2008. Essa legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), tornando obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” em todas as instituições de ensino da Educação Básica, públicas e privadas.

A criação dessa lei representa um marco importante na trajetória educacional brasileira, pois rompe com uma tradição de ensino colonial e excludente. Historicamente, as políticas voltadas aos povos indígenas priorizaram a assimilação e integração, desde o período imperial até a República (Ferreira, 2001; Troquez, 2006; 2015).

Com os avanços trazidos pela Constituição Federal de 1988, a Educação Escolar Indígena passou a contar com direitos específicos, sendo ofertada em escolas próprias, com regulamentações jurídicas próprias (Brasil, 2012). Essa modalidade prevê o uso de ensino bilíngue e intercultural, com o objetivo de reconhecer e valorizar as culturas indígenas, assegurando sua diversidade étnica (Renan, 2019).

Apesar da existência de marcos legais como a Constituição Federal (1988), a LDB (Lei nº 9.394/96), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (Brasil, 2009) e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), ainda há lacunas quando se trata da educação de crianças indígenas em escolas urbanas. Os documentos oficiais tratam a diversidade de forma genérica, sem abordar de maneira específica as necessidades desses estudantes (Troquez e Silva, 2020).

A Lei nº 11.645/2008 surgiu como resultado de mobilizações sociais, envolvendo diversos atores do campo educacional — comissões organizadas pelo MEC, grupos de estudos sobre identidade e diversidade, coletivos que discutem questões étnicas e direitos dos povos originários. A construção da lei foi marcada por debates públicos, consultas, e pela participação ativa de secretarias de educação, gestores escolares, professores, famílias, comunidades indígenas e a sociedade civil.

Este estudo tem como foco compreender de que forma a diversidade indígena é abordada nas escolas não indígenas e como os profissionais da educação têm desenvolvido suas práticas pedagógicas a partir da implementação da Lei nº 11.645/2008.

DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE

Uma abordagem exploratória, a construção desta pesquisa se deu por meio de um processo investigativo que buscou articular teoria e prática, aproximando o olhar da pesquisadora da realidade vivida pelos sujeitos envolvidos. O estudo teve como ponto de partida a análise de documentos institucionais — especialmente registros de matrícula —

com o objetivo de mapear a presença de estudantes indígenas nas escolas da rede municipal de Nova Andradina/MS. Esse levantamento foi complementado por diálogos com membros da comunidade escolar, o que permitiu uma escuta mais sensível e direta, fortalecendo o vínculo entre o objeto de estudo e a escrita acadêmica.

Em um primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica com o intuito de identificar produções relevantes sobre o tema e construir o arcabouço teórico que sustenta esta investigação. A revisão seguiu uma abordagem sistemática, dividida em duas etapas: a busca inicial por estudos que abordassem a temática e, posteriormente, a seleção criteriosa de materiais com base em critérios de inclusão e exclusão previamente definidos.

As buscas foram realizadas em duas bases de dados — SciELO e BDTD/IBICT

— além de um motor de busca acadêmico. Os descritores utilizados foram: “Educação e Indígena”, “Educação Indígena”, “Escola Indígena”, “Educação Escolar de Indígena AND Escolas não indígenas” e “Práticas pedagógicas AND indígenas”. O recorte temporal adotado abrangeu o período de 2008 a 2022, priorizando estudos que discutem os avanços e desafios das políticas públicas voltadas à Educação Básica para povos originários.

Ao final da triagem, foram selecionadas treze produções: três teses de doutorado, sete dissertações de mestrado e três artigos científicos. Esses trabalhos contribuíram significativamente para o aprofundamento teórico da pesquisa, oferecendo reflexões sobre os direitos educacionais dos povos indígenas e as transformações curriculares que impactam estudantes matriculados em escolas urbanas não indígenas.

Como destacam Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa científica não se limita à coleta de dados, mas exige uma sistematização crítica do conhecimento já produzido, com vistas à compreensão aprofundada do fenômeno investigado. Nesse sentido, foram analisados metadados como tipo de produção, ano, título, resumo e palavras-chave. A análise considerou variáveis como objetivos dos estudos, abordagem metodológica, cenário da pesquisa, perfil dos sujeitos, resultados obtidos e categorias teóricas utilizadas. As buscas foram realizadas entre maio e junho de 2023, com o propósito de mapear as contribuições existentes e identificar lacunas que pudessem orientar o desenvolvimento desta investigação.

Os resultados revelam que, embora haja iniciativas pontuais nas escolas — como atividades em datas comemorativas, a exemplo do Dia dos Povos Originários — essas ações não se configuram como práticas contínuas ou integradas ao cotidiano escolar. Em geral, a cultura indígena é abordada de forma superficial, por meio de elementos como culinária, lendas, músicas e poesias, e quase sempre restrita a momentos específicos do calendário escolar. Essa abordagem limitada contribui para a manutenção

de estereótipos e não favorece uma compreensão profunda da diversidade indígena.

A ausência de práticas pedagógicas consistentes voltadas à valorização dos saberes indígenas evidencia a fragilidade das políticas educacionais locais. Os conhecimentos dos povos originários permanecem marginalizados, e o ensino oferecido nas escolas urbanas não indígenas ainda carece de uma perspectiva intercultural efetiva. Falta formação continuada e aprofundada para os docentes, que permita integrar os saberes indígenas à realidade educacional do município.

É essencial promover o diálogo entre escolas, universidades e comunidades indígenas, com base em referenciais teóricos alinhados à legislação vigente, para construir uma educação que respeite as diferenças e valorize a diversidade. O território de Nova Andradina, historicamente habitado pelo povo Ofaié, oferece espaços significativos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas, como o museu municipal, os monumentos indigenistas e a praça central — locais que preservam a memória e a ancestralidade indígena e podem ser incorporados como cenários de aprendizagem.

Esta pesquisa está fundamentada na perspectiva da interculturalidade crítica, conforme proposta por Walsh (2009), que entende esse conceito como um projeto político, social, epistêmico e ético. A autora alerta para os limites das políticas multiculturais que, embora reconheçam a diversidade, muitas vezes operam dentro de uma lógica colonial, buscando apenas administrar as diferenças sem transformar as estruturas sociais que perpetuam desigualdades.

Ao analisar os documentos que orientam o trabalho pedagógico nas escolas do município, percebe-se que a presença dos estudantes indígenas é pouco mencionada. Os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) não apresentam diretrizes específicas que reconheçam e valorizem a identidade, a história e a cultura desses alunos. O Plano Municipal de Educação, por sua vez, limita-se a uma breve menção à alfabetização na língua materna, sem propor ações concretas que assegurem a inclusão dos povos indígenas no processo educacional.

Diante desse cenário, torna-se urgente repensar as práticas escolares e os documentos que orientam o trabalho pedagógico. A valorização da diversidade não pode se restringir ao discurso — ela precisa ser incorporada de forma efetiva ao planejamento educacional, assegurando aos estudantes indígenas uma formação que respeite suas especificidades culturais, históricas e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como as instituições de ensino do município de Nova Andradina têm estruturado suas ações pedagógicas voltadas aos estudantes indígenas em contexto

urbano permite evidenciar os limites e as ausências que ainda permeiam esse processo. Tal análise revela uma fragilidade no compromisso da educação municipal com a valorização da diversidade étnico-cultural, tornando a interculturalidade uma proposta distante da realidade cotidiana das escolas. Embora esses estudantes estejam formalmente inseridos na rede pública, seus direitos são frequentemente negligenciados, sobretudo pela ausência de reconhecimento das especificidades culturais que os constituem.

A busca por uma educação que respeite e dialogue com a diversidade ainda se encontra em fase inicial. Mais do que uma aspiração teórica, trata-se de uma resposta concreta às trajetórias de resistência dos povos originários, que, mesmo diante de inúmeros desafios históricos, seguem contribuindo com saberes e práticas que enriquecem o tecido social. Nesse sentido, a educação assume um papel estratégico na transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas que historicamente têm privilegiado determinados grupos em detrimento de outros.

Apesar da presença de estudantes indígenas em escolas não indígenas, observa-se que ainda há lacunas significativas na forma como os profissionais da educação têm conduzido suas práticas pedagógicas, especialmente no que diz respeito à efetivação da Lei nº 11.645/2008. A Educação Escolar Indígena (EEI), seja em territórios tradicionais ou em espaços urbanos, é orientada por uma pedagogia própria, respaldada por normativas legais específicas e por princípios que asseguram uma formação intercultural e bilíngue. Essa proposta não se limita ao acesso ao conteúdo escolar, mas busca afirmar a identidade dos povos indígenas, valorizando seus saberes e reconhecendo sua importância na construção da história nacional.

O Brasil, marcado por uma diversidade ampla — cultural, religiosa, linguística, social e política — possui um patrimônio epistemológico que deveria se refletir diretamente nas práticas educativas. A atuação docente, nesse contexto, exige sensibilidade para reconhecer a multiplicidade de saberes e promover ambientes de aprendizagem que dialoguem com diferentes formas de compreender e viver o mundo. Como propõe Mignolo (2014), a descolonialidade representa uma postura crítica frente às imposições da modernidade, convidando os sujeitos a ocuparem o mundo com autonomia e a agirem a partir de suas próprias referências. Essa perspectiva desafia a educação a superar visões homogêneas e a reconhecer a diversidade como potência transformadora.

Embora existam avanços e iniciativas voltadas à EEI, ainda persistem obstáculos relevantes para sua consolidação. A implementação de práticas pedagógicas que dialoguem efetivamente com a interculturalidade exige políticas públicas consistentes, formação continuada de professores e maior comprometimento das instituições

educacionais. Esta pesquisa, portanto, propõe-se a problematizar essas lacunas, apontando caminhos possíveis para que a educação indígena se concretize de forma estruturada e significativa.

A construção de uma educação intercultural demanda não apenas políticas de inclusão, mas também a reconfiguração dos espaços escolares, de modo que se tornem ambientes de diálogo e respeito mútuo. Isso implica desenvolver estratégias que promovam o equilíbrio nas relações e assegurem a participação ativa dos povos indígenas na definição dos rumos da educação.

As fragilidades identificadas não se restringem ao contexto escolar local, mas refletem uma sociedade ainda marcada por desigualdades estruturais, como o sexismo, a misoginia e o apagamento de grupos historicamente marginalizados. O sistema educacional, ao não reconhecer plenamente as contribuições e necessidades desses grupos, perpetua práticas excludentes. Nas escolas analisadas, observa-se que o respeito à diversidade cultural não se materializa de forma efetiva nas atividades pedagógicas, nos projetos institucionais ou nas ações cotidianas. A invisibilidade das culturas indígenas compromete a construção de um ambiente escolar plural e acolhedor, essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A presença dos povos indígenas no cenário educacional contemporâneo exige atenção e compromisso. É necessário reconhecer que a formação dos profissionais da educação ainda apresenta lacunas significativas no que diz respeito à abordagem das especificidades indígenas. As capacitações oferecidas, geralmente concentradas em datas comemorativas como abril e novembro, são insuficientes para preparar os docentes de maneira adequada e contínua.

Além disso, os documentos institucionais das escolas, como os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), não apresentam diretrizes claras que promovam a valorização das identidades culturais dos estudantes indígenas. A ausência de ações específicas voltadas à interculturalidade e a falta de políticas que assegurem visibilidade e respeito às diferenças reforçam a ideia de que a diversidade é tratada como um aspecto secundário, quando deveria ser um princípio estruturante da educação.

Diante desse cenário, torna-se urgente repensar as práticas pedagógicas e os processos de gestão educacional. Para que a educação seja verdadeiramente inclusiva, é fundamental que os professores estejam preparados para reconhecer e valorizar as múltiplas culturas presentes em sala de aula. Sem um compromisso real com a interculturalidade, as escolas tendem a reproduzir modelos homogêneos e excludentes, negando aos estudantes indígenas o direito de aprender e se desenvolver a partir de suas próprias referências culturais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Cláudia Pereira. **Imagem-identidade indígena: construção e transmissão em escolas não-indígenas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BERTAGNA, Camila. **Luta de papel e caneta: a lei 11.645/2008 e seus reflexos através das equipes multidisciplinares de duas escolas do NRE de Maringá**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 16 abr. 2011.

BRASIL. **Lei n. 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 6 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/para-que>. Acesso em: 24 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução n. 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CARLOS, Maroto Guerola. Cultura vs. Estado: relações de poder na educação escolar indígena. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 3, p. 1443- 1466, out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8653616>. Acesso em: 31 ago. 2023.

DICKEL, Kátia Simone Müller. **Experiências interculturais: estudantes Kaingang numa escola não indígena**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GOMES, Luana Barth. **Legitimando saberes indígenas na escola**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MELO, Emeline Apolonia de. **Lei 11.645/08: uma análise das práticas curriculares em uma escola municipal do Recife desde o mito de Malunguinho**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MENDES, Sâmara Leila Cunha. **Educação indígena x educação escolar indígena: um aprendizado diferenciado**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

MIGNOLO, Walter. O controle dos corpos e dos saberes. [Entrevista concedida a] Javier Lorca. **Instituto Humanitas Unisinos**, 11 jul. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/533148-o-controle-dos-corpos-e-dos-saberes-entrevista-com-walter-mignolo>. Acesso em: 7 mar. 2019.

MIGUEL, G. Arroyo. Os movimentos sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015; Itinerarius Reflectionis, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 1-18, 2018. DOI: 10.5216/rir.v14i1.49424. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/49424>. Acesso em: 31 ago. 2023.

PRETO, Fernanda Fontes. **Formação de professores, interculturalidade e educação indígena: contribuições descoloniais no espaço da escola regular**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade La Salle, Canoas, 2017.

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. A lei 11.645 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, out./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n67/1413-2478-rbedu-21-67-0897.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SÁ, Ana Paula dos Santos de. **A descolonização da educação literária no Brasil: das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 ao PNLD**. 2015. Tese (Doutorado em Educação: Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SILVA, Marcela Guarizo da. **Presença de crianças indígenas em escolas municipais de Dourados-MS: a educação na perspectiva intercultural**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960- 2005)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-Hist%C3%B3ria- 2006-Marta-Coelho-Castro-Troquez.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2020.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005)**. Dourados: Editora da UFGD, 2015. E-book. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/ebooks/professores-indios-e-transformacoes-socioculturais-em-um-cenario-multietnico-a-reserva-indigena-de-dourados-1960-2005-marta-coelho-castro-troquez.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2020.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. O tratamento da diversidade em escolas urbanas que atendem

alunos indígenas: desafios para uma educação intercultural. In: MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira; FILHO, Miguel Gomes (orgs.). **Educação, diversidades e inclusão**: os desafios para a docência. São Paulo: Life, 2016. p. 65-78.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro; SILVA, Marcela Guarizo da. Crianças indígenas em escolas urbanas: da educação inclusiva à educação inter/multicultural. **Revista Tellus**, Campo Grande, UCDB, v. 20, n. 43, p. 11-32, set./dez. 2020. Disponível em: <https://tellus.ucdb.br/tellus/article/download/682/759>. Acesso em: 14 nov. 2024.

.

SEXUALIZAÇÃO E VULNERABILIZAÇÃO DE CORPOS NEGROS FEMININOS: UMA ANÁLISE DAS TELENÓVELAS DA REDE GLOBO DA COR DO PECADO - 2004 E FINA ESTAMPA - 2011

Gabriela Farias Oliveira

Esta pesquisa tem como objetivo analisar duas telenovelas exibidas pela Rede Globo de Televisão, *Da Cor do Pecado*, transmitida em 2004 e, *Fina Estampa*, exibida em 2011. Entre as duas produções há um intervalo temporal de sete anos; contudo, ambas apresentam características relacionadas à vulnerabilização e à sexualização de corpos femininos negros.

A telenovela *Da Cor do Pecado*, escrita por João Emanuel Carneiro e Vincent Villari e foi ao ar em 26 de janeiro de 2004 e finalizada em 27 de agosto do mesmo ano, alcançou 43 pontos de audiência no horário das sete e contou com 185 capítulos. A trama tem como premissa central o romance inter-racial entre o rico botânico Paco, interpretado por Reynaldo Gianecchini, e a humilde feirante Preta da Silva, interpretada por Taís Araújo. Um dos poucos aspectos positivos apontados nessa produção foi o fato de que “Tais Araujo viria a se tornar a primeira protagonista negra da Rede Globo em 40 anos de história”. (Zito, 2008, p. 980).

Outro ponto relevante está na representatividade da personagem. Durante décadas, atores e atrizes negros(as) foram frequentemente relegados a papéis secundários, muitas vezes servindo de “escada” para personagens brancos(as), estigmatizados e estereotipados em funções como vilões e vilãs, empregadas domésticas ou prostitutas. Nesse cenário, o surgimento da personagem Preta, uma mulher negra, jovem, trabalhadora e de bom coração, proporcionou a muitas meninas afrodescendentes brasileiras a possibilidade de se reconhecerem na tela, valorizando a própria imagem. Como aponta Joel Zito, cineasta e pesquisador brasileiro:

O papel de Preta de Sousa, desempenhado por Taís Araújo em *Da Cor do Pecado*, foi, dentro desse contexto histórico, um fator inédito de autoestima para crianças e adolescentes afrodescendentes de todo o país, quebrando paradigmas e estereótipos sobre o negro brasileiro. (Zito, 2008, p. 981)

Todavia, apesar da personagem trazer uma faísca de representatividade para dentro das telas, toda a sua construção é amalgamada no sofrimento até ter o final dos contos de fadas.

Primeiramente, o nome da telenovela *Da Cor do Pecado* remete à ideia de uma sensualidade intensa e “pecaminosa” expressão que, no contexto histórico e social brasileiro, por vezes foi utilizada para designar o tom de pele preto ou pardo, associado também à sensualidade feminina afrodescendente.

Em sua obra *E eu não sou uma mulher?*, Bell Hooks ressalta que, durante muito tempo na Europa, o ideal de “pecaminosidade” feminina era atribuído principalmente às mulheres brancas. No entanto, à medida que essas mulheres passaram pelo processo de gestar e parir, afastavam-se da ideia de sexualidade ativa e passavam a ser enquadradas, pelo olhar hegemônico, eurocêntrico e do fundamentalismo cristão, no modelo sexista da “mulher virtuosa”, isenta de desejos sexuais.

Com a intensificação da colonização e da escravização de povos africanos, essa carga de pecaminosidade foi transferida para as mulheres negras, que passaram a ser representadas como personificações de Succubi, demônios sexuais capazes de seduzir, influenciar e moldar o imaginário masculino, enquanto mulheres brancas ganharam o posto de santidade. A partir dessa construção, consolidou-se a figura da “Jezebel”, associando as mulheres negras a uma sexualidade predatória e maléfica. Assim, toda a hostilidade e discriminação dirigidas a elas encontravam justificativa nesse imaginário sexista e racista.

Como a mulher foi designada criadora do pecado sexual, mulheres negras eram naturalmente vistas como a personificação do mal feminino e da luxúria. Eram rotuladas de Jezebel e de sedutoras, além de serem acusadas de desviar os homens brancos da pureza espiritual para o pecado. (Bell Hooks. 2019, p. 64)

A partir dessa perspectiva, na trama, Preta é alvo de intensas manifestações de racismo e ódio, especialmente por parte da personagem Bárbara, interpretada por Giovanna Antonelli. Bárbara não aceitava que o tão sonhado Paco pudesse amar Preta em vez dela. Para Bárbara, Preta representava exatamente a figura da “Jezebel”, a mulher negra capaz de corromper o imaginário masculino e seduzir o homem desejado. Essa visão distorcida reforça o estigma racista e sexista, mesmo quando a própria narrativa apresenta Preta como uma mulher pura e de coração nobre, em completo contraste com Bárbara, a vilã da história.

Consumida pelo ódio contra Preta, Bárbara passa a arquitetar diversas estratégias para afastá-la de Paco. Em uma de suas investidas mais cruéis, ela droga Preta e, com a ajuda de seu capanga, deixa-a nua e inconsciente em uma cama, pronta para ser encontrada por Paco. Ao presenciar a cena, em vez de socorrê-la, Paco se deixa dominar pela mágoa e pela desconfiança.

Em outro episódio, Bárbara acusa o filho de Preta de ser um delinquente. Ao receber um tapa da protagonista, responde com violência carregada de racismo: “Negra ordinária, sabe onde é o seu lugar? Na cadeia.” Em outro momento, Bárbara finalmente consegue com

que Preta seja presa e perca a guarda de seu filho Raí. Contudo, um aspecto importante na personalidade de Preta é sempre revidar as acusações de Bárbara, as intrigas geralmente terminam com um tapa na cara de Bárbara, que sempre fazia de tudo para continuar provocando a protagonista.

Ao retratar o racismo sofrido por Preta, a telenovela recorre a uma abordagem que, embora visibilize a violência racial, também a coloca em um registro melodramático, muitas vezes diluindo seu caráter estrutural e apresentando-o como resultado de antagonismos individuais. A personagem Bárbara, torna-se a principal antagonista e, ao mesmo tempo, a principal autora das ofensas racistas. Essa personalização da discriminação reforça a ideia de que o racismo se limita a atitudes isoladas de sujeitos “maus” e não como um fenômeno sistêmico enraizado no sistema-mundo brasileiro.

Além disso, a narrativa acaba por se apoiar em um esquema frequente na teledramaturgia nacional, a figura da mulher negra que, para conquistar seu espaço e viver seu romance, precisa provar constantemente sua “bondade” e “dignidade” diante do sistema-mundo. No caso de Preta, a moral ilibada, a doçura e a resiliência são elementos centrais para que ela seja aceita ao final da trama, reafirmando um padrão que condiciona a aceitação da mulher negra à sua capacidade de suportar humilhações e responder com perseverança.

Apesar dessas limitações, *Da Cor do Pecado* marcou um ponto de inflexão no cenário televisivo. Ao colocar uma mulher negra como protagonista romântica, a novela abriu espaço para questionamentos sobre a invisibilização e os estereótipos historicamente impostos a corpos negros na televisão.

Portanto, o impacto de Preta reside na ambiguidade, ao mesmo tempo em que rompe com a ausência histórica de protagonismo negro, também reproduz certas estruturas narrativas que limitam a complexidade da representação e mantêm o racismo como um problema localizado no campo das relações interpessoais, sem aprofundar sua dimensão estrutural.

Já a telenovela *Fina Estampa*, de autoria de Aguinaldo Silva e direção de Wolf Maya, foi ao ar entre 22 de agosto de 2011 e 23 de março de 2012, também com 185 capítulos, no horário nobre das nove horas da noite, com média de 39 pontos de audiência. A trama central conta a história de Griselda, interpretada por Lília Cabral, que fazia bicos de mecânica para sustentar seus filhos, seu apelido era Pereirão. Todavia, a análise da pesquisa não é sobre essa trama central, mas sim, sobre a personagem Dagmar dos Anjos, interpretada por Cris Vianna.

Na trama, Dagmar é cozinheira, mãe de dois filhos e funcionária dedicada do restaurante Tupinambar, reconhecida por suas deliciosas empadas. Apesar desse perfil de mulher batalhadora e habilidosa em seu ofício, a recepção midiática e popular não se concentrou em sua competência profissional ou em sua trajetória como mãe provedora. Ao

contrário, Dagmar foi majoritariamente enquadrada como “a gostosa da novela”, devido às frequentes cenas em que aparecia seminua, seja tomando banho na laje ou em cenas quentes ao lado de Quinzé, interpretado por Malvino Salvador.

Em seu blog, o autor da novela, Aguinaldo Silva, justificou a presença dessas cenas afirmando: “Ela toma banho em cima da laje porque os telespectadores adoram. E porque eu quero!”. Em outra ocasião, ele relacionou os banhos sensuais de Dagmar a uma hiper-campanha de conscientização sobre a dengue, ressaltando que “o tradicional banho na laje dos bairros periféricos cariocas, que só é novidade para quem não morou nem perto de um deles, acaba contribuindo para que se formem ainda mais criadouros do maléfico *Aedes aegypti*”.

Essa justificativa, no entanto, revela uma postura problemática ao reduzir a personagem negra a um objeto de desejo para fins de audiência, naturalizando a hipersexualização como algo inevitável e até mesmo “cultural”.

Lélia Gonzales, em sua obra *Por um feminismo afrolatino-americano* vai apresentar que:

É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos... (Gonzales, 1984, p.228)

Não obstante a semiótica carnavalesca, a personagem Dagmar se transfigura simultaneamente em deusa da teledramaturgia e em empregada apagada. Primeiramente, enquanto “deusa”, ela recebe esse endeusamento apenas quando seu corpo está em evidência, com suas curvas exploradas para exaltar uma sensualidade detalhada, que expõe minuciosamente todas as partes do seu corpo. Em segundo lugar, após essa “glória” como mulata sexualizada, ela é relegada ao papel de cozinheira, trabalhadora e sofredora, função que, embora fundamental, permanece invisibilizada e pouco valorizada na narrativa.

A análise entre as obras *Da Cor do Pecado* e *Fina Estampa* evidencia que, apesar das diferenças temporais e narrativas, ambas as novelas reproduzem padrões semelhantes de representação das mulheres negras, especialmente no que tange à hipersexualização e à limitação de suas identidades. Em *Da Cor do Pecado*, a figura de Preta é marcada pela imposição do estereótipo da “Jezebel”, que a vilã Bárbara usa para deslegitimar seu amor e humanidade. Já em *Fina Estampa*, a personagem Dagmar, mesmo sendo uma mulher trabalhadora e mãe dedicada, é reduzida majoritariamente ao papel de objeto sexual, com cenas que destacam seu corpo em detrimento de sua complexidade e protagonismo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

GONZALES, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. 2020. Rio Janeiro: Zahar

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

EXTRA ONLINE. Cris Vianna diz fazer cenas de banho na laje sem receio e vira a "gostosa" da novela. **Extra**, Rio de Janeiro, 9 jul. 2011. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/cris-vianna-diz-fazer-cenas-de-banho-na-laje-sem-receio-vira-gostosa-da-novela-2682290.html>. Acesso em: 8 ago. 2025.

OFuxico. Banhos na laje em Fina Estampa são usados em campanha contra a dengue. **OFuxico**, Rio de Janeiro, 26 set. 2011. Disponível em: <https://ofuxico.com.br/noticias/banhos-na-laje-em-fina-estampa-sao-usados-em-campanha-contra-a-dengue/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

GÊNERO E ARTE FEMININA: RESISTÊNCIA REPRESENTADA NA MÚSICA DURANTE O REGIME MILITAR NO BRASIL

Ingrid Marques Monteiro
Marinete A. Zacharias Rodrigues

INTRODUÇÃO

No dia 31 de março de 1964 teve início o regime militar no Brasil, resultado do golpe que depôs o então presidente João Goulart, sob a justificativa de restaurar a ordem e a disciplina, assim como evitar a chamada “ameaça comunista”. (Napolitano, Marcos. 2014).

Como forma de alcançar esses objetivos foi instaurado um período de censuras, perseguições, prisão, e até mesmo tortura dos opositores, caracterizado pelo autoritarismo e repressão e que teria fim apenas 21 anos depois, em 1985.

Nesse contexto, são várias as perspectivas a serem analisadas, visto que apenas um grupo seleto de indivíduos foram favorecidos com as medidas tomadas. Assim, esta pesquisa buscará evidenciar e analisar a participação das mulheres nas movimentações do período, assim como seu papel social, especificamente através de produções artísticas e fotografias.

Os pesquisadores Lourde Silva e Paulo Souza Campos em “Representações da mulher na propaganda durante a ditadura militar no Brasil” explicam que alguns papéis sociais estabelecidos através da mídia de propagandas publicadas durante a ditadura, sendo eles a da mulher “rainha do lar”, esposa e mãe, que limita e reforça os papéis de gênero onde “ele detém o poder, ela executa as tarefas”, tarefas estas que são consideradas inferiores e de menor importância. (Silva, Lourde; Campos, Paulo. Scientia Plena 10, 2014)

O segundo conceito trabalhado por Silva e Campos é o de mulher em série, que traz um padrão idealizado das mulheres de forma homogênea e exclusiva - são exaltados nesse ideal especificamente mulheres brancas e de classe média alta, que possuem certo poder de compra e, por vezes, inseridas no mercado de trabalho. (Silva, Lourde; Campos, Paulo. Scientia Plena 10, 2014).

Por fim, continuam os autores, com o aumento da necessidade de mão de obra e consequentemente maior entrada das mulheres no mercado de trabalho surge uma nova representação do feminino nas propagandas, a mulher “altiva e sensual”, que apresenta

algumas características masculinas (levando-se em conta os papéis de gênero do período), por vezes utilizada como uma mercadoria a ser vendida. As observações realizadas pela pesquisa mostram a visão adotada pela sociedade em relação ao feminino, especialmente através do olhar masculino. (Silva, Lourde; Campos, Paulo. Scientia Plena 10, 2014).

Tais conceitos porém não deixam de ser enraizados na vida e concepções de diversas mulheres - apresentando influências até mesmo anos depois, como se vê atualmente. Porém, não vamos nos estender a este debate, que exigiria toda uma outra pesquisa voltada a ele, e retornaremos a participação das mulheres em manifestações contemporâneas ao regime.

Em contraposição a essa estrutura social prescrita, vários são os vestígios das mulheres que não se limitaram ao papel social idealizado vendido por parte da mídia e enraizado na sociedade, seja participando de protestos e movimentações políticas, seja utilizando-se de produções artísticas para declarar suas opiniões, reivindicações ou defender sua liberdade - sexual, ideológica, de expressão ou de pensamento. Isso, vale destacar, em um período em que debates de gênero, assim como de tantas outras minorias não eram tão evidenciados, visto que as movimentações políticas se voltavam mais a oposição e denúncia à ditadura. A pesquisa tem como foco as obras produzidas por mulheres que encontraram na arte formas de fazer resistência tanto as opressões, injustiças e violências partidas do governo quanto ao machismo presente na sociedade da época, que tinha como ideal a mulher exclusivamente como mãe, dona de casa e esposa, emotiva demais para participar de decisões políticas.

A pesquisa tem por objetivo identificar e expor algumas dessas mulheres que influenciaram seu meio político-social, trazendo uma análise acerca de algumas de suas obras e qual o seu papel no contexto social definido. Não esperamos aqui de forma exclusiva reforçar histórias de vida pessoais de ícones artísticos, mas sim compreender que suas produções influenciam e recebem influência de todo o contexto histórico, social e cultural, representando não apenas indivíduos particulares, mas também dando voz a várias mulheres que também estavam sujeitas a situações e contextos similares, a mesmas concepções e estrutura social, além de propor uma perspectiva que coloque as mulheres como agentes ativos da história, trazendo uma pequena fração da luta das mulheres por seus direitos durante o Regime Militar do Brasil, entre os anos de 1964 até 1985.

A partir da pesquisa qualitativa buscamos analisar as evidências coletadas em sites da internet, documentos oficiais e não oficiais e em letras de músicas divulgadas pelas rádios e televisão o regime militar no período estudado. As análises foram pautadas na bibliografia de artigos científicos, análise e interpretação de letras musicais.

Primeiramente, buscamos apreender um contexto geral da participação das mulheres em protestos e movimentos políticos durante o Regime Militar. Apesar de não ocuparem cargos de liderança política no governo, como representado na Figura 1 e Figura 2, houveram organizações de mulheres que buscaram legitimar o Regime, saindo em campanhas de apoio, como a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) e a ADFG (Ação Democrática Feminina Gaúcha), propagando os valores defendidos pelo Regime e reproduzindo os estereótipos do papel da mulher dentro da estrutura patriarcal, “apresentavam-se no espaço público como mulheres, mães e esposas, seres do espaço privado, do lar” (CHAVES, E.S. 2021). Apesar dessa característica de continuidade com concepções patriarcais, podemos aferir que as mulheres, em nenhuma instância, foram apenas sujeitos passivos que não participavam de movimentos políticos.

Figura 1 - Posse de Costa e Silva como o segundo presidente da Ditadura, Brasília 1967

Figura 2 - Assinatura do AI-2 pelo general Castelo Branco em Brasília, 1965



Fonte: <https://memoriasdeditadura.org.br/fotografia/assinatura-do-ai-2-pelo-general-castelo-branco-em-brasilia/>

Essa participação é ainda mais significativa em protestos e na militância que fez frente ao Regime. Essas mulheres, porém, estavam sujeitas a diversas críticas, hostilidades e repressões, pois “o não cumprimento do que era esperado socialmente de uma mulher causava repúdio e exclusão, evidenciando-se os limites da transgressão feminina” (Gianordoli-Nascimento *et al.* 2015). Tais consequências, porém, não foram suficientes para conter suas participações em manifestações, campanhas e protestos contra ações governamentais, como podemos aferir nas seguintes fotografias

Figura 3 - Esposas de presos políticos visitam a redação do jornal Correio da Manhã, após o Superior Tribunal Militar (STM) negar habeas corpus para seus maridos. (1964).



Fonte: Arquivo Nacional/Correio da Manhã

Figura 4 Protesto de mães de prisioneiros e prisioneiras em frente ao presídio Tiradentes, onde dezenas de mulheres militantes foram presas durante o regime.



Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/fotografia/protesto-de-maes-de-prisioneiros-e-prisioneiras-em-frente-ao-presidio-tiradentes/>

Figura 5 - Fotografia integrante do acervo do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) do Rio de Janeiro, custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, mostra estudantes detidos no ano de 1968 enfileirados no estádio do Botafogo.



Fonte: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/arquivo-publico-do-estado-do-rio-de-janeiro-aperj/estudantes-presos-em-manifestacao/view>

Figura 6 Manifestação do Movimento Negro Unificado na Bahia



Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/fotografia/manifestacao-do-movimento-negro-unificado-na-bahia/>

Vale ressaltar também, a luta da mulher negra, como ilustrado na imagem 6, que está sujeita não apenas ao recorte de gênero, mas também racial. Foi durante a ditadura que surgiu a fundação do Movimento Negro Unificado da Bahia, em 1978, visando defender pautas antirracistas e a garantia de direitos, com grande participação feminina. Tendo em vista esse contexto, nos debruçamos, então, ao objeto principal desta pesquisa, iniciando com Leci Brandão, um ícone da luta do movimento negro e voz feminina de grande destaque na música, inclusive durante o contexto do regime militar. Nascida em 12 de setembro de 1944 no subúrbio do Rio de Janeiro, filha de Leci Brandão - a quem lançou uma música em homenagem em 2008 - e José Antônio Francisco da Silva, sua “principal influência musical” (Sousa. 2016).

Eu sou a filha da dona Leci
Mulher que mora no meu coração
E tudo aquilo que já construí
Foi resultado dessa criação (Leci Brandão, 2008)

Apesar de seus pais terem empregos estáveis, como é evidenciado por Fernanda Souza em entrevistas realizadas com Leci Brandão, ela viveu uma vida humilde e, aos 19 anos, quando ainda estava na escola, teve de começar a trabalhar em razão da morte de seu pai. Seu primeiro contato com a composição de músicas se deu ainda no ambiente escolar, ao produzir uma paródia da música “Broto Legal”, de Celly Campello, para a campanha de eleição de uma chapa concorrente ao grêmio de sua escola - vale notar que desde essa época já participava de movimentos representativos, desempenhando um papel ativo nas eleições do grêmio estudantil. (Sousa, 2016)

Sua primeira composição original, porém, se deu apenas em meados de 1965, ao retratar sua primeira decepção amorosa. A partir daí, passou a escrever várias novas

músicas, retratando suas vivências do dia-a-dia e o seu meio social, passando a se apresentar também em festivais. Ainda na escola, foi convidada a cantar na União Nacional dos Estudantes - UNE, que foi uma importante frente de resistência ao Regime Militar, tanto no período pré-golpe quanto nos anos que se seguiram a ele, tendo inclusive sua sede incendiada no dia 31 de março para 1 de abril de 1964 (Sanfelice, 2015), mesma data da implementação do Regime.

Em 1970, Leci Brandão também participou da escola de samba da Mangueira, criada no morro da Mangueira, com o qual Leci Brandão teve relações desde muito jovem, visto que sua mãe e avó viveram e foram criadas lá. A escola de samba apresentava uma “homogeneidade masculina entre os fundadores” (Sousa, 2016) e Leci Brandão surge como primeira mulher compositora a participar do grupo.

Muito conhecida por suas composições que abordam temas políticos, com foco especial a denúncia de injustiças e desigualdades sociais, em sua maioria voltada para negros, além de exaltar a afro-brasileira. Segundo o jornal O Globo, em matéria escrita por Juliana Filgueiras (2017), com base em documentos disponíveis no Arquivo Nacional, a primeira vez em que recebeu a censura foi ao tentar regravar uma música de Geraldo Pereira, “Ministério da Economia”, com a letra:

Seu presidente, Sua Excelência mostrou que é de fato/ Agora tudo vai ficar barato/ Agora o pobre já pode comer/ Seu Presidente, pois era isso que o povo queria/ O Ministério da Economia parece que vai resolver/ Seu Presidente, graças a Deus não vou comer mais gato/ Carne de vaca no açougue é mato/ com meu amor eu já posso viver.

O motivo divulgado teria sido “O autor não faz outra coisa senão ironizar todos os esforços do governo no sentido de estabilizar os custos de vida”.(Juliana Figueiras, 2017).

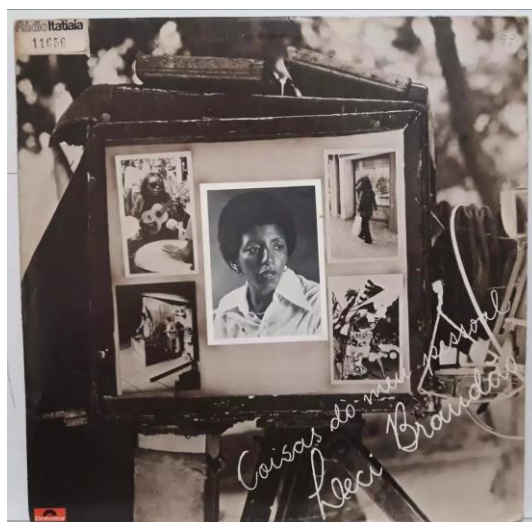
Outra composição, dessa vez de autoria própria de Leci Brandão, que recebeu censura foi “Zé do Caroço” que traz a narrativa do personagem que nomeia a música, morador do Morro Pau da Bandeira que ficava no “serviço de autofalante” (Leci Brandão, 1978), sendo ele quem difundia as notícias na favela, realizando discursos pelo bem de comunidade e, como retratado na música, se tornando um novo líder e exemplo para a comunidade. A música retrata um personagem real, um exemplo de resistência, como expõe Fernando Garcia:

Zé do Caroço foi um serviço de auto-falante, assistência social e militância em prol do mais pobre quando ainda não existia todo esse conceito de lutas sociais, na verdade, bem pelo contrário, pois era tempo de ditadura militar e ideológica, fazendo o Brasil crer que tudo estava bem, como na novela, onde o bandido carregava um crachá de bandido e o mocinho era o inconfundível branco de classe média, hétero e católico – mesmo que não declaradamente [...] (Garcia, 2017, s.p)

Através dessa composição, podemos compreender de forma mais abrangente participação feminina em debates políticos, contrastando com narrativas de que não houve um protagonismo feminino durante o período, além de romper com os estereótipos de mulheres reproduzidos pelas mídias e propagandas, como mencionados pelo artigo de Silva e Campos (2014), mostrando que havia também uma mobilização e debate político-social. Nesse caso, trazendo visibilidade para pautas sociais que pouco eram debatidas na mídia popular, como é inclusive denunciado por Leci Brandão na música, que acusa a televisão brasileira de distrair a população de temas sociais através de novelas - estas, levando em conta a declaração de Garcia (2017), retratando uma visão estereotipada que criminaliza classes mais pobres, a favela, e pessoas negras, ao passo que enaltece a classe média e alta.

É que o Zé do Caroço trabalha
O Zé do Caroço batalha
E que malha o preço da feira
É na hora em que a televisão brasileira
Distrai toda gente com a sua novela
É que o Zé põe a boca no mundo
Que faz um discurso profundo
Ele quer ver o bem da favela
Está nascendo um novo líder
No morro do Pau da Bandeira (Leci Brandão, 1978).

Figura 7 - Capa do disco “Coisas do meu pessoal” da cantora e compositora Leci Brandão (1977)



Fonte: da autora

Em outra música, lançada em 1975 com o nome “Cadê Mariza”, Leci Brandão trás uma narrativa voltada para uma mulher - Mariza - morena, trabalhadora, que frequentava o samba e era o elemento principal dele, como evidenciado no verso “Samba não se realiza

se Mariza não voltar” e que teria desaparecido sem deixar notícias. A música sugere que ela teria trocado a vida anterior para ser “Capa de Revista”, como indicam os versos: Do reinado de passista/Preferiu soberania/Numa capa de revista (Brandão, 1975).

A música traz aspectos da cultura afro-brasileira, além de colocar como protagonista da canção uma mulher que representa a vida, lutas e costumes de tantas outras do período, trabalhadora, que participa ativamente em seu meio social e cultural, também sendo muito valorizada dentro desse contexto.

Mariza era uma morena
Dava gosto de se ver
Empregada no Ipanema
Pra pode melhor viver
O salário ela ajuntava
Pra fazer a fantasia
Ser rainha da escola
Era sua alegria (Brandão, 1975).

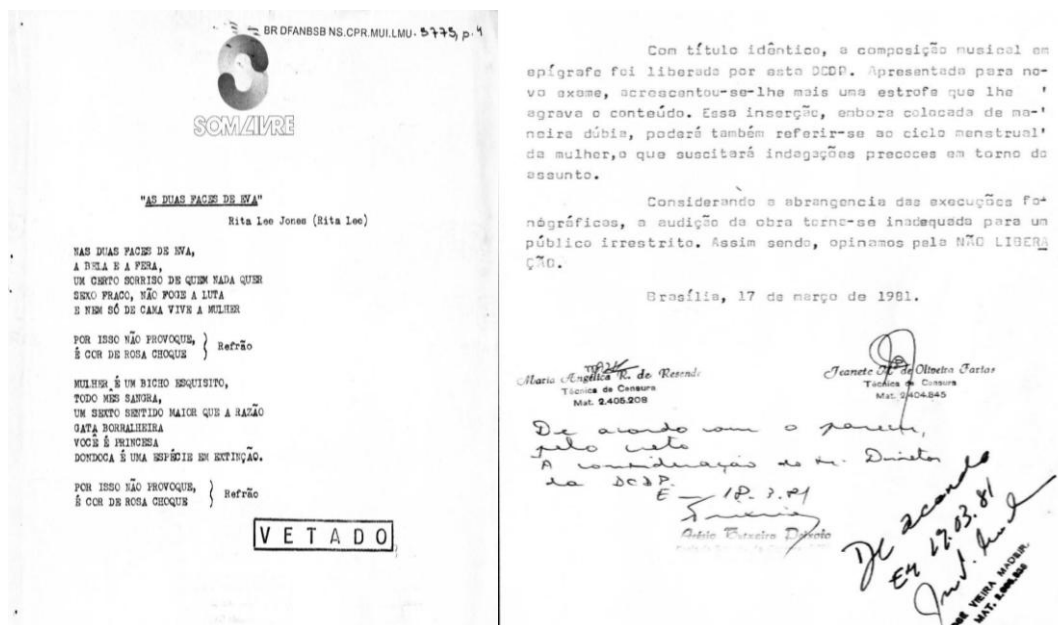
Além de Leci Brandão, foram várias as mulheres que utilizaram da música para expor suas opiniões e fazer reivindicações, não especificamente relacionadas a lutas raciais, mas que também quebraram tabus sociais, abordando temas acerca da independência feminina, suas vivências na sociedade, e expondo situações políticas e sociais. Abordaremos, então, mais algumas figuras que trabalharam a música nesse contexto, sendo elas Rita Lee, Elis Regina e Vanusa dos Santos.

Rita Lee, um grande ícone da Música Popular Brasileira, nascida em 30 de dezembro de 1947, teve “dezenas de suas músicas vetadas durante a ditadura” (Lima, 2023). Em suas produções “surge com um novo discurso acerca das mulheres, no qual, pela primeira vez, o conteúdo da música retrata os interesses das mulheres” (Hidata e Fontanetti, 2024). Rita Lee tratava de temas como a liberdade sexual e independência feminina, além de denunciar a exclusão social já mencionada anteriormente, sofrida por mulheres que não seguiam o “padrão ideal” do ser mulher - mais uma vez, relembremos a pesquisa de Silva e Campos acerca da representação da mulher na mídia.

É o caso da música “Ovelha Negra” (1975) composta por Rita Lee, no trecho “Foi quando meu pai me disse filha/Você é a ovelha negra da família/Agora é hora de você assumir/E sumir”. O trecho nos faz refletir sobre os tratamentos direcionados a mulheres que não seguiam os padrões patriarcais instituídos, sendo excluídas, isoladas ou sendo sujeitas a tentativas de inviabilizá-las. Rita Lee faz crítica justamente os papéis sociais de gênero, transmitindo “mensagens que desmistificam a figura imensamente potencial masculina e que rompem com a teoria de que toda mulher deve se portar de forma submissa [...]” (Carvalho e Lucena, 2014).

Nesse contexto citamos ainda a composição de Rita Lee “As duas Faces de Eva” de 1981, considerada inadequada o público irrestrito devido aos versos “Mulher é um bicho esquisito/todo mês sangra”. Segundo o parecer do Ministério da Censura “acrescentou-lhe-se mais uma estrofe que agrava o conteúdo. Essa inserção, embora colocada de maneira dúbia, poderá também referir-se ao ciclo menstrual da mulher, o que suscitará indagações precoces sobre o assunto” (Arquivo Nacional, 1981, p.5).

Figura 8 – As duas faces de Eva de Rita Lee (documento digitalizado do Arquivo Nacional)



Fonte: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2023/05/rita-lee4.pdf>

Daí, podemos ter um panorama de como se davam as relações com debate acerca de liberdades sexuais e reprodutivas das mulheres: não deveriam nem mesmo ter conhecimentos básicos acerca do funcionamento de algo tão comum a grande maioria das mulheres como o ciclo menstrual, sendo que a mera referência a ele em uma canção já se torna motivo para censura. Nos fica evidente, então, o quanto as composições de Rita Lee foram revolucionárias para seu contexto, em um local onde essas questões, especialmente quando relacionadas a mulheres, eram tão reprimidas, dando voz à temáticas femininas.

Para além das defesas à liberdade das mulheres, Rita Lee também utilizava suas músicas para fazer críticas a políticos e governos, como é representado em “Arrombou o Cofre” (1983), composição de Rita Lee e Roberto de Carvalho, primeiramente chamada “Arrombou a Festa III” que foi censurada diversas vezes, por “incitar à rebelião, tecer crítica a situação política e econômica brasileira, além de dirigir ataques ofensivos e nominais a autoridades constituídas” (Arquivo Nacional, 1983, p. 10).

Oh! Oh! Brasil, quem te vê e quem te viu
Pra frente, pra frente que até caiu
Chega desse nhém, nhém, nhém
Bye Bye Brazil's vintém
Moratória é a moral da história

Maluf se cala mas a Luftfalla
Ivete dá bandeira que seu sonho é ser vedete
Filoporquequilo Jânio é sempre o mesmo grilo
Galã da várzea vai pro trono Andreazza

Governadores, deputados, vereadores
Saqueando bancos e bancando defensores
Ninguém se ilude mais que a comida está no fim
Olhem só a pança do sinistro Delfim
Tá cheia de cupim. (Rita Lee e Roberto de Carvalho, 1983)

Figura 9 - documentos digitalizados do Arquivo Nacional, difundidos pelo site “Documentos Revelados”

BRDFANBSB NS.CPR.MUI.LMU. 19.891.1.20

Nº 09/OD/CSC/83

PROCESSO Nº 007536/DCDP

LETRA DA MÚSICA: ARROMBOU A FESTA III

RECORRENTE: SIGLA-Sistema Globo de Gravações Audio-Visuais Ltda.

RECORRIDA : Chefe do Gabinete, por delegação do DG/DPF

RELATOR : Subprocurador-Geral da República OSVALDO FLAVIO DEGRAZIA

As decisões singulares de primeiro grau vetaram a letra da música "ARROMBOU A FESTA III", depois reintitulada em "ARROMBOU O COFRE", da autoria de Rita Lee e Roberto de Carvalho.

A reintitulação não mudou o fraseado.

Trata-se de composição contendo críticas de cunho político que descambam para o insulto de personalidades públicas como suas excelências os deputados Ivete Vargas e Paulo Maluf, Ministros Beltrão, Mário Andreazza, e Delfim Neto, do General Golbery do Couto e Silva, do Vice-Presidente Aureliano Chaves e dos senhores Jânio Quadros e Solange.

Do texto se depreende a existência de injúria direta, consistente na ridicularização de alguns personagens políticos.

Constata-se também o comparecimento de calúnia nas referências ao Deputado Maluf, ligando-o ao caso Luftfalla, do qual nada resultou de apurado como crime.

BRDFANBSB NS.CPR.MUI.LMU. 19.891.1.21

Nº 09/OD/CSC/83

Também, há calúnias disseminadas contra Governadores, deputados e vereadores quando os transforma em possíveis assaltantes de bancos (ver 1º e 2º versos, da 2ª estrofe).

Nos versos finais:

"Cabeças vão rolar que tal agente apostar Incêndio! Incêndio! Pegou fogo o berço esplêndido."

Há nítida incitação à rebelião popular, o que é vedado no § 8º, do art. 153, da Constituição Federal, constituindo infração à Lei de Segurança Nacional.

Pelas razões expostas, opino pela manutenção integral do veto apostado pela instância a quo.

Brasília, 11 de outubro de 1983

OSVALDO FLAVIO DEGRAZIA
Subprocurador-Geral da República
Relator

tms.

Fonte: <https://documentosrevelados.com.br/a-censura-nas-musicas-de-rita-lee/>

Elis Regina, por sua vez, nasceu em 17 de março de 1945, também é um grande ícone da Música Popular Brasileira, iniciando a carreira ainda com 17 anos de idade, ao se apresentar e vencer o 1º festival de música popular brasileira na TV Excelsior, em abril de 1965. Intérprete de faixas como “Águas de Março” (1972), que inclusive foi citada em uma entrevista exposta por Gianordoli-Nascimento et al. realizada com mulheres militantes presas durante o regime militar, em que uma delas relata: “ele que me apresentou ‘Águas De Março’, que eu choro até hoje quando escuto” e ainda continua “Eu era fã de Elis Regina, porque via os festivais...”. É interessante analisar as afirmações, pois nos mostra de forma bastante explícita a importância de figuras públicas femininas que tenham destaque e ocupem espaços para além dos considerados ideais, fugindo das limitações sociais delimitadas por uma estrutura social com base no patriarcado, como ocorre no contexto artístico, em especial o musical, pois como defendido por Hidata e Fontanetti “profissões na área musical, seja compondo, cantando ou tocando não eram unanimemente bem aceitas pela sociedade, pois não se encaixava nas características de uma moça recatada”. (Hidata e Fontanetti, 2024).

Levantada esta ressalva, citamos aqui duas de suas interpretações mais famosas no contexto de resistência ao Regime: “Como nossos pais” de 1976, composta por Belchior e “O Bêbado e a Equilibrista” de 1979, composta por João Bosco e Aldir Blanc” - esta última, inclusive, recebe o título de “hino da anistia” (Silva, 2016).

Temos, ainda, a música “Essa Mulher” que também dá nome ao álbum em que foi publicada, composta por Ana Maria Terra Borba Caymmi e Joyce Silveira Moreno e interpretada por Elis Regina, que dá voz a uma narrativa reflexiva dos vários papéis desempenhados por uma mulher, várias faces e perspectivas que ela pode assumir. Faz uma analogia com as passagens de tempo ocorridas dentro de um dia, sendo que em cada uma, uma das faces do eu lírico se apresentam: de manhã, dona de casa, mãe e esposa; de tarde, apresenta a face de uma mulher mais jovem, mais animada e divertida com a vida, que se enfeita, diz saber tudo sobre o mundo; de madrugada, apresenta uma face mais madura, sensual e intensa (Elis Regina, 1979). Por fim, existe uma certa conciliação dessas três personalidades, com a aceitação de sua complexidade. Em entrevista à Rádio Nacional, a própria Elis Regina tece comentários a escolha da música como nome para o álbum e seu significado para ela:

Essa letra particularmente eu considero em termos de retrato da situação da mulher artista, da mulher que trabalha independentemente de ser artista, a mulher que trabalha, a mulher que tem a sua vida somada à do seu marido por vários aspectos – inclusive o econômico-financeiro – da batalha fora das quatro paredes do seu lar [...] várias coisas a respeito de mulher já foram escritas, via de regra por homens, que conhecem a situação realmente, mas

nunca viveram uma situação; viver na carne, passar pelas coisas é muito mais fácil quando você vai se referir ao assunto quando você tem conhecimento de causa, a coisa sai muito mais completa. (Elis Regina, 1979).

A música, como dito por Elis Regina, representa o contexto não apenas da vida de uma mulher em específico, mas nos permite acesso ao contexto e auto-entendimento que várias outras mulheres possuíam de si mesmas nesse período, que se identificam com as mesmas dificuldades de conciliar diversos aspectos de seu próprio ser, ainda mais se levarmos em conta todas as controvérsias que lidavam ao conviver o contexto social de repressões e julgamentos críticos acerca da liberdade das mulheres que ousavam se expor para além do considerado aceitável dentro da cultura conservadora. Levanta ressalvas, ainda, para a importância da mulher ter um local de fala, de poder se ver representada no meio artístico, assim como o meio político e também histórico, com espaço para que possa expor suas vivências e perspectivas.

Por fim, nos debruçamos agora sobre as obras de Vanusa Santos Flores, nascida em Cruzeiro, São Paulo em 1947, iniciando a carreira pela TV Excelsior, futuramente participando das duas últimas edições da Jovem Guarda. Foi uma das primeiras mulheres a abordar a violência contra a mulher em suas canções (Braga, 2021), na música “S.O.S mulher” de 1981, dá voz a uma narrativa em que denuncia agressões direcionadas a mulheres por seu parceiro, expondo um relacionamento abusivo que contrasta ações de carinho e amor com agressões e abusos. Ao fim da canção, traz palavras que encorajam as mulheres a fazerem denúncias e pedirem socorro. (Medeiros; Nicolini, 2025)

Mais uma vez, podemos perceber a luta da mulher dentro da sociedade, em atos que buscam denunciar abusos e injustiças, não agindo apenas como sujeitas da história e da sociedade, como indivíduos submissos e complacentes, mas encontrando formas de lutar pelos seus direitos - pelos direitos das mulheres, no geral - no caso de Vanusa, utilizando da música e sua influência artística para denunciar abusos, ao passo que também incentiva outras mulheres a se levantarem contra esses crimes.

A mão que te acaricia
É a mesma que esbofeteia
E a boca que te beija
É a mesma que injuria.
O braço forte que lhe ampara
É o mesmo que te bate na cara!
S.O.S Mulher! (Mulher!) Óh! Mulher! (3X)
Acorda pra vida e pede socorro
Nada vale esse jogo
No sufoco, vale tudo!
Áh! Bota a boca no mundo!

Vanusa também aborda as vivências comuns a diversas mulheres na música “Ser

Mulher” de 1980, onde denuncia também a abusos domésticos, ao papel imposto a mulheres dentro de uma sociedade patriarcal: de ser dona de casa, de servir ao marido, tanto de forma sexual quanto em trabalhos domésticos, de ser responsável por todas as funções da casa, de cuidar dos filhos. (Medeiros; Nicolini, 2025). Vanusa então questiona o fato de mulheres não serem vistas como seres individuais, com desejos próprios, sendo sujeitas às vontades dos homens, como evidente nos seguintes versos:

O marido
Nos cobra na cama
O amor mais perfeito
Da amante ideal

A casa arrumada,
A comida na mesa
O botão na camisa,
O chinelo e o jornal

Os filhos
Nos pedem mais tempo
Por mais atenção
Que se tenha e se dê
O circo, o sorvete,
Os deveres da escola
E as cantigas de adormecer

Esperam de nós tanta coisa
Ninguém pode tudo o que quer
Será que percebem
Que temos desejos
Como outra pessoa qualquer

Esperam de nós tanta coisa
E a gente só faz esperar
Que os homens permitam
Que caia do céu a receita
Da vida perfeita
De sermos iguais

A partir dessa composição, temos um retrato do sentimento de ser mulher no período - vale ressaltar que não buscamos aqui trazer generalizações. Evidentemente existiram vários contextos diferentes, várias vivências e experiências comuns a classe, profissão, raça, etc. Porém, a música traz a perspectiva de parte das mulheres sujeitas a estruturas sociais que trazem expectativas muito bem definidas dos papéis de gênero, em especial o da mulher, cheia de limites e obrigações familiares. Mais uma vez, identificamos o caráter de resistência frente a essas concepções, a denúncia de desigualdades e injustiças.

Vanusa dos Santos também apresentou uma visão do feminino como algo positivo,

uma clara contraposição a costumes da época que abordavam o papel de gênero feminino como inferiorizado. É como podemos ver na música “Mudanças”(1979) de sua própria autoria: “Porque sou mulher como qualquer uma/Com dúvidas e soluções/Com erros e acertos/Amor e desamor” quase no final da faixa, ainda, continua: “Realista e sonhadora submissa por condição/ Mas independente por opinião”. Voltou, ainda, a criticar o papel de submissão recorrente em seu meio social. “A obra da artista, além de discutir a violência, colocou em pauta subjetividades características das mulheres daquele tempo” (Medeiros;Nicolini, 2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas nos permite conhecer uma fração do lugar que a mulher ocupou durante os anos do Regime, e alguns dos meios que encontraram para expressar duvidas, anseios, críticas, injustiças e insatisfações, em específico através da arte - isso, vale lembrar, em um período em que não existia a ideia de luta feminista propriamente dita, que começaram a se organizar de forma mais especifica apenas após o Regime, porém sofrendo muita influencia dos desdobramentos dele.

Nesse contexto temos, por um lado, os arquétipos de mulher ideal defendidos pela sociedade do período, de concepções patriarcais, exaltadas durante o Regime Militar e sendo também difundidos em revistas e propagandas, mantidas através de censuras e repressões - excluía a mulher do campo político, a confinando a papéis de dona de casa, mãe e boa esposa. Por outro lado, em contraposição a esse preceito, temos representações de diversas mulheres que não se sujeitam a tais demandas, mesmo frente a críticas e tentativas de invisibilização, utilizando-se diferentes métodos para denunciar e influenciar seu meio político, social e cultural, como manifestações, protestos e, objeto desta pesquisa, a música.

As composições e interpretações de Leci Brandão, Rita Lee, Elis Regina e Vanusa dos Santos dão voz a diversas outras mulheres que também estavam sujeitas ao mesmo contexto, além de nos mostrar o caráter ativo da participação das mulheres em questões sociais, ao contrário do que costumou ser difundido por um longo período de tempo pela história, em especial a história de caráter positivista, de que a mulher é apenas um ser passivo ao que ocorre ao seu redor, que pouco resiste ao que é imposto a si. Mesmo sendo excluídas cargos de liderança política houveram sim movimentações dentro da esfera política social., seja através do apoio a luta negra, difusão e valorização de seu próprio meio sociocultural e expressão de suas vivências pessoais, como abordado por Leci Brandão; oposição direta ao Regime Militar, retrato da mulher como um ser livre -considerado rebelde por concepções conservadoras - e exposição de desejos femininos, tão característico de

Rita Lee; ou representação dos sentimentos de ser mulher em todo esse contexto, de como são afetadas pelas demandas e expectativas sociais, como se desdobram em várias faces diferentes e complexas, ou ainda, denunciando agressões e crimes sofridos, relacionamentos abusivos e incentivando a denúncia deles, como podemos analisar nas obras de Elis Regina e Vanusa dos Santos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO ELIS REGINA. **Entrevista:** Elis Regina para Rádio Nacional (1979). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ykBh3qnRwIY>. Acesso em: 4 jul. 2025.

ARQUIVO NACIONAL. **SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional**. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Requerimento da gravadora Som Livre para aprovação das letras: Outro mundo; Arrombou a festa II. 1983.

BRAGA, Karina. Por que Vanusa precisa ser revisitada em pleno século XXI? **Culturadoria**, s.l., 2 set. 2021. Disponível em: <https://culturadoria.com.br/por-que-vanusa-precisa-ser-revisitada/>.

CHAVES, E. S. Mulheres de direita, imprensa e o golpe de 1964: a “marcha” noticiada. **Revista de História da UEG - Morrinhos**, v. 10, n. 2, e-022104, jul./dez. 2021.

FILGUEIRAS, M. **Documentos da censura revelam letras originais de Martinho da Vila, Leci Brandão e Nei Lopes**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/musica/documentos-da-censura-revelam-letras-originais-de-martinho-da-vila-leci-brandao-nei-lopes-21117076>.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; OLIVEIRA, F. C.; CRUZ, J. P. D.; FREITAS, J. C.; REIS, D. B.; SANTOS, T. L. A.; MENDES, B. G. Representações sociais de “ser mulher militante”: as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, [S. l.], v. 28, p. 110–131, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6460>.

LEE, Rita; RONALDO, Tutti Frutti. Arrombou a festa. **Fruto proibido** [recurso eletrônico]. São Paulo: Som Livre, 1976. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u_OiqpSNo5Y.

MEDEIROS, Kênia Erica Gusmão; NICOLINI, Cristiano. “Ser mulher”: relações de gênero e resistências cantadas nas canções-desabafo de Vanusa. **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 25, n. 1, p. 91–109, 2025. Dossiê: História, memória, vizinhança e participação. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10141248>

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PALMAR, A. **A censura nas músicas de Rita Lee**. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/a-censura-nas-musicas-de-rita-lee/>.

REGINA, Elis. Essa mulher. **Essa mulher** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Philips, 1979. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3ljAKKNW7K0>.

REPRESENTAÇÕES sociais de “ser mulher militante”: as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, [S. l.], v. 28, p. 110–131, 2015. Disponível em:<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6460>.

SAGATIBA, F. **Zé do Caroco**: O Samba Político de Leci Brandão. Disponível em:<https://raizdosambaemfoco.wordpress.com/2017/08/15/ze-do-caroco-o-samba-politico-de-leci-brandao/>.

SILVA, Lourdes Ana Pereira; SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando. Representações da mulher na propaganda durante a ditadura militar no Brasil. **Scientia Plena**, [S. l.], v. 10, n. 12, 2014. Disponível em:<https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/view/2064>.

SOUSA, Fernanda K. M. **“A Filha da Dona Lecy”** Estudo sobre a trajetória de Lecy Brandão. 2016.

VANUSA. S.O.S. Mulher. In: VANUSA. **Vanusa** [LP]. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1981.

VANUSA. Ser mulher. In: VANUSA. **Vanusa** [LP]. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1975.

A COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS DE MATO GROSSO (1900-1906) EM RELATÓRIOS E FOTOGRAFIAS

Julia Falgeti Luna

INTRODUÇÃO

No início do século XX, no período republicano brasileiro, precisamente no que corresponde a Primeira República, foi instituído pelo governo grupos expedicionários incumbidos de construir linhas comunicativas em algumas localidades do país, o que incluía o Estado de Mato Grosso. A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas, criada com o objetivo de encurtar as distâncias, percorreu o que os brasileiros interpretavam como interior, que era o oposto aos centros urbanos do Brasil. O intuito era facilitar e melhorar a agilidade na comunicação entre a capital e as áreas periféricas do país. O telégrafo e, conseqüentemente, a comunicação telegráfica despontava como meio de comunicação adequado para a manutenção da ordem pública, principalmente em locais distantes da capital brasileira, Rio de Janeiro.

A construção de linhas telegráficas no Brasil é anterior à República, tendo iniciado durante o Período Imperial (1822-1889). No que diz respeito a esse tipo de comunicação, a historiadora Laura Maciel (2001) historiciza os primeiros passos do telégrafo no Brasil. A primeira instalação, um telégrafo óptico, é datada de 1808 e estava sob a jurisdição do Ministério da Guerra. Em 1838, passou para a responsabilidade do Ministério da Justiça. A então única linha da capital, Rio de Janeiro, tinha como objetivo ligar as fortalezas ao longo da Barra até a Quinta da Boa Vista para anunciar a chegada de embarcações e a nacionalidade.

Maciel (2001) ressalta que a implantação de uma linha telegráfica que contemplasse outros locais da corte foi reivindicada por vários ministros da Justiça, pois eles concebiam que o telégrafo facilitaria a divulgação das ocorrências. Porém, os relatos acerca da falta de verbas eram habituais. “Ano após ano, nenhuma alteração havia a comunicar sobre o serviço na Corte, nem tampouco sobre as províncias da Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Santa Catarina, que também contavam com este tipo de comunicação” (Maciel, 2001, p.130). Na década de 1850, os telégrafos elétricos começaram a ser instalados na corte; no entanto, não chegaram a atingir todas as províncias. Mauro Costa da Silva e Ildeu de Castro Moreira (2007) relatam que, a princípio, as linhas telegráficas operavam, principalmente, na sede da corte, Rio de Janeiro. Com cobertura exclusiva da polícia, “em seus primeiros passos, portanto, coube ao telégrafo uma função auxiliar ao serviço de policiamento da Corte, interligando

através de suas linhas e estações, a Central de Polícia e todos os quartéis, arsenais da Guerra e Marinha, além do Paço da Cidade e os palácios de São Cristóvão e Petrópolis” (Maciel, 2001, p.131). Havia projetos de instalação das linhas de Norte a Sul do país, mas demoraram a ser executados.

Inicialmente, o telégrafo era visto com desconfiança pela população, especialmente na corte, que considerava esse meio de comunicação pouco confiável. Essa percepção mudou durante a Guerra do Paraguai, quando as linhas telegráficas construídas para suprir as necessidades de comunicação mostraram-se eficientes. Esse momento pode ser considerado o ponto de inflexão, em que o telégrafo perdeu seu selo de desconfiança. Utilizado na guerra, o telégrafo demonstrou como a agilidade das mensagens poderia ser benéfica em casos de ameaças à soberania do país. O governo imperial demonstrou urgência na construção de linhas telegráficas, mas, como observou Maciel (2001, p.132), "a crônica falta de recursos, os 'tropeços que a natureza tropical e a vastidão do país' impunham ao desenvolvimento da rede telegráfica [...]" e outras justificativas eram frequentemente usadas para explicar a ineficácia do governo imperial em gerir os recursos necessários para a construção das linhas telegráficas. Em contrapartida, não se pode desconsiderar a disputa entre empresas para a construção dessas linhas.

A partir da conexão dos cabos submarinos que ligavam os continentes americano e europeu, a expansão do telégrafo elétrico no Brasil ganhou destaque. As mudanças tornaram-se mais evidentes quando os cabos submarinos possibilitaram ligação e comunicação telegráfica entre o Rio de Janeiro e as capitais das províncias da Bahia, Pernambuco e Pará. Posteriormente, "entre 1866 e 1886, considera-se o período áureo da expansão da rede telegráfica sob o Império. Nesses vinte anos, o Império construiu 10.969 quilômetros de linhas telegráficas, ligando 182 estações [...] (Maciel, 2001, p.132) no território brasileiro, exceto as províncias de Mato Grosso, Goiás e Amazonas. Conforme Maciel, acreditava-se que o telégrafo poderia evitar uma possível desintegração do territorial. Por desintegração territorial entende-se como a divisão, fragmentação ou perda de um dado território, que pode ser resultado de processos políticos, econômicos e sociais. Porém, não houve continuidade e efetividade na construção das linhas telegráficas em todo o território brasileiro durante o período imperial. Com a queda da monarquia em 1889 e a proclamação da República, as antigas províncias de Mato Grosso, Amazonas e Goiás estavam tecnicamente isoladas do circuito telegráfico.

A primeira linha telegráfica que atingiu e beneficiou Mato Grosso, conforme mencionada na citação, foi a Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia (1889-1898). Apenas Cuiabá havia sido contemplada com esse serviço. Segundo João Edson Fanaia (2010), na segunda metade do século XIX, a capital mato-grossense era uma pequena cidade e, tratando-se de uma então capital de província, estava longe dos padrões considerados

civilizatórios no período. No início do século XX, não houve mudanças significativas em relação às melhorias urbanas, sociais e etc. O autor pondera que as demais cidades de Mato Grosso se encontravam em situações piores. Apenas Corumbá, das cidades do interior, possuía um panorama melhor, mas isso não significava a isenção das mazelas. O telégrafo em Cuiabá supriu a defasagem na comunicação, embora não deixasse de ser um símbolo da modernidade.

A parte sul do estado de Mato Grosso também era uma localidade que necessitava de uma rede telegráfica. Em 1900 o governo e o Ministério da Guerra planejavam reestabelecer os trabalhos de uma comissão, anteriormente composta e desfeita, com nova configuração no traçado; de Cuiabá a Corumbá e as fronteiras com Bolívia e Paraguai (Viveiros, 2010). Essa ligação telegráfica tornaria apta e ágil a guarnição e defesa das fronteiras quando fosse necessária. Dessa forma, em 1900, foi instituída a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, de Cuiabá a Corumbá (perpassando as fronteiras com a Bolívia e o Paraguai), cujos trabalhos foram concluídos em 1906 a comando de Cândido Mariano da Silva Rondon.

Assim, esta pesquisa analisa os caminhos da CLTMT que atuou entre os anos de 1900-1906, na região sul de Mato Grosso, mais precisamente de Cuiabá a Corumbá e as fronteiras com Bolívia e Paraguai. O termo caminho refere-se a uma rota ou trajetória que conecta diferentes pontos e pessoas, possui um sentido físico e figurado. Nesta pesquisa não será abordado apenas os caminhos físicos, mas as conexões entre diferentes culturas e modos de vida, buscando uma análise de uma história que se fez em movimento. Assim compreende-se que as fotografias e relatórios oficiais da CLTMT resultam de uma história que aconteceu nos movimentos das andanças, aberturas de picadas, travessias de rios, reconhecimento de terrenos, ou seja, em movimento.

METODOLOGIA

Os estudos produzidos no campo da historiografia se desenvolvem com base em teoria e método, que podem ser compreendidos como “modo de ver” e “modo de fazer” (Barros, 2017). Embora os registros históricos humanos desempenhem o papel de fonte, as linguagens de interpretação são distintas uma das outras. Um documento escrito possui a mesma equivalência de confiabilidade do que uma fotografia; contudo, não é recomendável a aplicabilidade da mesma metodologia para a leitura de documentos com características diversas.

Assim, em um primeiro momento, foram realizados os levantamentos, revisões e fichamentos bibliográficos referente à temática estudada. Posteriormente, seguimos para o levantamento de imagens fotográficas e/ ou demais documentos que pudessem fornecer

informações adicionais acerca da Comissão Telegráfica do Estado de Mato Grosso. A historiadora Maria Ciavatta (2012) aborda que a representação fotográfica não é essencialmente suficiente para compreender uma dada realidade, de modo que é uma escolha do pesquisador relacioná-la com outras tipologias de fontes. Isso não confere às imagens uma inferioridade, ao contrário, já que ambas as tipologias possuem potencialidades.

As fotografias estão sendo analisadas de acordo com o contexto em que foram inseridas, principalmente no *Relatório dos trabalhos realizados entre 1900 a 1906*. Aderimos a perspectiva a representação de Roger Chartier (1990, p.17), que é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”. A partir dessa concepção, entende-se que a articulação entre o termo representação e as fotografias produzidas durante a CLTMT pode ser explorada na maneira como as imagens fotográficas constroem e reforçam narrativa, preceitos e representações que norteiam a concepção cultural, histórica e social ao longo do tempo. Compreende-se que as fotografias podem ser interpretadas de diferentes maneiras, dependendo da concepção do observador.

No que se refere à fonte escrita, o *Relatório dos trabalhos realizados entre 1900 a 1906*, foram realizados a leitura e o fichamento, bem como questionamentos, quando oportuno. Trata-se de um documento que fora produzido e encaminhado ao órgão competente, o Ministério da Guerra, no ano de 1949. Acompanham o relatório, mapas, plantas de projeto e imagens, assim como o enredo progressista de Cândido Rondon.

RESULTADOS

Até o presente momento, a pesquisa de doutorado permitiu o avanço significativo no levantamento, sistematização e análise de fontes relativas à atuação da Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso (CLTMT), no período de 1900 a 1906. A partir da articulação entre documentação escrita e imagética, foi possível delinear alguns resultados parciais que já contribuem para a compreensão histórica das tensões entre projeto modernizador, representações de progresso e o cotidiano mato-grossense da Primeira República.

O primeiro aspecto relevante refere-se à constatação de que as fotografias, apesar de promoverem uma narrativa de ordem e avanço, silenciam os conflitos e as contradições presentes nos percursos e nas relações da CLTMT com a população local. A análise das imagens indica que elas não apenas documentavam as etapas da obra, mas também funcionavam como instrumentos simbólicos de legitimação do projeto republicano e de modernidade para o interior do Brasil.

Em paralelo, a documentação escrita, embora com linguagem técnica e institucional, ao serem confrontados com bibliografias e com as fontes impressas, os jornais que circularam em Mato Grosso, no início do século XX, revelam nuances do cotidiano e das dificuldades enfrentadas nos trabalhos, bem como as formas de interação com moradores indígenas e não indígenas.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa é um exercício de pesquisa que busca produzir uma narrativa com ênfase em Mato Grosso, especificamente o sul do estado, caracterizada por seu isolamento comunicativo em relação ao restante do país, sua distância da capital Cuiabá e a diversidade populacional, que inclui comunidades mestiças, indígenas e não indígenas, além de estar situada em uma área de fronteira com a Bolívia e o Paraguai.

Com respaldo nos aportes da História Cultural conferiu maior densidade interpretativa à investigação, possibilitando problematizar não apenas as práticas documentais, mas também os sentidos atribuídos ao progresso nos discursos e práticas da CLTMT. Dessa forma, embora a tese ainda esteja em processo de redação, os resultados já obtidos demonstram a relevância da proposta e abrem possibilidades para aprofundamentos teóricos e metodológicos. Pretende-se com a finalização do trabalho, que seja possível contribuir a historiografia mato-grossense.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D' Assunção. **Teoria e Formação do Historiador**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017. p. 31-41.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FANAIA, João Edson de Arruda. **Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)**. Cuiabá: EdUFMT/ Fapemat, 2010.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: Educ, 1998.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, nº4, p. 127-144, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/i/2001.v21n41/>>. Acesso em 14 de fev. de 2025.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Ministério da Agricultura, CNPI. **Relatório dos trabalhos realizados de 1900- 1906**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

RONDON, Cândido Mariano da Silva Rondon. Direção geral de Engenharia. **Relatório dos trabalhos realizados de 1900- 1906**. Rio de Janeiro: Biblioteca do departamento da Guerra, 1907.

SILVA, Mauro Costa da; MOREIRA, Ildeu de Castro. A introdução da telegrafia elétrica no Brasil. (1852-1870). **Revista da SBHC**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2007, pp. 47-52. Disponível em: <https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=82>. Acesso em: 25 de jan. de 2025.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá: 1872-1918**. São Paulo: Alameda, 2008.

VIVEIROS, Esther. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

GÊNERO E GUERRAS: AS “MULHERES DE CONFORTO” COREANAS NA II GUERRA MUNDIAL

Melanny Victoria Da Silva Ramos

Marinete A. Zacharias Rodrigues

INTRODUÇÃO

Ao investigar as circunstâncias que levaram as mulheres coreanas a se tornarem mulheres de conforto, verificamos que o recrutamento envolveu coação, sequestro e “falsas promessas de emprego” ou “convencimento de pais desesperados por dinheiro”, que muitas foram enganadas por essas promessas. As formas de controle e exploração exercidas pelos proprietários dos bordéis e pelo Exército Imperial Japonês sobre as mulheres de conforto coreanas, revelou “as rotinas de estupro e violência sexual diárias por dezenas de soldados, em condições sanitárias precárias e com privação de alimentação e descanso”.

O depoimento de sobreviventes reforça a brutalidade sistemática e a profunda violação dos direitos humanos. Também constatamos que as mulheres de conforto coreanas empregaram estratégias de resistência e sobrevivência, incluindo tentativas de fuga, formação de redes de apoio e criação de estratégias individuais para enfrentar a violência e a exploração. Embora o estudo tenha abordado as severas punições para aquelas que tentavam escapar, indicando que houve tentativas de resistência individual, e o relato da vítima confirma uma tentativa de fuga. No entanto, a investigação das estratégias de sobrevivência foi profundamente explorada nas consequências pós-guerra e na subsequente e contínua luta por justiça e reparação, que representa uma forma de resistência coletiva e de longo prazo. Por fim, o quarto objetivo específico, de analisar as consequências físicas, psicológicas e sociais enfrentadas pelas sobreviventes após a II Guerra Mundial, incluindo a estigmatização social e a luta por justiça e reparação, foi completamente atingido. Os danos físicos, psicológicos e sociais foram devastadores, com resultados como doenças venéreas, mulheres estéreis, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e depressão. Além disso, abordamos a estigmatização social e a luta por justiça e reparação liderada por Kim Hak-Sun e as *Grandmothers*, incluindo os Protestos de Quarta-Feira.

Para contextualizar o surgimento e a brutalidade desse sistema, é incontestável retornar ao período do Império Japonês. Fundado em 3 de janeiro de 1868 com a derrubada do xogunato Tokugawa e a ascensão do Imperador Meiji, o Japão iniciou uma era de

transformações radicais. Este não foi um simples processo de ocidentalização, mas uma modernização e industrialização meticulosamente planejadas pelos próprios japoneses, visando a construção de uma nação forte e um vasto império. A pressão externa, exemplificada pela chegada da esquadra naval americana em 1853, e uma crise interna do Xogunato, foram catalisadores dessas mudanças. A Restauração Meiji aboliu o feudalismo, unificou o governo e impulsionou a busca por igualdade militar e material com o Ocidente, sob o lema "Fukokukyōhei" País rico, exército forte (Britannica, 2019.). A lealdade ao imperador foi elevada a um pilar da identidade nacional, e esse período marcou o início da agressiva expansão imperialista japonesa, acentuada pelas vitórias nas Guerras Sino-Japonesa e Russo-Japonesa.

A Coreia, por sua vez, foi dramaticamente afetada por essa expansão. Em 1905, o Japão unilateralmente a declarou seu protetorado, um acordo que, notavelmente, foi sancionado pelos Estados Unidos sem qualquer consulta aos coreanos. Em agosto de 1910, a Coreia foi formalmente anexada, tornando-se uma colônia do Império Japonês — Esta foi a primeira vez na sua longa história da Coreia que o país e seu povo foram subjugados sob um regime colonial (Amaral, 2020).

O domínio japonês na Coreia foi implacável. Estima-se que pelo menos 18 mil coreanos foram mortos por resistirem à ocupação (Amaral, 2020). A repressão cultural foi severa: os coreanos eram forçados a adotar nomes japoneses e falar apenas japonês; jovens eram compelidos a servir nas forças armadas ou a trabalhar no Japão em condições análogas à escravidão (Amaral, 2020). Adicionalmente, dezenas de milhares de mulheres coreanas foram submetidas à escravidão sexual para o prazer dos homens japoneses. A população coreana foi amplamente empobrecida e privada de educação, e o governo japonês na Coreia, administrado por um Governador-Geral militar, impôs um controle rigoroso que limitava drasticamente as liberdades civis.

É nesse cenário de expansão imperialista e colonização brutal que se insere a questão das "mulheres de conforto". As estações de conforto, que teve início em 1931, eram inicialmente formadas por prostitutas voluntárias da China e do Japão. Com a expansão do Império Japonês e a incorporação de novos territórios, o Imperador Hirohito achou necessário recrutar mais mulheres, especialmente após o Estupro de Nanquim, onde se estima que soldados japoneses violentaram entre 20.000 e 80.000 mulheres chinesas na cidade de Nanquim. Esse evento ganhou destaque na mídia, impactando negativamente a imagem do governo japonês (Cook, 2019). Então foi oficialmente institucionalizado em 1932 pelo governo imperial japonês, consistindo em bordéis estrategicamente localizados para fornecer alívio sexual aos soldados (Northeast Asian History Foundation, 2014). O

recrutamento dessas mulheres, predominantemente coreanas, era coercitivo, envolvendo coação, sequestro e falsas promessas de emprego.

A análise nesse contexto de exploração revelou as profundas consequências dessas experiências. A realidade por trás do eufemismo "mulheres de conforto" 慰安婦- ianfu (Silva; Omena; Omena, 2008) era, de fato, uma escravidão sexual sistemática e institucionalizada pelo Império Japonês. Esse termo foi criado para ocultar a natureza atroz da prática, que forçou dezenas de milhares de mulheres, majoritariamente coreanas, mas também de outras nacionalidades asiáticas, à servidão sexual. As hipóteses variam, mas indicam entre 50.000 e 200.000 vítimas, muitas delas adolescentes ou jovens (Sodré, 2020). E alguns estudiosos estimam que existiram mulheres em 125 estações, onde uma 1 mulher “servia” em média 100 homens em um dia.

Figura 1 - Mapa de distribuição das Estações de Conforto de acordo com os registos e testemunhos das vítimas. Legenda: Vermelho: Testemunhos das Vítimas Azul: Testemunhos de Militares Amarelo: Documentos Militares Oficiais Verde: Outros Testemunhos.



Fonte: Northeast Asian History Foundaiton (2016)

A exploração foi facilitada pelo ambiente de guerra e pela ideologia imperialista japonesa, como o discurso étnico Nihonjinron (Brites, 2020), que defendia a especificidade japonesa e legitimava a expansão e as atrocidades. O recrutamento era sempre coercitivo, envolvendo desde o convencimento de pais em desespero financeiro até o alistamento

forçado em escolas, locais de trabalho ou sequestros diretos. Muitas eram enganadas com promessas de trabalho em fábricas (A História Repugnante..., 2025). Uma vez nos "postos de conforto", as mulheres eram submetidas a estupro e violência sexual diárias, em condições insalubres, com fome e privação de descanso. A resistência era punida severamente, e muitas morriam por doenças, ferimentos, tortura ou suicídio (Cook, 2019).

A gravidade e a desumanização dessa prática são reveladas pelos relatos das vítimas. Um depoimento particularmente impactante de uma ex-"mulher de conforto" sublinha essa realidade:

Quando eu fui levada pela primeira vez para lá, fui forçada a servir soldados japoneses em um quarto pequeno, sujo e sem privacidade. Todos os dias, eu era violentada por dezenas de homens. A comida era escassa, e a higiene, inexistente. Muitas de nós adoeciam e não recebiam nenhum tratamento. Lembro-me de tentar fugir uma vez, mas fui pega, espancada e trancada por dias, como um aviso para as outras. O medo e a dor eram constantes. Eu era apenas uma menina, e eles tiraram tudo de mim, minha dignidade, minha juventude, minha esperança" (Cook, 2019).

Outros relatos corroboram a brutalidade: "Quando a menina coreana foi infectada, para impedir a doença de se espalhar e, também para esterilizá-la, enfiaram-lhe uma barra de ferro quente na vagina" (Cook, 2019). Houve casos de mulheres espancadas, enterradas vivas, ou submetidas a torturas e mutilações, como tatuagens coercitivas, por tentarem escapar. (Cook, 2019). Esses testemunhos são cruciais para entender a sistemática violação dos direitos humanos.

Para aprofundar a análise e coletar informações primárias e contemporâneas, também recorri a jornais coreanos e depoimentos de vítimas. Esses registros, incluindo testemunhos, fotografias e materiais diversos, foram cruciais para captar as experiências vivenciadas pelas "mulheres de conforto" e as repercussões de suas histórias ao longo do tempo. O uso de tais fontes permitiu uma compreensão mais profunda do processo e contribuiu para fortalecer a argumentação apresentada. A combinação dessas abordagens possibilitou uma visão abrangente do fenômeno, desde sua origem histórica até suas consequências contemporâneas.

A análise revelou que a implementação e exploração de "mulheres de conforto" foi um fenômeno intrinsecamente ligado à ideologia e à prática do imperialismo japonês. A ascensão do Japão no final do século XIX e início do século XX, impulsionada por uma modernização e industrialização ambiciosas sob a Era Meiji (1867-1912), culminou em um projeto expansionista que concebia a Coreia, anexada em 1910, como um recurso estratégico e um território a ser subjugado. Essa dominação impôs uma arquitetura de vulnerabilidade sobre a população coreana, caracterizada pela repressão cultural severa, a

imposição da língua japonesa e a proibição da cultura local, além de um empobrecimento generalizado (Britannica, 2019).

Nesse cenário, o recrutamento para o sistema de "mulheres de conforto" operou como uma extensão da lógica colonialista, explorando sistematicamente a condição de desamparo das vítimas. As mulheres, em sua maioria, eram jovens, de baixa renda e oriundas de áreas rurais empobrecidas. A promessa de trabalho, muitas vezes em fábricas ou como enfermeiras, era uma tática para atrair jovens de famílias desesperadas, revelando uma exploração calculada da fragilidade socioeconômica. O envolvimento de corretores que agiam em estreita coordenação com a polícia local e militar (Northeast Asian History Foundation, 2014) demonstra a natureza organizada e institucionalizada do sistema, desmistificando qualquer argumento de que seriam atos isolados ou espontâneos. A preferência por mulheres coreanas, em detrimento das japonesas, revela uma dimensão racial e colonial da violência. As coreanas eram vistas como inferiores e, portanto, mais adequadas para a exploração sexual, enquanto as mulheres japonesas eram destinadas à missão nacional da maternidade (Okamoto, 2013). Essa distinção ideológica sublinha a instrumentalização de corpos femininos como um componente da dominação imperialista.

Uma vez nos postos de conforto, a desumanização das mulheres era total e sistemática. Os bordéis militares, disseminados por todo o vasto território ocupado pelo Japão, eram ambientes de violência sexual e física extremas. A rotina imposta, com estupros e abusos diários, visava a aniquilação da individualidade e da autonomia das vítimas, transformando-as em propriedades militares. Testemunhos revelam a brutalidade diária, incluindo tortura e mutilações, além de relações sexuais com soldados japoneses de forma forçada e repetitiva (Oliveira, 2023). Outras eram mortas ou abandonadas após serem espancadas e tatuadas (Cook, 2019). A sexualidade das mulheres era mercantilizada e controlada, submetida a exames de saúde para prevenir doenças venéreas, mas com o único propósito de manter os soldados aptos para o combate. Essa dimensão da "saúde" das mulheres era valorizada apenas na medida em que servia aos interesses do exército, reforçando a objetificação e a instrumentalização de seus corpos.

Figura 2 - “Mulheres de conforto” coreanas que sobreviveram à ocupação japonesa e foram protegidas em Lameng Yunnan, 1945.



Fonte: Seoul Times.

Em meio à opressão esmagadora, a resiliência das "mulheres de conforto" manifestou-se tanto em atos individuais de desafio quanto no surgimento de um movimento coletivo significativo. As tentativas de fuga, embora raras e perigosas, pontuam as narrativas como atos de afirmação da liberdade e dignidade, mesmo diante das consequências brutais, como tortura e espancamentos que poderiam levar à morte. A descrição de punições extremas, como o assassinato de mulheres que ousavam questionar ou a esterilização forçada (Cook, 2019), revela o nível de terror imposto para esmagar qualquer forma de oposição. No entanto, o próprio ato de sobreviver a tais atrocidades e preservar fragmentos de sua identidade e memória já constitui uma forma poderosa de resistência.

O silêncio que envolveu a história das "mulheres de conforto" por décadas após o fim da guerra foi, paradoxalmente, uma estratégia de autoproteção (Fabrini, 2017). Em “sociedades com fortes valores confucianos, como a coreana, a violação e a perda da castidade eram estigmas sociais” (Fabrini, 2017), o que levava as sobreviventes a temerem a revitimização e a marginalização por suas próprias famílias e comunidades. O retorno a uma sociedade que, em vez de acolhê-las como vítimas de um crime de guerra, muitas vezes as

via como impuras ou desonradas, aprofundou o trauma e o isolamento (Sintropia Feminina, 2023).

A quebra desse silêncio ocorreu em 1991, com o testemunho público de Kim Hak-soon, que foi a primeira “mulher de conforto” da história a vir a público para expor os abomináveis crimes do exército Imperial Japonês (Northeast Asian History Foundation, 2014). Seu depoimento foi um catalisador que inspirou centenas de outras mulheres a compartilharem sua história (Northeast Asian History Foundation, 2014). Esse ato de coragem individual floresceu em um movimento coletivo robusto, simbolizado pelas Manifestações de Quarta-feira. Iniciadas em 1992 em frente à Embaixada do Japão em Seul, essas manifestações semanais não são apenas protestos, mas rituais de memória que visam ressignificar o trauma e exigir a dignidade e o reconhecimento devidos. A Estátua da Paz (Sonyeosang), inaugurada em 2011 durante a milésima manifestação, materializa a memória das vítimas, servindo como um monumento vivo que desafia a negação histórica e busca manter viva a dívida do passado (Azenha, 2017). Essa organização e persistência na reivindicação de direitos e memória são, em si, poderosas estratégias de resistência contra o apagamento e a distorção da verdade histórica.

As consequências do sistema de “mulheres de conforto” transcendem o período de guerra, projetando-se no presente como uma complexa disputa por justiça e memória. A pesquisa aponta que as sobreviventes enfrentaram seqüelas físicas duradouras, incluindo doenças venéreas graves e infertilidade, resultado direto da violência a que foram submetidas (Cook, 2019). Além dos danos físicos, o trauma psicológico manifestou-se em depressão, estresse pós-traumático e medo de homens, afetando profundamente suas vidas adultas e dificultando a reintegração social. A estigmatização imposta pela sociedade coreana, que as via como impuras, levou a um isolamento social e, muitas vezes, à pobreza, já que a condição de mulher solteira e sem valor era profundamente arraigada. A frase de Kim Bok-Dong, “nasci mulher, mas nunca vivi como uma mulher”, encapsula a profundidade da perda de dignidade, autonomia e a negação de uma vida plena (Cook, 2019).

Após a rendição do Japão em 1945, a maioria das “mulheres de conforto” foi abandonada ou repatriada em condições degradantes. O governo japonês tentou encobrir suas ações, destruindo documentos e oferecendo suborno. As sobreviventes enfrentaram consequências físicas e psicológicas devastadoras, como doenças venéreas, infertilidade, TEPT e depressão. O estigma social em sociedades conservadoras as levou a esconder seu passado, afetando profundamente suas vidas e famílias. O silêncio e o preconceito foram agravados pela falta de apoio governamental e pela negação do Japão.

A luta por justiça e reparação tornou-se uma batalha contínua e multifacetada, marcada por tensões diplomáticas e divergências significativas sobre a responsabilidade e a "sinceridade" dos pedidos de desculpas japoneses. A pesquisa detalha os seguintes marcos:

A Declaração de Kono (1993): Foi um marco importante, pois o Japão formalmente reconheceu e se desculpou pelo envolvimento militar no sistema de conforto (Northeast Asian History Foundation, 2014). No entanto, a ambiguidade na linguagem e a insistência do Japão em negar a responsabilidade legal direta deixaram as vítimas insatisfeitas.

O Fundo Feminino Asiático (AWF - 1995): Criado como uma iniciativa privada com suporte governamental para a administração, visava oferecer indenização e desculpas às vítimas (Northeast Asian History Foundation, 2014). Sua natureza não oficial, que o diferenciava de uma reparação legal do Estado, levou à rejeição pela maioria das sobreviventes, que o viam como uma tentativa de comprar o silêncio e evitar a responsabilidade estatal direta.

O Revisionismo Histórico: A postura de negação por parte de alguns setores políticos no Japão, exemplificada pela afirmação do Primeiro-Ministro Shinzo Abe em 2007 de que não havia evidências de coerção e a posterior retirada da Declaração de Kono (Northeast Asian History Foundation, 2014), geraram forte condenação internacional e aprofundaram a desconfiança sobre a sinceridade do Japão. Grupos de extrema direita no país continuam a negar a existência das "mulheres de conforto", alegando consensualidade, o que mina qualquer tentativa de reconciliação.

O Acordo de 2015: Apesar de um novo pedido de desculpas formal e uma contribuição de 1 bilhão de ienes por parte do Japão, muitas sul-coreanas consideram que a questão como não resolvida devido à falta de sinceridade do governo japonês e à ausência de consulta às vítimas no processo de negociação. A percepção de que o acordo foi imposto sem a voz das sobreviventes levou a movimentos de protesto contra ele.

A busca por justiça e reparação tem sido uma jornada longa e árdua. Em 1991, Kim Hak-Sun foi a primeira "mulher de conforto" a testemunhar publicamente, abrindo caminho para que outras viessem à tona. Desde então, organizações de direitos humanos e as próprias sobreviventes, carinhosamente conhecidas como *Grandmothers* (할머니- halmoni), têm exigido reconhecimento oficial, desculpas formais e compensação do governo japonês.

O movimento ganhou força com a criação do Conselho Coreano para Mulheres Mobilizadas para a Escravidão Sexual Militar do Japão e com os Protestos de Quarta-feira semanais em frente à embaixada japonesa em Seul, iniciados em 1992. Embora o Japão tenha expressado "remorso" e criado fundos para as vítimas, as sobreviventes e ativistas consideram essas medidas insuficientes, pois não representam um reconhecimento legal de responsabilidade ou uma desculpa formal do Estado. A questão permanece uma ferida

aberta e um ponto de tensão diplomática entre a Coreia do Sul e o Japão, reforçando a necessidade de memória e justiça para essas mulheres para que um capítulo tão sombrio da história não se repita.

Figura 3 - Estátua simbolizando vítimas de abusos sexuais na Coreia do sul durante a segunda guerra mundial em frente à embaixada do Japão em Seul.



Fonte: CNN

O papel da pressão internacional e das organizações da sociedade civil é um resultado proeminente da pesquisa. O relatório de 1996 da Relatora Especial da ONU, Radhika Coomaraswamy, que concluiu que o Japão deveria assumir suas responsabilidades legais, identificar e punir os responsáveis pela escravidão sexual, indenizar as vítimas, pedir perdão formal aos sobreviventes e divulgar aos seus estudantes sobre esse ato desumano, elevou a questão ao patamar de crime de guerra sob o direito internacional (Silva; Omena; Omena, 2008). Resoluções legislativas em diversos países, como EUA, Austrália, Holanda, Canadá e União Europeia (entre 2007 e 2013), bem como em 43 assembleias locais no próprio Japão (a partir de 2008), demonstram a demanda global por uma resolução justa. A tentativa sul-coreana de levar o caso à Corte Internacional de Justiça, embora não concretizada, sublinha a dimensão jurídica e diplomática do conflito, que transcende as relações bilaterais.

A discussão sobre os resultados da pesquisa culmina na imperatividade da memória histórica e no papel da educação. O conflito de narrativas entre a negação e o revisionismo por parte de alguns setores no Japão, em contraste com a determinação incansável de

sobreviventes e ativistas em manter a história viva, cria uma disputa de memória que afeta as relações bilaterais e a percepção global da Segunda Guerra Mundial. A insistência em silenciar essa história é percebida como uma forma de perpetuar a injustiça.

Os resultados reforçam que é nosso dever como sociedade escrever e passar adiante a história dessas mulheres; é nosso dever para com nossa memória coletiva, para com as futuras gerações, para com a verdade. A inclusão dessa narrativa não apenas em livros didáticos, mas no imaginário coletivo, é crucial para dar voz, rosto às vítimas e para que a realidade da guerra e os crimes contra a humanidade sejam sempre recordados (Fonseca, 2024). A persistência das Manifestações de Quarta-feira em frente à Embaixada do Japão em Seul, mesmo décadas após o fim da guerra, atesta a urgência e a relevância contínuas dessa questão para a justiça histórica. Essas manifestações, juntamente com a Estátua da Paz, representam um ato contínuo de resiliência, transformando o espaço público em um palco para a reivindicação de dignidade e a exigência de que o passado não seja esquecido nem distorcido. Os dados demonstram que, sem um reconhecimento pleno da responsabilidade, um pedido de desculpas sincero e uma reparação que contemple não apenas aspectos materiais, mas também morais e educacionais, as feridas são simplesmente profundas demais para serem curadas, e a questão das "mulheres de conforto" continuará a ser um dos mais dolorosos e importantes desafios à consciência histórica global.

Figura 4 - Protesto na Coreia do Sul em apoio às "mulheres de conforto" 01/02/2019



Fonte: Reuters, Kim Hong-Ji.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo ao investigar as complexas nuances da história das "mulheres de conforto" coreanas, buscou transcender a mera cronologia dos eventos, aprofundando-se nas intrincadas dinâmicas de poder, exploração e resiliência que marcaram suas vidas. Desde as circunstâncias do recrutamento, profundamente enraizadas no imperialismo japonês e na vulnerabilidade socioeconômica de uma Coreia colonizada, até as brutais realidades dos bordéis militares, a pesquisa evidenciou a natureza sistemática e desumana dessa forma de escravidão sexual.

Os impactos sobre as sobreviventes, conforme explorado, foram devastadores e multifacetados. Além das indeléveis cicatrizes físicas e das doenças, o trauma psicológico manifestou-se em formas profundas de depressão, estresse pós-traumático e um isolamento social exacerbado pelo estigma cultural. A profunda marginalização que muitas enfrentaram ao retornar às suas comunidades, aliada à vergonha imposta pela sociedade, prolongou o sofrimento por décadas, transformando o pós-guerra em uma luta contínua pela dignidade e reintegração.

No entanto, a narrativa não se encerra na vitimização. A notável resiliência das *Grandmothers*, simbolizada pela coragem pioneira de Kim Hak-Soon ao romper o silêncio em 1991, catalisou um movimento global por justiça e reconhecimento. As Manifestações de Quarta-Feira, realizadas incansavelmente por mais de três décadas em frente à Embaixada do Japão em Seul, e a presença marcante da Estátua da Paz, são testemunhos vivos da determinação em garantir que essa história não seja esquecida. Esses atos contínuos de memória não são apenas protestos, mas rituais de dignidade que desafiam a negação e o revisionismo histórico.

Apesar da pressão internacional crescente, incluindo resoluções da ONU e de parlamentos em diversos países, a resposta do governo japonês tem sido complexa e, para a maioria das sobreviventes e defensores dos direitos humanos, ainda insuficiente. A ambigüidade em relação à responsabilidade legal direta, as tentativas de compensação via fundos privados (como o Fundo Feminino Asiático) e a persistência de discursos negacionistas por setores conservadores no Japão, têm minado a possibilidade de uma reconciliação genuína. O Acordo de 2015, que não consultou adequadamente as vítimas, exemplifica a contínua lacuna entre as demandas por uma reparação justa e as propostas apresentadas.

Em retrospectiva, a história das "mulheres de conforto" coreanas é mais do que um capítulo sombrio da Segunda Guerra Mundial; é um caso emblemático de violência de gênero em tempos de guerra e de crimes contra a humanidade que ressoa até hoje. O estudo reforça a imperatividade de manter essa memória viva e de garantir que as gerações futuras

compreendam a importância de confrontar a verdade histórica. É um dever coletivo, não apenas para honrar as vítimas e buscar sua reparação, mas para aprender com o passado e prevenir que tais atrocidades se repitam. A luta por um reconhecimento pleno da responsabilidade, um pedido de desculpas sincero e reparações abrangentes (materiais, morais e educacionais) permanece como um imperativo ético para a construção de um futuro mais justo e respeitoso aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sérgio. Como foram os 40 anos de ocupação imperialista japonesa na península coreana. In: **História e Sociedade**, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.historiaesociedade.com.br/post/como-foram-os-40-anos-de-ocupa%C3%A7%C3%A3o-imperialista-japonesa-na-pen%C3%ADnsula-coreana>. Acesso em: 8 jul. 2025.

AZENHA, T. **Para além do silêncio**: o sistema de conforto e o papel dos movimentos feministas na questão das mulheres de conforto na Coreia do Sul. Tese (Mestrado em Estudos Asiáticos) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2017.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Japanese Empire. In: **Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Empire-of-Japan/The-emergence-of-modern-Japan>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRITES, Alessandra Scangarelli. “Não houve uma ocidentalização do Japão no século XIX” – Mateus Nascimento, pesquisador do MidíÁsia. In: **Revista Intertelas**, [S. l.], 7 abr. 2020. Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2020/04/07/nao-ouve-uma-ocidentalizacao-do-japao-no-seculo-xix-mateus-nascimento-pesquisador-do-midiasia/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

COOK, Carla. “Mulheres de Conforto”: o crime da escravidão sexual nipônica na Segunda Guerra Mundial. **Capital Mag**. 2020. Disponível em: <https://capitalmag.pt/2019/09/05/mulheres-de-conforto-o-crime-da-escravidao-sexualniponica-na-segunda-guerra-mundial/>. Acesso em: 20 set. 2024.

FABRINI, Raissa Gomes. **Sistema de conforto e o tráfico sexual internacional de mulheres no Japão**: uma correlação entre as duas problemáticas. 2022. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

FONSECA, Luisa Guerra Peixe de Miranda. “Mulheres de conforto”: as vozes femininas durante o domínio japonês sobre a Coreia. In: **Simpósio Científico do Icomos Brasil**, 6., 2024, [Local de realização do evento - não informado]. Anais [...]. [S. l.]: Even3, 2024. p. [XX-YY]. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/6-simposio-cientifico-do-icomos-brasil-patrimonio-e-direitos-humanos-396946/786086-mulheres-de-conforto--as-vozes-femininas-durante-o-dominio-japones-sobre-a-coreia>. Acesso em: 8 jul. 2025.

NORTHEAST ASIAN HISTORY FOUNDATION. **The Truth of the Japanese Military “Comfort Women”**. 2016. Disponível em:
https://www.nahf.or.kr/eng/gnb02/snb02_01.do?mode=view&page=2&cid=51262&hcid=66159.
Acesso em: 2 jul. 2025.

OKAMOTO, J. Y. AS "MULHERES DE CONFORTO" DA GUERRA DO PACÍFICO. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 91–108, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/17698>.
Acesso em: 6 jun. 2025.

SINTROPIA FEMININA. O Império Japonês e as “Mulheres de Conforto”. In: **Sintropia Feminina**, [S. l.], 7 mar. 2023. Disponível em: <https://www.doisniveis.com/sintropia-feminina/o-exercito-imperial-japones-e-as-mulheres-de-conforto/>.
Acesso em: 01 jul. 2025.

SODRÉ, Selene. **Meninas de Joseon: sobre as "mulheres de conforto" da península coreana**. [S. l.]: [Editora não identificada], 2020. E-book Kindle.

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E EMPODERAMENTO DE MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Luana Biatríz Xavier
Gislayne da Silva Goulart

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um pilar para o desenvolvimento socioeconômico e a segurança alimentar do Brasil. Dentro deste sistema, as mulheres desempenham um papel central, sendo as principais guardiãs da diversidade produtiva e da alimentação da família (Wanderley, 2009). Contudo, este protagonismo coexiste com um paradoxo de invisibilidade. Conforme aponta a literatura acadêmica, o trabalho feminino no campo é historicamente desvalorizado, sendo socialmente construído como uma "ajuda" ao marido (Brumer, 2004), e elas enfrentam jornadas de trabalho duplas ou triplas (Paulilo, 2004), além de barreiras no acesso a recursos como crédito e terra (Deere; León, 2002).

O Programa de Capacitação em Empreendedorismo Rural (PCER) é uma iniciativa vinculada ao LIGEM Lab – UFMS-CPNA e executada integralmente por alunos do Time Enactus UFMS Nova Andradina, que integra a rede Enactus Brasil. Como reconhecimento de sua relevância, o projeto foi classificado entre os Top 7 nacionais do prêmio "Alimentação em Foco", organizado pela Enactus Brasil com o patrocínio da Fundação Cargill. Iniciado em abril de 2024, o projeto tem foco especial no empoderamento de mulheres do campo, buscando transformar a qualidade de vida dos agricultores familiares no Vale do Ivinhema.

A força do projeto reside em seu ecossistema de parcerias, articulando o apoio de múltiplos atores: Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF) por meio da FUNDECT, Sindicato Rural, cooperativa Cresol e Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER). Essa rede garante que os agricultores recebam suporte técnico, organizacional e de mercado.

A execução do projeto revelou um fenômeno que reorientou seu foco: uma adesão massiva e engajada por parte das mulheres agricultoras. Este trabalho analisa como uma iniciativa de educação empreendedora, ao se deparar com uma realidade de campo, tornou-se uma potente ferramenta para a inclusão e o empoderamento feminino.

OBJETIVOS

O objetivo geral é analisar o impacto de um programa de educação empreendedora como ferramenta para o empoderamento econômico e social de mulheres na agricultura familiar. Especificamente:

1. Analisar o perfil de participação do projeto, com foco na questão de gênero;
2. Apresentar e discutir os resultados da capacitação no desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais das participantes;
3. Discutir como a metodologia aplicada promoveu a valorização de vozes e lideranças femininas na comunidade.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, realizada entre abril de 2024 e agosto de 2025. O lócus da pesquisa são os assentamentos rurais Angélica, Teijin e Santa Olga, no Vale do Ivinhema, Mato Grosso do Sul. Participaram 65 agricultoras e agricultores familiares, selecionados a partir de um diagnóstico inicial em parceria com associações locais.

As ações ocorreram diretamente nas comunidades, como nas oficinas nos assentamentos Angélica e Teijin. Nessas oficinas, aplicaram-se diagnósticos para identificar necessidades individuais e apresentou-se a metodologia com quatro módulos de ensino: *Introdução ao Empreendedorismo Rural*, *Precificação Simplificada*, *Finanças Pessoais* e *Marketing e Estratégias de Vendas*.

O procedimento metodológico foi guiado pelo conceito de "Trilha Empreendedora", um framework de intervenção participativa estruturado em cinco etapas (Figura 1).

Figura 1 – Etapas da Metodologia "Trilha Empreendedora"



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Até o momento, o projeto já realizou mais de 5 oficinas nos municípios de Angélica e Nova Andradina, impactando diretamente mais de 65 agricultores familiares e, indiretamente, cerca de 200 pessoas considerando seus núcleos familiares. As ações de capacitação e mentoria continuarão, com expansão para novos assentamentos e fortalecimento da rede de comercialização até o final do ciclo.

Os instrumentos de coleta de dados incluíram questionários de diagnóstico, listas de presença, registros fotográficos (Figura 2) e rodas de conversa para levantamento de percepções qualitativas.

Figura 2 - Imagens dos dias de campo, evidenciando a grande participação feminina



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro resultado relevante refere-se ao perfil do público alcançado.

Tabela 1 – Perfil dos participantes do Projeto PCER

Indicador	Valor
Número total de beneficiários diretos	65
Percentual de participação feminina	85%
Principais atividades produtivas	Horticultura, Panificados, Apicultura
Assentamentos de origem	Angélica, Teijin, Santa Olga

Fonte: Dados primários do projeto PCER (2025).

A participação feminina de 85% não foi meta de recrutamento, mas um achado da pesquisa-ação. Esse resultado reforça a tese da “invisibilidade” de Brumer (2004) e indica

que, quando espaços de capacitação e reconhecimento são ofertados, as mulheres assumem papel ativo e majoritário.

A educação empreendedora resultou em mudanças comportamentais e de percepção. O uso de ferramentas de gestão por 40% das participantes demonstra a aplicação prática do conteúdo. Já o aumento de autoconfiança relatado por 100% das agricultoras representa um marco simbólico no empoderamento discutido por Deere e León (2002).

Além das competências técnicas, o projeto fomentou a valorização de lideranças femininas, com destaque para o evento “Conexão Vale do Ivinhema” que abriu espaço para que os agricultores comercializarem e expusessem seus produtos, e mais uma vez, a grande participação foi das mulheres, como as integrantes da APROOLGA, que tiveram a oportunidade de lançar sua nova logomarca e identidade visual, elaborada pelos membros do projeto (figura 3).

Figura 3: Logomarca associada aos itens produzidos pela APROOLGA



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A originalidade do PCER está na convergência entre extensão universitária, inovação social e perspectiva de gênero emergente da prática. Sua abordagem dialoga com as agendas globais de ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico).

CONCLUSÃO

O projeto PCER demonstra que a educação empreendedora no meio rural pode se tornar, mesmo que não intencionalmente a princípio, uma plataforma de empoderamento

feminino. A alta adesão feminina revela uma demanda reprimida por reconhecimento e desenvolvimento, sendo a autoconfiança fortalecida o impacto mais profundo.

Como limitação, o estudo concentra-se em um recorte geográfico específico. Como trabalhos futuros, sugere-se mensurar o impacto de longo prazo na renda familiar e desenvolver o selo "Produto da Agricultura Familiar Feminina" para consolidar a visibilidade alcançada.

REFERÊNCIAS

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 1, p. 9-30, 2004.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 121-140, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 382-411, 2009.

NEGOCIAÇÕES ÍNTIMAS DE CORPOS EM MOVIMENTO: NARRATIVAS SOBRE A PROSTITUIÇÃO DE MULHERES EM NOVA ANDRADINA/MS

Mary Celina Ferreira Dias

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, intitulada tem como objetivo central analisar as narrativas sobre a prostituição, compreendendo essa prática como um elemento relevante na construção identitária da cidade de Nova Andradina, Mato Grosso do Sul. O termo "corpos em movimento" é utilizado para capturar a fluidez e a complexidade das vivências das mulheres envolvidas na prostituição, que transitam entre diferentes espaços urbanos, econômicos e afetivos, constantemente negociando identidades, autonomias e sobrevivências.

Embora frequentemente rotulada como “a profissão mais antiga”, essa caracterização não se sustenta frente às pesquisas históricas. Nesse sentido, sigo a interpretação de Luzia Margareth Rago (2011, p. 212) acerca da entrada das mulheres que exercem o sexo comercial na história nacional “como todos os demais trabalhadores brasileiros”, conforme elas próprias afirmaram em conferência promovida pelo Movimento Autônomo de Trabalhadoras do Sexo em meados dos anos 1980.

No Brasil, a prostituição não é tipificada como infração penal e consta como ocupação oficial na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) desde 2008 (Brasil, 2008). Porém, conforme apontam Raquel de Freitas Banuth e Santos (2016), as normas e narrativas sociais discriminatórias exercem sobre os(as) profissionais do sexo um impacto que costuma se sobrepor às garantias formais previstas em lei. Assim, a mera descriminalização não basta para eliminar o grande entrave que essas pessoas enfrentam: o estigma reforçado pelas representações sociais hegemônicas.

A pesquisa foca nas narrativas de diferentes interlocutoras envolvidas com a prostituição em distintos cenários da cidade. Buscou-se não apenas as experiências individuais das prostitutas, mas também examinar os processos sociais subjacentes que moldam e perpetuam a estigmatização e o desvio associados a essa prática. Analisa-se narrativas sobre quem é prostituta, esteve prostituta e aqueles(as) que de algum modo foram atravessados(as) pela temática. A justificativa para este estudo reside na necessidade de desmistificar e humanizar a compreensão da prostituição, oferecendo uma perspectiva

etnográfica que transcende os estigmas sociais e contribui para o debate acadêmico sobre gênero, corpo e sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa é de natureza etnográfica, buscando estabelecer um campo de pesquisa multicentrado. A observação participante foi a principal técnica utilizada, realizada ao longo de doze meses (2022 e 2023), com foco inicial no Cabaré Glória, um dos estabelecimentos da cidade. Além da imersão no cabaré, a pesquisa se estendeu para as ruas de Nova Andradina e para o balcão da biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)/Campus Nova Andradina (CPNA), onde a pesquisadora também atua como servidora pública. Essa abordagem multicentrada permitiu o estabelecimento de relações de troca com diversas mulheres atravessadas pela prostituição, não se limitando apenas às frequentadoras do Cabaré Glória. A relação entre a pesquisadora e os participantes da pesquisa é fundamental, indo além de um simples ponto de vista e envolvendo as nuances essenciais do trabalho e as subjetividades que os atravessam. Os referenciais teóricos e metodológicos utilizados incluem o interacionismo simbólico de Becker, Goffman e Velho, que fornecem a base para a análise das narrativas e dos processos de estigmatização e desvio. A pesquisa busca demonstrar como as experiências e narrativas da cidade podem ser compreendidas e interpretadas sob uma perspectiva etnográfica e antropológica, estendendo-se às ramificações que afetam e são afetadas pela realidade estabelecida em Nova Andradina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A imersão no campo etnográfico revelou a complexidade das vivências das mulheres envolvidas na prostituição em Nova Andradina. O primeiro contato no Cabaré Glória, ponto central da observação participante, desvelou as entrelaçadas dinâmicas sociais e as negociações íntimas de corpos em constante movimento. A análise dos dados coletados demonstra que a prostituição na cidade transcende os espaços físicos delimitados, manifestando-se em uma circulação contínua entre diferentes 'territórios', que incluem as ruas, plataformas virtuais, estabelecimentos comerciais e residências. Esses deslocamentos não são meramente geográficos, mas representam estratégias de adaptação e resistência desenvolvidas pelas mulheres para lidar com a estigmatização social inerente à sua atividade. As narrativas coletadas são cruciais para compreender a perpetuação de discursos de culpabilização, vitimização e estigmatização por parte da sociedade, frequentemente expressos por aqueles que “olham, mas não veem”.

A pesquisa aprofunda-se na relação entre a “Marcha para o Oeste” e a elite de Nova Andradina, evidenciando como os espaços urbanos e as narrativas construídas em torno deles influenciam a percepção social e, inclusive, a transição da própria pesquisadora de uma posição de “mulher desviante” para uma observadora. Para ilustrar a diversidade de trajetórias e subjetividades, apresenta-se estudos de caso detalhados de mulheres como Glorinha, Rita, Lucíola, Dona Izabel, Angélica, Carolina e Gabriela. Cada uma dessas histórias revela as complexas negociações de identidades e papéis sociais, bem como as estratégias de sobrevivência e agência em um contexto de profundo estigma. A intersecção entre os campos da Biblioteconomia e da Antropologia, a partir da experiência da pesquisadora, emerge como um ponto de discussão relevante, demonstrando a capacidade de diferentes áreas do conhecimento contribuir para uma compreensão mais integrada de fenômenos sociais complexos. A interpretação crítica desses dados, à luz do interacionismo simbólico, permite apresentar como as interações sociais e as construções de significado influenciam a identidade e a experiência das mulheres na prostituição, e como a sociedade atribui e perpetua o estigma.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa oferece uma contribuição ao mapeamento etnográfico e antropológico da prostituição em Nova Andradina (MS). Ao analisar as narrativas das mulheres envolvidas, alcançamos plenamente os objetivos iniciais: compreender como a prostituição se articula na construção identitária da cidade e revelar as dinâmicas cotidianas que a sustentam.

O conceito de “corpos em movimento” mostrou-se fundamental para apreender a fluidez das trajetórias dessas mulheres, que renegociam suas identidades frente aos desafios impostos pelo estigma social. Adotamos uma abordagem multicentrada combinando observação participante no Cabaré Glória, nas ruas e na biblioteca da UFMS/CPNA, o que nos permitiu capturar diferentes facetas das dinâmicas sociais e das subjetividades em jogo.

Os resultados destacam, de um lado, a resiliência e a agência dessas mulheres em contextos de vulnerabilidade e, de outro, a perenidade dos discursos estigmatizantes. Observamos que as convenções morais que condenam a mercantilização do sexo são frequentemente subvertidas pelos próprios atores sociais, quando estes deslocam a crítica para quem os repreende, neutralizando assim as sanções sociais.

O estigma ligado à prostituição e às normas hierarquizadoras da sexualidade pode ser enfrentado de duas formas complementares: pela contestação dos valores que o sustentam e pela denúncia da hipocrisia e das injustiças dos processos de rotulação social. Essa desconstrução emerge, sobretudo, nas reflexões e narrativas das próprias prostitutas, que reivindicam autonomia sobre seus corpos e escolhas. Conclui-se, portanto, que há urgência

em desconstruir preconceitos e promover uma visão mais humanizada e contextualizada dessa realidade social.

REFERÊNCIAS

BANUTH, Raquel de Freitas; SANTOS, Manoel Antônio dos. Vivências de Discriminação e Resistência de uma Prostituta Negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 36, n. 3, p. 763–776, jul. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/dFQ3hyskG6xxwsxVfQCc83d/?lang=pt#>. Acesso em: 25 set. 2023.

BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos da sociologia do desvio. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008.

BECKER, Howard Saul. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações: **Prostituta**. 2008. Recuperado de <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>. Acesso em 05 mar. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_notassobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.

RAGO, Luzia Margareth. A prostituição ontem e hoje. GRILLO, J. G. C.; GARRAFFONI, R. S.; FUNARI, P. P. A. (orgs.) *In: Sexo e Violência*: Realidades antigas e questões contemporâneas. São Paulo: Annablume editora. 2011.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2003.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. *In*: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 121/132. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3270626&forceview=1>. <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/82527/85502>. 28 fev. 2022.

GÊNERO E DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES: UM EXERCÍCIO DE CIDADANIA

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigue

Maria Larissa Montania Vera

Luciana Branco Vieira

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é analisar a questão de gênero que perpassa os Direitos Humanos das Mulheres a partir das ações desenvolvidas nos projetos *Ciclo de Debates: a participação feminina na ciência e inovação* e *Educação em Direitos Humanos das Mulheres em MS*, cujo objetivo foi o de promover a reflexão, o debate e a qualificação dos gestores públicos que atuavam nos governos municipal, estadual ou federal, por meio de Organismos de Políticas para Mulheres, como Coordenadoria de Políticas Públicas Para Mulheres, CRAM (Centro de Referência de Atendimento à Mulher) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Com o Projeto Ciclo de Debates colocamos em destaque a importância do protagonismo feminino na ciência dentro das Universidades. A partir de palestras, rodas de conversas e estudo em grupos foi possível identificar os obstáculos que limitam a participação das mulheres em atividades que demandam tempo, recursos e conhecimento. Com as ações propostas buscávamos implementar a organização e o desenvolvimento de ferramentas que viessem a contribuir para ampliar a igualdade de gênero na sociedade sul-mato-grossense, ao mesmo tempo, estimulando a criação de instrumentos pedagógicos, instrucionais e virtuais que possam facilitar o acesso das mulheres aos programas sociais dos governos estadual e federal. Programas sociais que se coadunam com o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, aprovado em 2005, com adesão do Brasil e de todos os Estados Membros das Nações Unidas, e tem como objetivo “fomentar o desenvolvimento de estratégias e programas nacionais sustentáveis de educação em direitos humanos” (PMEDH, 2005, p.1).

Com o desenvolvimento dos Projetos buscamos fortalecer os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no estado de Mato Grosso do Sul, dando atenção especial ao 4º, 5º e 8º objetivos, haja vista, a importância das ações voltadas para a educação, a igualdade de gênero e o emprego pleno e produtivo. As ações planejadas objetivavam também fortalecer as redes de amparo às mulheres em situação de violência domésticas e de gênero e os resultados aparecem nas capacitações organizadas pelos gestores nos

municípios em Mato Grosso do Sul. Assim, a relevância dos Projetos se destacava diante do número elevado de mulheres que não tem acesso aos Direitos Humanos como à saúde, educação, liberdade, emprego e segurança e as oportunidades de desenvolver pesquisas científicas com recursos financeiros.

Diante da realidade de muitas mulheres em situação de vulnerabilidade, acreditamos que para avançar nas conquistas femininas, eliminar toda forma de violência contra as mulheres e valorizar a cidadania democrática, é imprescindível ampliarmos, primeiro a compreensão do que seja os Direitos Humanos, em especial Direitos Humanos das Mulheres; e, segundo, é preciso que uma educação em Direitos Humanos chegue até aquelas mulheres que mais necessitam conhecer e ter acesso aos seus Direitos civis, políticos e sociais. Pois, percebemos que não basta elas terem conhecimento sobre quais sejam os Direitos Humanos, é preciso que tenham acesso a esses direitos e as oportunidades iguais aos homens e que possam conquistar autonomia e melhores condições de vida e participação na ciência. Assim, acreditamos que se não criarmos oportunidades para que tenham acesso aos Direitos Humanos continuaremos mantendo-as em condições de vulnerabilidade e aprofundando a desigualdade entre os gêneros em todas as dimensões do humano. Portanto, é cada vez mais importante que as mulheres possam, a partir de oportunidades iguais conhecer e aplicar na vida prática:

[...] o conjunto dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais: os de caráter trabalhista, com salários justo, férias, previdência e seguridade social e os de caráter social mais geral, independentemente de vínculo empregatício, como saúde, educação, liberdade, habitação, acesso aos bens culturais [...] ao patrimônio científico, tecnológico e ambiental (Benevides, 2000, p.4).

Diante dos expostos, vale lembrar que o crescimento da violência na sociedade moderna, requer que saibamos articular o elo estabelecido pela Constituição Federal de 1988 entre:

[...] o efetivo atendimentos dos direitos humanos e a instituição de mecanismos de participação – a exemplo dos Conselhos de Educação, instâncias representativas e colegiados que propiciam o exercício do poder da população, optando pela construção da igualdade num contexto de enfrentamento das desigualdades que se fundam numa relação permanente de dominação e exploração. (Rezende, Soares, Martins, 2009, p. 15).

O enfrentamento às desigualdades sociais se faz mediante ações que pretendem envolver as diferentes categorias sociais de um grupo, uma comunidade, uma sociedade. Nesse sentido, buscamos promover com o projeto proposto em 2021 o acesso das mulheres aos Direitos Humanos em Mato Grosso do Sul, cujo foco inicial foi o de qualificar os(as) gestores(as) públicos que atendem as mulheres nas comunidades quilombolas, nas aldeias

indígenas, nos assentamentos rurais, as ribeirinhas e as mulheres que vivem nas periferias das cidades em situação de vulnerabilidade.

HISTORICIDADE DO DIREITOS HUMANOS

Com a Segunda Guerra Mundial, a humanidade presenciou os horrores do Holocausto e o potencial devastador das armas nucleares, eventos que deixaram claro a necessidade de criar mecanismos eficazes para a manutenção da paz mundial. É nesse cenário que, entre os meses de abril a junho de 1945, delegados representantes de mais de 50 países se reuniram na Conferência de São Francisco para redigir a Carta de fundação da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse momento histórico foi primordial para estabelecer uma estrutura internacional que visasse à prevenção de conflitos e à promoção da cooperação entre as nações. Três anos mais tarde, em Paris, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

A Declaração dos Direitos Humanos (1948) consolidou os princípios fundamentais da dignidade humana, liberdade, justiça e igualdade para todos os indivíduos, independentemente de sua origem, raça, sexo, religião ou qualquer outra característica, sendo um marco significativo no reconhecimento dos direitos fundamentais da humanidade, ao confirmar já nos primeiros artigos, a universalidade dos direitos sem distinção de qualquer natureza,

Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Artigo 2º Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania. (ONU, 1948, p. 2)

Ressaltamos, no entanto, que esses direitos considerados naturais a toda a família humana, foram (re)construídos através do tempo a partir das reivindicações de homens e mulheres, pela igualdade de direitos e contra qualquer tipo de opressão. Esse processo de efetivação dos Direitos Humanos e de novas reivindicações é contínuo e faz parte da história.

De acordo com Norberto Bobbio (2004, p.7), “os direitos naturais são direitos históricos”, resultado das transformações, dificuldades e embates próprios das relações humanas. Bobbio (2004) destaca que os chamados direitos humanos também são produtos da civilização humana, e não da natureza. Sabemos hoje que também os direitos ditos

humanos são o produto não da natureza, mas da civilização humana; enquanto direitos históricos, eles são mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e de ampliação. Basta examinar os escritos dos primeiros jusnaturalistas para ver quanto se ampliou a lista dos direitos: Hobbes conhecia apenas um deles, o direito à vida. (Bobbio, 2004, p.20) Isso comprova que os direitos não são estáticos, foram alterados conforme as demandas das diferentes épocas e sujeitos históricos. Compreender que esse processo propicia aos participantes dos debates a oportunidade de analisar, questionar e agir de forma crítica e responsável. Nesse sentido, os debates e capacitações tiveram também como objetivo desenvolver a consciência histórica nos participantes, capacitando-os(as) a contribuir para consolidação dos direitos humanos, da democracia e a promoção de uma cultura de paz.

Dessa forma, é sempre importante explorar a historicidade dos direitos humanos nos debates e reflexões, a partir da análise dos documentos que instituíram esses direitos desde o século XVIII, até a Declaração dos Direitos Humanos (1948) após Segunda Guerra Mundial (1939- 1945). A leitura crítica dessas fontes históricas possibilita a percepção das mudanças, rupturas e permanências na constituição e implementação dos direitos humanos, bem como estabelece o debate sobre como se dá esse processo atualmente. Com Declaração dos Direitos Humanos, os Estados-membros, pelo menos no âmbito teórico, firmam o compromisso de desenvolver, em conjunto com a ONU, ações para proteção universal dos direitos humanos. No entanto, é importante reconhecer que a simples existência de uma declaração de direitos não garante automaticamente o seu emprego e sua proteção plena na prática.

Com efeito, o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é sua natureza e seu fundamento, se são naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados. (Bobbio, 1995, p.95)

A implementação e o cumprimento efetivo desses direitos continuam sendo desafios persistentes. Assim, é fundamental que a Educação, em todos os níveis, promova a conscientização e o comprometimento de todos na defesa e promoção desses direitos.

Acreditando que uma Educação em Direitos Humanos de qualidade baseada em princípios que reforcem a unidualidade do humano seja a chave para que as mulheres possam ter acesso aos Direitos Humanos como à saúde, segurança, trabalho e renda; liberdade; educação e dignidade. Para atingir nossos objetivos com o desenvolvimento da proposta e no processo que envolve ensino e aprendizagem, foi necessário reaprender a “religar parte e todo, texto e contexto, local e global, a enfrentar e superar os paradoxos e as

contradições que a globalização tecnoeconômica exhibe nos dias correntes” como bem observou Edgar Morin (2011, p.87).

Vale destacar que uma educação de qualidade é um direito inalienável, que traz como pressuposto básico o humano como expressão da manifestação da vida num mundo em que cidadania e justiça social possam superar as desigualdades sociais, o preconceito e as injustiças.

DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES E IGUALDADE GÊNERO

As reflexões e debates sobre Gênero e Direitos Humanos ganharam maior espaço no Brasil a partir da década de 1980, e traziam como destaque a violação dos direitos humanos a que estavam submetidas categorias sociais como mulheres, negros, quilombolas, indígenas, homossexuais, entre outros. As pesquisadoras, no mundo globalizado, têm procurado compreender por que a participação das mulheres na ciência continua invisibilizada. Entende-se que a desigualdade de gênero permanece de forma acentuada nas relações profissionais, sobretudo quanto essas são perpassadas por disputas financeiras para o desenvolvimento de pesquisas e publicações científicas. Participar da ciência é também poder ter acesso aos direitos humanos.

Os debates adentraram os diferentes espaços nas universidades e escolas e mostravam que o problema do não acesso aos Direitos Humanos se materializava nos índices alarmantes da violência contra as mulheres, e demais coletivos sociais, nas constantes notícias de mulheres sendo humilhadas publicamente por homens, na falta de políticas públicas que atendesse mulheres negras, quilombolas e indígenas, por exemplo. Assim, os dados confirmavam e deixavam explícito a extensão das desigualdades sociais, sexuais, étnicas e econômicas dentro da sociedade brasileira. Se somados aos casos de violência contra mulheres, negros, pobres, indígenas e imigrantes, divulgados pelas mídias televisivas, impressas e virtuais, o problema se torna ainda mais grave e alarmante. As evidências escancaram e continuam a mostrar o fosso que existe entre uma cultura de respeito à dignidade humana e as reais condições de vida daqueles que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica e jurídica, mas não somente.

Buscando superar esse contexto, governos, ongs, associações, escolas e universidades têm promovido inúmeras atividades para conscientizar a população, em especial, os menos favorecidos de que os Direitos Humanos são para todas e todos os seres humanos. Mas, afinal o que são Direitos Humanos? Perguntavam os(as) gestores(as) durante as capacitações. Para explicar nos valem do conceito pensado por Benevides, ou seja, Direitos Humanos

[...] são aqueles direitos considerados fundamentais a todos os seres humanos, sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral. (2000, p.3)

Assim ao pensarmos o projeto, cujo tema, se fazia e faz necessário e urgente, como Educação em Direitos Humanos das Mulheres tomamos como referência e orientação as afirmativas de Benevides (2000) quando diz que

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores de liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas. (Benevides, 2000, p.1)

Nessa perspectiva, salientamos que homens e mulheres não nascem livre e iguais em dignidade e direitos, esses são constructos sociais elaborados ao longo dos processos históricos que formam as identidades coletivas, que estimulam e promovem as lutas pelo justo equilíbrio e a equidade entre os seus membros no cotidiano das relações sociais. Oportuno destacar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (DUDH) aprovada em 1948, completou 71 anos em 2019, mas muito pouco avançamos no que diz respeito sobre o acesso aos Direitos Humanos para todas as categorias que formam uma sociedade.

Ainda que o estado democrático tenha como princípio garantir o bem-estar social, com melhores condições de vida para todos, cuja qualidade permite ao cidadão exercer seus direitos políticos, civis e sociais, evidencia mostram que muitas categorias estão aquém desse exercício cidadão por desconhecer seus Direitos enquanto ser humano. Assim, visando ampliar o acesso aos Direitos Humanos, governos, Universidades e Escolas tem investido em estratégias que envolvem a Educação nos seus diferentes níveis de ensino-aprendizagem, inclusive os Direitos Humanos plenos. Com isso atende-se aos acordos firmados entre organismos internacionais e nacionais, ou seja, com a Organização das Nações Unidas (ONU), com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), e com a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Importante destacar que o Plano de Ação que instituiu o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), aprovado em 2005, por todos os Estados Membros das Nações Unidas, colocou como objetivo “fomentar o desenvolvimento de estratégias e programas nacionais sustentáveis de educação em direitos humanos”

(PMEDH, 2005, p.1). Dessa forma, além de promover conhecimento sobre Direitos Humanos, o PMEDH:

[...] não somente proporciona conhecimentos sobre os Direitos Humanos e os mecanismos para protegê-los, mas que, além disso, transmite as aptidões necessárias para promover, defender e aplicar os Direitos Humanos na vida cotidiana. A educação em Direitos Humanos promove as atitudes e o comportamento necessários para que os direitos humanos de todos os membros da sociedade sejam respeitados. (PMEDH, 2005, p.2)

Promover uma Educação mais inclusiva, que se atem aos princípios basilares dos Direitos Humanos, tem sido um desafio para Escolas, Universidade e Governos. Nessa perspectiva lembramos com Edgar Morin (2011, p.16) que “[...] a condição humana deveria ser o objeto essencial de todo o ensino”. Portanto há que se reconhecer que a diversidade cultural é inerente a todas as sociedades e essa diversidade precisar ser levada em conta quanto pensamos na Educação em Direitos Humanos, que segundo Benevides (2002, p.5)

[...] parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos.

Esse projeto sobre Educação em Direitos Humanos das Mulheres se apresentou como desafio no enfrentamento das desigualdades de gênero em Mato Grosso do Sul, haja vista, as condições de inferioridade a que estão submetidas as mulheres no mercado de trabalho, nos pleitos eleitorais, no ambiente familiar e nas relações de gênero.

Nosso objetivo maior tem sido incentivar e criar espaços para a reflexão e aprendizagem a partir da articulação entre teorias, saberes e práticas que possam proporcionar às mulheres o acesso aos Direitos Humanos. O projeto colocou como sendo essencial a valorização dos princípios democráticos que estão presentes na Constituição Brasileira de 1988, como aparecem no artigo 4º da Carta Magna, onde se declara que, sobre qualquer lei nacional, prevalecem os direitos humanos, ou seja, os direitos fundamentais à vida e à manutenção dessa vida. Destaco que a História das Mulheres tem promovido importantes pesquisas sobre o protagonismo das mulheres na História. O projeto centrou as capacitações sobre os Direitos Humanos das Mulheres por entender que a desigualdade gênero precisa ser questionada e debatida com aqueles que lidam cotidianamente com as mulheres em situação de violência, conflitos e vulnerabilidade social e econômica.

Tendo em vista a relevância desse tema, ressaltamos o papel da escola como espaço privilegiado para discussão das questões sociais, com o objetivo de promover ações de respeito à dignidade humana e a construção de uma cultura de paz. Quando falamos da

[...] significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas. (Benevides, 2000, p.1)

Este projeto é apenas um modelo possível para levantarmos reflexões sobre como as mulheres têm acesso aos Direitos Humanos. Naquele momento de pandemia universal foi importante considerar com António Guterres (2020), Secretário Geral da Nações Unidas, que

Tudo o que fazermos durante e depois desta crise deve ter uma forte tônica na construção de economias e sociedades mais igualitárias, inclusivas e sustentáveis, mais resilientes às pandemias, às mudanças climáticas e aos muitos outros desafios com que nos confrontamos em escala mundial.

Nessa perspectiva, cabe destacar que as mulheres buscam por mais autonomia nas relações familiares, afetivas e no trabalho. Na ciência esta autonomia contribui para incentivar a produção de novas pesquisas nas áreas mais tradicionais e naquelas que ainda restringem a presença feminina. Lembramos que pensar, discutir e conhecer sobre os Direitos Humanos faz parte do movimento de defesa dos Direitos Humanos de forma geral, mas aqui em especial é em prol da defesa dos Direitos Humanos das Mulheres em Mato Grosso do Sul

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. Democracia, Direitos Humanos e Relações Internacionais. João Pessoa: UFPB, 1992.

BRASIL. Comissão Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>>. Acesso em: 03 março 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2022.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. 2a ed. Cortez: Brasília, 2011.

REZENDE, Antonio P., Soares, Edla, MARTINS, Paulo H. Conselhos de Educação e Direitos Humanos: diálogos da contemporaneidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

RODRIGUES, Marinete A. Zacharias. Mulheres, violência e justiça no século XIX. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016.

SOARES, Maria Victoria B. Educação em Direitos Humanos: de que se trata? São Paulo, 2000.

SOARES, Maria Victoria B. Cidadania e Direitos Humanos. Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, USP. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/artigos> Acesso: 25 fev. 2024

SOBRE A ORGANIZADORA

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo/USP (2013), Realizou Estágio Pós-doutoral na Universidad Nacional de Jujuy/ Argentina (2022). Mestre em História pela UNESP/ Assis (2008), graduada em História pela UFMS (2005). Professora Efetiva na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no Curso de História, na Unidade Universitária de Campo Grande. Coordenadora do Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino de História - PROFHistória. Líder do grupo de pesquisa Estudos da Memória, Patrimônio Cultural e Ambiental e Ensino de História. Tem experiência na área de História, com ênfase em Ensino de História, História das Mulheres, Memória e Patrimônio Cultural na Rota Bioceânica, atua principalmente nos temas: gênero, ciência, inovação, ensino de história, mulheres, violência, justiça, teoria e metodologia, memória e patrimônio histórico-cultural na Rota Bioceânica. Tem obras e artigos publicados sobre crime e criminalidade no século XIX, Mulheres, violência e justiça em Mato Grosso do Sul

